

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA - PROFEPT

MAISA BASTOS NUNES

RACISMO E SAÚDE MENTAL: O MANEJO DOS PROFISSIONAIS DO SETOR DE
SAÚDE DO IFPI TERESINA CENTRAL NO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES
NEGROS E NEGRAS

PARNAÍBA - PI

2025

MAISA BASTOS NUNES

**RACISMO E SAÚDE MENTAL: O MANEJO DOS PROFISSIONAIS DO SETOR DE
SAÚDE DO IFPI TERESINA CENTRAL NO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES
NEGROS E NEGRAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Piauí, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de concentração: Ensino.

Linha de Pesquisa: II - Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Raquel da Costa.

PARNAÍBA - PI

2025

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Nunes, Maisa Bastos

N972r Racismo e saúde mental: o manejo dos profissionais do setor de saúde do IFPI Teresina Central no atendimento aos estudantes negros e negras / Maisa Bastos Nunes. — Parnaíba, 2025.
105 f.: il.color.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Piauí, Campus Parnaíba, 2025.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Francisca Raquel da Costa.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Racismo. 3. Saúde mental.
I. Costa, Francisca Raquel da. II. Título.

CDD - 378.013

Elaborado por Micheline Angélica Aragão Gouveia CRB 3/1244

MAISA BASTOS NUNES

RACISMO E SAÚDE MENTAL: O MANEJO DOS PROFISSIONAIS DO SETOR DE
SAÚDE DO IFPI TERESINA CENTRAL NO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES
NEGROS E NEGRAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Piauí, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em: 24/03/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



FRANCISCA RAQUEL DA COSTA
Data: 26/03/2025 21:17:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Francisca Raquel da Costa (Orientadora)
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Documento assinado digitalmente



EMANOELA MOREIRA MACIEL
Data: 01/04/2025 10:01:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Emanoela Moreira Maciel
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Documento assinado digitalmente



SOLIMAR OLIVEIRA LIMA
Data: 30/03/2025 10:09:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

À minha mãe (Mar) e ao meu companheiro
(Marcelo).

RESUMO

O racismo e saúde mental no contexto da EPT tem se mostrado um tema fecundo e com diversos aspectos a serem explorados, sendo, portanto, foco desta pesquisa, que objetiva analisar o manejo da equipe de saúde de uma instituição federal de ensino para lidar com o racismo e suas consequências para a saúde mental dos estudantes atendidos pelo setor. Para isto, foi realizada uma pesquisa documental e de campo, de abordagem qualitativa e do tipo descritiva, com 8 participantes, sendo estes profissionais do setor de saúde do IFPI Campus Teresina Central. A pesquisa foi submetida e aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa. Sua coleta envolveu a análise de relatórios e documentos sobre as ações do setor de saúde, a aplicação de uma entrevista semiestruturada e do formulário de avaliação do Produto Educacional. A partir da análise documental, percebeu-se que a maioria das ações do setor de saúde centra-se no atendimento multidisciplinar e individual, o que pode estar relacionado com a própria organização interna. A partir da realização da Análise de Conteúdo, foi possível chegar a 9 categorias finais, sendo elas: racismo enquanto processo multifatorial e estrutural, demandas implícitas de racismo, ausência de ações de combate ao racismo, dificuldades para a atuação no setor, articulação interna do setor, articulação externa com outros setores e instituições, melhorias para o setor, a influência da pandemia na saúde mental; e consequências do racismo para a saúde mental. Acrescentou-se ainda a categoria ideias inéditas como uma forma de incluir falas não dominantes com grande potencial de discussão. Assim, notou-se a dificuldade de identificar e manejar as demandas raciais por parte dos profissionais. Além disso, foram apontadas como consequências do racismo: comportamentos introspectivos, surgimento ou agravamento de transtornos mentais, diminuição da autoestima e sentimento de exclusão. Esta pesquisa faz parte do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, situado na área de concentração de ensino, linha de pesquisa 2 e macroprojeto 6. O produto educacional resultante foi uma cartilha em formato digital, que possui como subproduto um protocolo de atendimento para questões raciais.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; racismo; saúde mental; setor de saúde; PROFEPT.

ABSTRACT

Racism and mental health in the context of EPT has proven to be a fruitful topic with several aspects to be explored, and is therefore the focus of this research, which aims to analyze the management of the health team of a federal educational institution to deal with racism and its consequences for the mental health of students served by the sector. For this purpose, a documentary and field research was carried out, with a qualitative and descriptive approach, with 8 participants, all of whom were professionals from the health sector of the IFPI Teresina Central Campus. The research was submitted to and approved by the Research Ethics Committee. Its collection involved the analysis of reports and documents on the actions of the health sector, the application of a semi-structured interview and the evaluation form of the Educational Product. Based on the documentary analysis, it was noted that most of the actions of the health sector focus on multidisciplinary and individual care, which may be related to the internal organization itself. After performing the Content Analysis, it was possible to arrive at 9 final categories, namely: racism as a multifactorial and structural process, implicit demands of racism, lack of actions to combat racism, difficulties in acting in the sector, internal articulation of the sector, external articulation with other sectors and institutions, improvements for the sector, the influence of the pandemic on mental health; and consequences of racism for mental health. The category of new ideas was also added as a way to include non-dominant speeches with great potential for discussion. Thus, the difficulty in identifying and managing racial demands by professionals was noted. In addition, the following were pointed out as consequences of racism: introspective behaviors, emergence or worsening of mental disorders, decreased self-esteem and feelings of exclusion. This research is part of the Professional Master's Program in Professional and Technological Education, located in the teaching concentration area, research line 2 and macroproject 6. The resulting educational product was a booklet in digital format, which has as a by-product a protocol for dealing with racial issues.

Keywords: Professional and Technological Education; racism; mental health; health sector; PROFEPT.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Número de matrículas por ano e renda familiar em nível nacional.....	21
Figura 2 - Número de matrículas por ano e classificação racial em nível nacional....	22
Figura 3 - Condições de vida da população brasileira.....	37
Figura 4 - Croqui do setor de saúde.....	43
Gráfico 1 - Número de pessoas atendidas por período.....	56
Gráfico 2 - Número de procedimentos realizados por período.....	57
Gráfico 3 - Número de participantes na Semana da Saúde.....	58
Figura 5 - PE sendo desenvolvido no Canva.....	80
Figura 6 - Exemplo de botões interativos e QR codes.....	81
Figura 7 - Exemplo de uma das versões do áudiobook no Youtube.....	82
Figura 8 - E-mail enviado aos participantes.....	83

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Renda familiar, classificação racial e sexo dos alunos da EPT no Piauí.....	22
Quadro 2 - Distribuição de profissionais ativos por área de atuação.....	44
Quadro 3 - Organização da coleta de dados.....	45
Quadro 4 - Elaboração da entrevista semiestruturada.....	46
Quadro 5 - Adaptação da entrevista semiestruturada.....	49
Quadro 6 - Distribuição de profissionais por área de atuação.....	57
Quadro 7 - Organização das categorias.....	59
Quadro 8 - Perfil dos participantes.....	61
Quadro 9 - Etapas do desenvolvimento do PE.....	78
Quadro 10 - Resultados da avaliação do PE.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAAE	Certificado Apresentação de Apreciação Ética
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFP	Conselho Federal de Psicologia
EMI	Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIC	Formação Inicial e Continuada
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Índigenas
PDA	Plano de Dados Abertos
PE	Produto Educacional
POLAE	Política de Assistência Estudantil
PTT	Produto Técnico Tecnológico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFSul	Instituto Federal Sul-rio-grandense
MNU	Movimento Negro Unificado
NAPNE	Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas
PLANFOR	Plano Nacional de Formação Profissional

PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
ProfEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RFP	Renda Familiar por Pessoa
SIFAE	Sistema de Planejamento Estratégico
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVOS	14
1.2 JUSTIFICATIVA	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL	18
2.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O SETOR DE SAÚDE NOS IF'S	20
2.3 SAÚDE MENTAL	23
2.3.1 Saúde mental de discentes na EPT	25
2.4 RACISMO	28
2.4.1 Racismo e educação	34
2.4.2 Racismo e saúde mental	36
3 METODOLOGIA	41
3.1 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	41
3.2 ABORDAGEM E DELINEAMENTO DA PESQUISA	41
3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA	42
3.4 COLETA DE DADOS	45
3.5 ANÁLISE DE DADOS	53
3.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	54
3.7 RISCOS E BENEFÍCIOS	54
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
4.1 RESULTADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL	56
4.2 RESULTADOS DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	59
4.2.1 Racismo enquanto processo multifatorial e estrutural	61
4.2.2 Demandas implícitas de racismo	63
4.2.3 Ausência de ações de combate ao racismo	64
4.2.4 Dificuldades para a atuação no setor	65
4.2.5 Articulação interna do setor	67
4.2.6 Articulação externa com outros setores e instituições	69
4.2.7 Melhorias para o setor	71
4.2.8 A influência da pandemia na saúde mental	72
4.2.9 Consequências do racismo na saúde mental	73

4.2.10 Ideias inéditas.....	74
5 PRODUTO EDUCACIONAL.....	77
5.1 AVALIAÇÃO DO PE.....	83
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	89
APÊNDICES.....	96
ANEXOS	100

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se refere a uma modalidade educacional que abrange a educação básica e superior, através de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), cursos técnicos integrados, concomitantes ou subsequentes de nível médio; cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação *latu e stricto sensu*. Embora existam iniciativas públicas e privadas dentro da EPT, com realidades e objetivos diversos, destaca-se a oferta da rede federal, através dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) (Ministério da Educação, 2018).

Segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha (2022), são cerca de 656 unidades, 11.803 cursos e 1.511.207 matrículas em todo o Brasil. Somente no Piauí, são 20 unidades, 352 cursos e 30.655 matrículas. Desta forma, cada campus necessita de estrutura física, material, humana e de diversos outros fatores para seu pleno funcionamento.

O setor de saúde, alvo desta pesquisa, é uma parte essencial dos serviços ofertados pelos IFs e conta, em sua composição, com psicólogo, enfermeiro, médico, assistente social, dentista, técnico de enfermagem, entre outros profissionais. Este setor, dentre outras funções, é responsável por ações de prevenção e promoção em saúde mental, enfrentamento ao bullying e quaisquer formas de preconceito e exclusão, como o racismo (IFPI, 2021). Assim, delineou-se como tema racismo e saúde mental, tendo em vista o caráter interdisciplinar deste, de modo a integrar diversos profissionais em seu manejo.

O interesse por este tema surgiu a partir da visita ao campus de Parnaíba, realizada na primeira semana de aulas do mestrado, onde foi apresentado o setor de saúde e sua equipe. Devido à formação da pesquisadora em Psicologia, foi o primeiro local que chamou a atenção, quando foi apresentado o desafio de se pesquisar algum aspecto da EPT. Devido a essa familiaridade, foram elencados possíveis temas na construção do memorial, dentre eles: saúde mental. Posteriormente, foi sugerido pela orientadora relacionar racismo e saúde mental, originando a presente pesquisa.

Foram traçadas como hipóteses: as demandas relacionadas ao racismo costumam ser invisibilizadas por outras demandas, os profissionais de saúde apresentam dificuldades no manejo e enfrentamento do racismo; e o setor de saúde

carece de maior articulação com dispositivos acadêmicos, políticos e sociais para o manejo desta demanda.

Desta forma, foi realizada uma pesquisa documental e de campo, de abordagem qualitativa e do tipo descritiva. Além disso, o Produto Educacional (PE) resultante foi uma cartilha e protocolo de atendimento para questões raciais em formato ebook, construída a partir dos dados obtidos com profissionais do setor de saúde e voltada às necessidades informativas do setor de saúde.

1.1 OBJETIVOS

Partindo do exposto, o objetivo geral foi analisar o manejo da equipe de saúde de uma instituição federal de ensino para lidar com o racismo e suas consequências para a saúde mental dos estudantes atendidos pelo setor. Neste sentido, os objetivos específicos resumem-se a:

- a) Caracterizar os profissionais, o público atendido e as demandas relacionadas às questões raciais.
- b) Verificar a percepção dos profissionais acerca da sua formação acadêmica e do manejo das demandas raciais.
- c) Identificar as ações realizadas pelo setor de saúde para o enfrentamento do racismo.
- d) Verificar as potencialidades e desafios das ações realizadas de enfrentamento ao racismo na instituição.
- e) Desenvolver uma cartilha e protocolo de atendimento para questões raciais, a partir dos pontos levantados na pesquisa, de modo a atender as necessidades informativas do setor de saúde.

1.2 JUSTIFICATIVA

Durante a minha¹ formação acadêmica no curso de Psicologia, tive contato com o ambiente escolar através de um dos estágios obrigatórios. Foi uma experiência realizada em uma instituição privada, mas que norteou durante muito tempo minha escolha profissional, inclusive a escolha das minhas especializações. A Psicologia

¹ Esclarece-se que a justificativa foi escrita, em seus 3 primeiros parágrafos, em primeira pessoa, para retratar a experiência da pesquisadora, de modo a abordar as motivações pessoais que levaram à construção deste trabalho.

Escolar e Educacional (PEE) foi uma das minhas primeiras paixões, e embora hoje a clínica seja minha área de atuação, ela reservou um espaço significativo na minha formação profissional.

Mais adiante, ao ingressar no mestrado através da cota para pardos e pretos, no processo de reconhecimento como mulher negra, passei a visualizar também a influência do processo de embranquecimento e miscigenação na minha própria constituição enquanto pessoa. Foi a primeira vez que usei uma cota racial na minha trajetória acadêmica e me vi com receio de não ser vista como tal durante o processo de heteroidentificação, já que possuo traços físicos que, por vezes, me confundiram. Felizmente, ter passado por isso validou as minhas experiências e acalmou algumas dúvidas. E quando questionada pela orientadora se eu me identificava como mulher negra, pude responder que sim, sem precisar pensar tanto quanto anteriormente faria.

Isto posto, pesquisar sobre racismo e saúde mental foi a maneira que encontrei de articular minha formação pessoal, profissional e acadêmica e a proposta do mestrado, de forma a contribuir para este contexto de baixa produção acadêmica no Brasil, conforme dados revelados por Damasceno e Zanella (2018), ao pesquisar sobre saúde mental e racismo contra negros no intervalo de 1999 a 2014.

Ao fazer um levantamento próprio sobre racismo e saúde mental na EPT, notou-se a carência de estudos que fizessem essa relação direta. Em sua maioria, enfocavam a saúde mental em termos de sentimentos e psicopatologia (Pacheco; Nonenmacher; Cambraia, 2020; Tsunematsu; Pantoni; Versuti, 2021; Mousinho, 2021). Em outros casos, o racismo era apenas um aspecto mencionado pelos participantes e não o foco principal das pesquisas, como mostrado por Pinheiro et al. (2023), que pesquisou o papel do professor na saúde mental dos discentes. Neste estudo, o racismo foi apresentado como uma opção de enfrentamento dos estudantes, no entanto, o tema mais indicado foi depressão.

Foram identificados estudos que falavam somente do racismo na EPT, como no caso de Nascimento e Santos (2021) e Nascimento e Santos (2022), no entanto, estes estudos abordavam sobre o racismo institucional, representatividade e construção da identidade negra, sem mencionar diretamente a saúde mental. Ampliando a busca sobre racismo e saúde mental para fora da EPT, em âmbito nacional, foi possível encontrar estudos como os de Damasceno e Zanella (2018), Ignácio e Mattos (2019) e Nascimento e Silva (2021), que apontam o despreparo dos

profissionais de saúde para o enfrentamento do racismo. Assim, nota-se a relevância científica desta discussão também estar presente no campo da EPT.

No âmbito social, 56% da população brasileira se declarava negra em 2019 (IBGE, 2019). Contudo, ao longo da história do Brasil, houve uma tentativa de embranquecimento da população², no contexto dos debates sobre o fim da escravidão em 1850, quando a teoria da eugenia apontava para a inferioridade da raça negra. Com a proibição da comercialização de pessoas negras, foram trazidos imigrantes europeus para o país, que passaram a ocupar os postos de trabalho em detrimento da população negra. Relegados à própria sorte, sem trabalho, sem terras, sem acesso à educação e entendidos como inferiores, esperava-se que gradativamente a população branca fosse a maioria (Conceição, 2019).

Apesar da tentativa de embranquecimento da população (tentativa, pois mesmo nos estados com maior número de imigrantes, os brancos não são hoje maioria) e das disputas históricas travadas, nota-se a contribuição deste povo nas cidades, na cultura e na construção social do território brasileiro. No entanto, é também a população que mais sofre com a violência, a insegurança, a pobreza e a carência de políticas públicas, em um processo de invisibilidade social que afeta diversas áreas, inclusive o acesso à educação (Conceição, 2019).

Desta maneira, o colonialismo, o eurocentrismo e o capitalismo influenciam o cotidiano da população, impactando as questões raciais, pois é na classificação racial que estes modelos se baseiam. De forma simplificada, este primeiro é entendido como uma forma de dominação de uma nação sobre outra, através da cultura, economia e territórios. Este segundo é entendido como uma forma de visão que coloca a Europa no centro da sociedade moderna. E o último se refere a um modelo socioeconômico hegemônico na atualidade que tem como base a propriedade privada dos meios de produção, visando o lucro e a acumulação de riqueza através da exploração do trabalho da maior parte da população.

Assim, percebe-se uma relação entre o racismo e o capitalismo, uma vez que o racismo aprofunda as diferenças entre classes sociais, bem como contribui para a acumulação de capital, para a dominação da burguesia e aprofunda a expropriação capitalista. Com a histórica desigualdade de acessos (a educação, saúde, trabalho, etc) e pela forma como foram construídas as primeiras relações de exploração no

² Para complemento, observar estudos como o de Rodrigues (2022) e Silva (2017a), que abordam acerca do projeto de embranquecimento da população brasileira.

Brasil (com as pessoas escravizadas), ainda se observam verdadeiros nichos de exploração de pessoas socialmente vulneráveis e marginalizadas, que, embora tenham conquistado direitos, ainda não o exercem de forma igual e plena na prática.

Neste contexto, o racismo pode ser encontrado de diversas formas em diferentes países, inclusive o Brasil, abrangendo conceitos como o racismo estrutural, de Estado e institucional. Esta realidade afeta a rotina de milhões de pessoas, incluindo os jovens estudantes, podendo afetá-los nos aspectos biopsicossociais e econômicos (Santos; Silva Neta; Santos, 2022). Além disso, ressalta-se que tais conceitos serão debatidos de forma mais extensa no referencial teórico.

Assim, acredita-se na importância de estudar as relações étnico-raciais e saúde mental na EPT, tendo em vista que a população negra é bastante afetada por problemas psicológicos (não somente transtornos, mas as próprias consequências do racismo e de sua realidade de vida) e possui menos acesso à saúde. São iniciativas como esta que podem contribuir para um cenário de respeito à dignidade, diversidade e pluralidade cultural. A EPT, enquanto opção para a conclusão do ensino médio, também enfrenta desafios como a evasão e baixa aspiração dos alunos, bem como pode ser um espaço para o debate acerca das relações étnico-raciais, uma vez que envolve como principal alvo os estudantes negros e negras, em diversas regiões do Brasil (Santos; Silva Neta; Santos, 2022).

Deste modo, diversos fatores foram considerados, tais como o contexto histórico, a desigualdade social, a exclusão e marginalização da população negra, bem como suas condições de vida. Esta pesquisa, além de produzir dados concretos, embasou a construção de um PE destinado aos IFs, fortalecendo e auxiliando os setores de saúde das instituições. A partir disto, foi elaborado como problema de pesquisa: De que forma o manejo dos profissionais do setor de saúde do IFPI pode influenciar no enfrentamento ao racismo e promoção da saúde mental?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este tópico irá apresentar as bases teóricas e o estado da arte acerca do tema, subdividindo-se em: Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, assistência estudantil e o setor de saúde nos IF's; saúde mental, saúde mental de discentes na EPT, racismo; racismo e saúde mental.

2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

A EPT é, atualmente, um campo fecundo, tanto em termos de práticas pedagógicas, quanto de lutas de classe, de acesso à educação e de desenvolvimento humano. Seus debates no Brasil acompanharam diferentes períodos da história, desde o século XIX. Para situar o leitor no tema central deste estudo, faz-se necessário primeiro compreender alguns fundamentos teóricos e básicos relacionados ao estudo da EPT, tais como: trabalho, educação e formação integrada.

Um primeiro ponto é apresentado por Saviani (2007), que ao resgatar os fundamentos histórico-ontológicos da relação entre trabalho e educação, aponta que ambos compõem a essência humana e que se trata de uma relação de identidade. No entanto, com o desenvolvimento da produção, iniciou-se o processo de divisão do trabalho e apropriação privada da terra, que contribuiu para a divisão em classes de proprietários e não-proprietários, bem como para a divisão da educação.

Com a origem da instituição escola, esta passa a reproduzir o modo de produção capitalista. Mesmo com tentativas de reestabelecimento do vínculo entre escola e educação, na sociedade de classes, estes permanecem separados. Embora seu texto enfoque principalmente no princípio educativo do trabalho, sua perspectiva aponta para a necessidade da união entre instrução intelectual e trabalho produtivo (Saviani, 2007).

Ciavatta (2012), por sua vez, retoma conceitos como formação integrada, formação politécnica e educação tecnológica. A autora utiliza, mais especificamente, o termo “formação integrada” para se referir a superação da divisão histórica e social do trabalho; resgata a Educação e a Educação Profissional como inseparáveis, aponta o trabalho como princípio educativo, além de indicar o trabalho, a ciência e a cultura como núcleo básico do currículo integrado.

Ao retratar os aspectos históricos, aborda a educação socialista na perspectiva omnilateral, o surgimento de escolas na Europa e o contexto brasileiro, no qual a educação do povo passou a ser uma preocupação apenas no século XX. Evidencia a luta permanente entre o assistencialismo e aprendizagem operacional *versus* o preparo intelectual, ao longo da história da formação profissional. Ao apresentar estudos comparados, aponta que as diferenças sociais são mais marcantes no Brasil, que carece de uma base de educação universalizada (Ciavatta, 2012).

Isto posto, no contexto brasileiro, Ramos (2014), em seu livro “História e Política da Educação Profissional”, realiza seu estudo à luz do materialismo histórico-dialético e evidencia a disputa de interesses envolvida neste tema. Segundo a autora, a Educação Profissional surge no Brasil em 1809, com o Colégio das Fábricas e os Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, em um período em que era predominante a perspectiva assistencialista. No século XX, voltou-se ao preparo de operários para o trabalho, sendo criadas em 1909 as Escolas dos Aprendizes Artífices. A Educação Profissional ficou à parte da política educacional, uma vez que a reforma implementada por Francisco Campos em 1931 privilegiou o Ensino Secundário, ignorando os ramos profissionais, o que gerou dois sistemas independentes, que não possuíam nenhuma relação estabelecida.

Com a Constituição de 1937 passa a ser organizado o ensino industrial. Posteriormente, com o Decreto nº 47.038 de 1959 é criada a rede federal de escolas técnicas, ocorrendo a transformação em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em 1971, preservando a qualidade das formações até o final dos anos 1980. Entre lutas para evitar o sucateamento do ensino, os anos 1980 foram marcados por lutas progressistas voltadas à perspectiva da politecnia, contudo, nos anos 1990 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Decreto nº 2.208/97 marcaram a vitória conservadora (Ramos, 2014).

O ideário neoliberal presente no governo Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, junto com a influência internacional, contribuiu, dentre outras situações, para a posição subordinada da Educação Profissional, assim como a separação entre Ensino Médio e Educação Profissional. Nos anos 2000, mesmo com a revogação do Decreto nº 2.208/97, não houve a mobilização esperada, havendo a manutenção de concepções anteriores, ainda distante da ideia de integração. Apesar disso, a Lei nº 11.892 de 2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo um marco para a EPT (Ramos, 2014).

Moura (2014) aponta que, no contexto da sociedade capitalista, a dualidade da sociedade também está relacionada com a histórica dualidade na esfera educacional. Assim, o objetivo em uma sociedade justa seria a formação omnilateral, integral ou politécnica, voltada para a formação de sujeitos emancipados, em uma sociedade futura. Compreende aspectos como trabalho, ciência e tecnologia, de forma indissociável. E nota-se também a influência da cultura, enquanto modo de vida de um dado grupo.

Desta forma, uma possibilidade que poderia integrar esta formação humana integral, é o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EMI), que é apontado como germe deste modelo. Contudo, este encontra diversos desafios à sua materialização, dentre os quais estão disputas políticas e críticas no âmbito da academia, que permeiam também os documentos e diretrizes aprovadas (Moura, 2014).

Diante do exposto, Silva e Fiori (2021) apresentam alguns dos princípios da EPT, dentre eles: a pesquisa como princípio pedagógico e o trabalho como princípio educativo, voltados a um processo emancipatório, de superação do saber fragmentado, de aprendizagem permanente, de construção de relações dialéticas e de autonomia. Nesta perspectiva, apontam que a EPT não deve se posicionar como neutra e incentivam que se repense o currículo da mesma.

Feito este recorte histórico e a apresentação de alguns dos princípios da EPT, ressalta-se que em 2022 o Brasil possuía 654 unidades pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, somando mais de 1.513.000 matrículas, distribuídas em 11.814 cursos, o que demonstra um bom potencial de amplitude, sendo um dos principais focos de oferta de matrículas dentro da EPT (Plataforma Nilo Peçanha, 2022).

Assim, percebe-se a abrangência da EPT no Brasil, bem como a possibilidade de integrar um cenário educacional mais voltado à uma formação humana integral, de respeito às pluralidades e como local para debates das relações étnico-raciais, uma vez que, ao considerar o ser humano de forma integral, é preciso considerar também a forma como são construídas as relações interpessoais e a estrutura em que estão inseridos.

2.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O SETOR DE SAÚDE NOS IF'S

Após ter sido apresentada brevemente o contexto histórico de criação e dos caminhos da EPT no Brasil, destacamos que outros aspectos se fazem necessários para seu funcionamento e sistematização, como a criação de políticas públicas, dentre elas a Política de Assistência Estudantil (POLAE), que envolve uma gama de ações e programas, de forma a garantir o direito à educação.

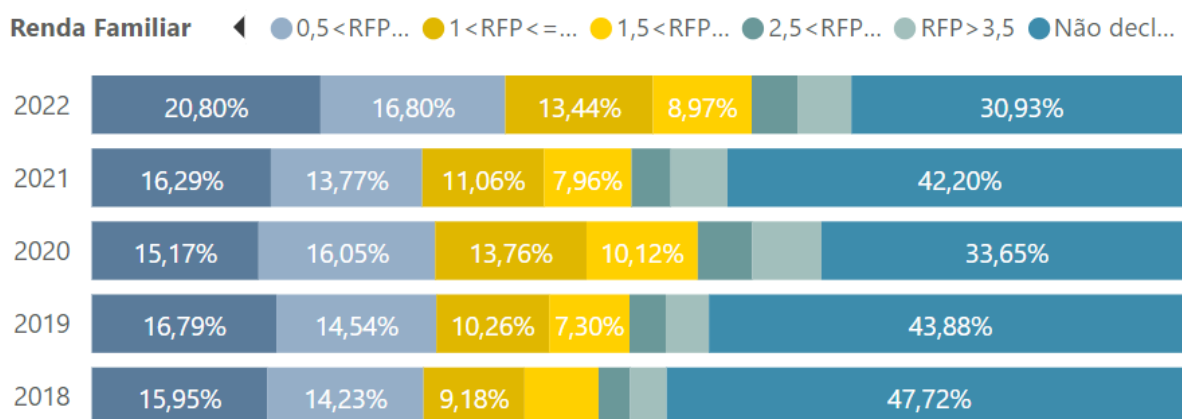
O Decreto nº 7.234 de 2010 instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil, voltado aos IFs, tendo em vista os diversos públicos que estes recebem, priorizando os estudantes em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de uma política pública que envolve aspectos como direitos humanos e justiça social (IFPI, 2021).

A POLAE aborda, por exemplo, a oferta da assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), bem como o funcionamento do Departamento de Saúde/Setor de Saúde, uma vez que ele é responsável pela assistência à saúde do estudante. São descritas ações de prevenção e promoção com foco no bem-estar biopsicossocial dos alunos, como: a assistência médica, odontológica, psicológica e encaminhamentos para o sistema público ou privado. Entre os seus princípios, identificados no Artigo 2º, pode-se mencionar o V, que aborda a:

Defesa em favor da justiça social, respeito à diversidade e eliminação de todas as formas de preconceitos e/ou discriminação por questões de classe social, gênero, etnia/cor, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição mental, física e psicológica (IFPI, 2021, p. 12).

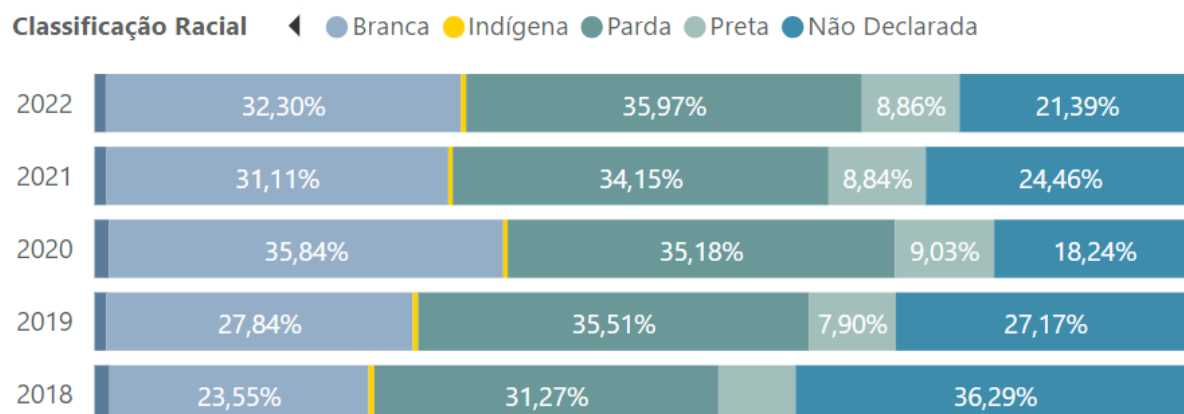
Assim, nota-se que as ações também podem ter como foco o combate ao racismo. Além disso, alguns dados importantes para a compreensão da realidade dos IF's são a classificação por renda e raça, apresentados nas Figuras 1 e 2.

Figura 1 - Número de matrículas por ano e renda familiar em nível nacional



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2022.

Figura 2 - Número de matrículas por ano e classificação racial em nível nacional



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2022.

Tendo como base os dados da Plataforma Nilo Peçanha em nível nacional, é possível notar que em 2022 cerca de 38,74% dos alunos tinham Renda Familiar por Pessoa (RFP) de até 1,5 salário mínimo. Além disto, neste mesmo ano, 44,83% dos alunos se declaravam pardos e pretos. Considerando a porcentagem de não declarantes, estes percentuais poderiam ser ainda maiores.

O cenário piauiense, por sua vez, será representado no Quadro 1.

Quadro 1 - Renda familiar, classificação racial e sexo dos alunos da EPT no Piauí

Variável	Número de matrículas	Porcentagem
RFP de até 1,5 salário mínimo	21.295	65,21%
Classificação racial - pardos	20.582	63,02%
Classificação racial - pretos	3.965	12,14%
Sexo - feminino	17.079	52,30%
Sexo - masculino	15.576	47,70%
Total	32.657	100,00%

Fonte: Adaptado da Plataforma Nilo Peçanha, 2022.

É possível perceber que 65,21% dos alunos tinham RFP de até 1,5 salário mínimo no ano de 2022, muito acima da porcentagem nacional (38,74%), 75,16% se

autodeclararam negros, também acima da média nacional (44,83%), havendo a predominância para pessoas do sexo feminino (52,30%), o que se encontra pouco abaixo do resultado nacional (54,22% de alunas) (Plataforma Nilo Peçanha, 2022). Estes dados apontam para uma realidade de maior vulnerabilidade social e ao mesmo tempo propícia para se trabalhar questões raciais.

Assim, é possível notar a importância da POLAE e seus programas para o enfrentamento do racismo, conforme também apontado no estudo de Silveira (2020). A autora apresenta o formato edital para implementar atividades culturais e processos educativos. A terceira edição de projetos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) envolveu o 1º Encontro Saúde Mental, Gênero, Racismo e Ambiente Acadêmico, que evidenciou uma crescente adesão da comunidade estudantil. Desta forma, os editais são uma maneira de manifestar as vulnerabilidades dos estudantes, dentre elas o racismo.

Neste contexto, o IFPI, através da Resolução Normativa 35/2021 apresenta sua POLAE, criando uma regulamentação específica e destinação de recursos, de modo a promover o acesso, permanência e êxito na instituição. As ações são divididas em programas universais e de atendimento ao estudante em vulnerabilidade social. São exemplos deste primeiro: alimentação, saúde, monitorias, projetos de iniciação científica, eventos acadêmicos, apoio aos estudantes com necessidades específicas, entre outros. Neste segundo pode-se citar o benefício permanente, benefício eventual, benefício atleta e etc. (IFPI, 2021).

O setor de saúde, foco desta pesquisa, conforme descrito na POLAE, realiza ações de prevenção e promoção da saúde, oferece assistência médica, odontológica, social, pedagógica, nutricional, de enfermagem e psicológica, realiza encaminhamentos e dentre outros aspectos, trabalha questões referentes à saúde mental (IFPI, 2021). Portanto, possui uma grande abrangência, tanto de profissionais, quanto de ações, o que possibilita um olhar multidisciplinar e interdisciplinar para o tema racismo e saúde mental.

2.3 SAÚDE MENTAL

Contextualizados os pontos anteriores, faz-se necessário compreender o termo saúde mental, que é um dos focos desta pesquisa. Destaca-se, inicialmente, que não

se tem a pretensão de esgotar o tema, mas de contextualizá-lo para que possa ser entendida a sua importância.

Segundo Alcântara, Lopes e Alves (2022) a saúde mental está relacionada à compreensão de saúde e doença, que parte dos paradigmas da psiquiatria e da reforma psiquiátrica. Se anteriormente, com o modelo biomédico, saúde era entendida como ausência de doença, passa, após muitos debates e lutas, a ser compreendida como um estado de bem-estar biopsicossocial.

Embora a saúde mental seja um tema transversal entre diversas áreas do saber, como a psicologia, a enfermagem e a psiquiatria, seu histórico se relaciona com a história da loucura. Em síntese, a loucura foi historicamente “tratada” com o isolamento em instituições ou tentativas de normalizar comportamentos tidos como anormais. A saúde, assim como a doença, se relacionava com uma noção bioestatística de normalidade, na qual o louco era o desviante (Alcântara; Lopes; Alves, 2022).

Com o advento de novas formas de tratamento, como os psicofármacos e as psicoterapias, ocorreu o movimento denominado de Reforma Psiquiátrica, que se iniciou na década de 1970 no Brasil e contribuiu para a revisão da forma como pessoas com transtornos mentais seriam tratadas, adotando-se a perspectiva da atenção psicossocial, que foi consolidada com a Lei nº 10.216/2001. E assim, a saúde mental passa a se relacionar bastante com o termo “transtornos mentais”, presentes nos estudos de psicopatologia e nas legislações sobre o tema.

Após a reforma, o foco muda do diagnóstico para o sofrimento existencial da pessoa, o cuidado passa a ser descentralizado do médico e direciona-se à atenção psicossocial, que busca o fortalecimento de vínculos com a sociedade e a comunidade (Alcântara; Lopes; Alves, 2022). Ao estender então a perspectiva de saúde mental para o sofrimento existencial das pessoas, abre-se a possibilidade de trabalhar diversos processos que podem afetá-la, dentre eles o racismo, tanto individualmente, quanto coletivamente.

Assim, mudou-se a forma de tratar pessoas com e sem transtornos mentais, dentro desta perspectiva mais abrangente. Embora nem todas as pessoas que sofrem racismo irão desenvolver quadros psicopatológicos, a forma como o sofrimento mental é tratado se estende a todos. Dentre as mudanças, as pessoas com transtornos mentais passam a frequentar espaços comuns, podendo transitar, construir laços, trabalhar e estudar. E a saúde mental passa a ser conceituada como um estado de

bem-estar, no qual a pessoa consegue reconhecer suas capacidades e lidar com as dificuldades cotidianas, preservando sua produtividade e contribuindo socialmente (Alcântara; Lopes; Alves, 2022).

Ao longo deste percurso, alguns direitos foram adquiridos, por exemplo, no tratamento de pessoas com transtorno mental:

- I - ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;
- II - ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;
- III - ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração;
- IV - ter garantia de sigilo nas informações prestadas;
- V - ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária;
- VI - ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;
- VII - receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento;
- VIII - ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis;
- IX - ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental (BRASIL, 2001, p. 1).

Nota-se, então, que tais direitos também podem beneficiar as pessoas sem transtorno mental, que buscam atendimento devido a outros tipos de sofrimentos existenciais, criando-se uma rede de suporte. No Brasil, a Lei nº 10.216/2001 passa a instituir a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que inclui: as Unidades Básicas de Saúde (UBS), os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a atenção residencial de caráter transitório, estratégias de reabilitação psicossocial, estratégias de desinstitucionalização, atenção de urgências e emergências; e a atenção hospitalar (Brasil, 2001). Assim, esta Lei continua marcando a luta por um modelo descentralizado e mais humanizado de atenção à saúde mental.

No tocante ao contexto da EPT, os IF's podem se articular com a RAPS através dos encaminhamentos realizados aos estudantes. Os IF's já contam com equipes de saúde nas escolas, no entanto, existem limitações quanto à abrangência e complexidade de seus serviços, sendo, portanto, necessário conhecer os serviços públicos e locais disponíveis para a continuidade e especialização dos atendimentos.

2.3.1 Saúde mental de discentes na EPT

A pesquisa de Pacheco, Nonenmacher e Cambraia (2020), realizada com estudantes de cursos técnicos integrados, evidencia a presença de adoecimento

mental no contexto escolar, causando sofrimento e prejuízo, com maior prevalência em meninas. São percebidas demandas como: ansiedade relacionada aos estudos, sentimentos de insuficiência, medo e tristeza. Além disto, a adaptação institucional, relacionamentos, *bullying* e pressão são possíveis fatores causadores apontados pelos adolescentes.

Estar longe de casa e da família (no caso dos estudantes que moram em cidade diferente da família ou que ficam na residência estudantil do IF) foi o maior desafio citado, seguido da carga horária e trabalhos, que repercutem negativamente na vida social dos estudantes. A pressão por desempenho também foi um ponto relevante apontado, tanto interna, quanto externamente. Por outro lado, as estratégias de enfrentamento, como apoio emocional, apareceram frequentemente relacionadas com a família, amigos e colegas (Pacheco; Nonenmacher; Cambraia, 2020).

Um dado preocupante encontrado é que apenas 1 de 87 dos estudantes mencionou o apoio emocional dos profissionais de saúde do campus, contudo, 64% indicaram existir algum espaço para discutir saúde mental no contexto escolar, dentre os quais se destaca o psicólogo. Uma possível explicação levantada foi a relação frágil entre o setor de saúde e os estudantes, que ainda não o percebem como um espaço para falar sobre saúde mental (Pacheco; Nonenmacher; Cambraia, 2020).

Tsunematsu, Pantoni e Versuti (2021) corrobora a pesquisa anterior quanto às demandas e aos fatores causadores. Acrescentam ainda o sofrimento psíquico de docentes, apontando a relação entre estrutura curricular, ambiente escolar e saúde mental, além das contradições geradas pela desigualdade social. Diante deste cenário, foi proposta uma formação docente realizada em três encontros, priorizando-se práticas psicoeducativas e a criação de um espaço de reflexão.

Mousinho (2021), por sua vez, conseguiu abranger a perspectiva das equipes de saúde, pedagógica e de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) acerca da saúde mental dos discentes, indicando a ocorrência de situações emergenciais, a necessidade de diálogo entre as equipes para a realização da prática profissional, o desconforto causado ao lidar com as situações emergenciais dos discentes, bem como a importância do respaldo institucional no enfrentamento a esta temática, além de propor a construção de um Guia de Educação em Saúde Mental, que inclui um fluxograma de atendimento emergencial e possíveis encaminhamentos para a RAPS.

A pesquisa de Sousa, Araújo e Lima (2019) aborda sobre a realização do projeto de extensão “Saúde Mental e Qualidade de Vida na Escola”, realizado no IFPI Campus Teresina Zona Sul. Este projeto levou em consideração que 11,06% dos alunos atendidos pelo serviço de psicologia apresentavam sintomas ou diagnósticos de transtornos mentais, com destaque para “os transtornos depressivos e de humor, transtornos de ansiedade, transtornos psicóticos e transtornos de personalidade” (p. 172). Considerou-se também a alta taxa de suicídio suicídios em Teresina.

Segundo os autores, foram desenvolvidas ações de prevenção e promoção de saúde mental entre outubro de 2018 e janeiro de 2019. Trabalhou-se a sensibilização e conscientização acerca dos transtornos mentais, a psicoeducação e manejo de ansiedade, prevenção ao suicídio, autocuidado e resiliência, entre outros temas. Foram feitas parcerias com outros profissionais de saúde, como as nutricionistas e psiquiatras, o que aponta para o caráter transversal da saúde mental (Sousa; Araújo; Lima, 2019).

No relatório de pesquisa de Pereira, Alencar e Lima (2020), percebe-se o quanto a pandemia de Covid-19 afetou a saúde mental de estudantes e servidores do IFPI. A pesquisa, realizada em 10 campi, avaliou os pontos de vulnerabilidade aos quais estudantes e servidores estavam expostos, abrangendo 3.255 participantes. Notaram-se pioras na estabilidade de emoções (43,9%), de humor (38,8%), na autoconfiança (29,25%), na capacidade de suportar situações difíceis (27,68%), na capacidade de tomar decisões (22,83%) e no interesse pela vida (15,05%).

Quanto à saúde física, notaram-se também pioras na energia/disposição física (47,25%), no sono (41,96%), nos hábitos alimentares (34,56%), na saúde física (28,01%) e na satisfação sexual (16,37%). Verificaram-se ainda prejuízos na convivência com amigos (37,88%), com as outras pessoas (36,56%) e com a família (14,31%), bem como nas atividades de lazer (43,29%), no interesse pelo trabalho/estudo (37,56%) e na condição financeira (27,28%). Além disso, 20,3% dos participantes indicavam insatisfação com sua saúde mental e 8,5% muita insatisfação com este aspecto (Pereira; Alencar; Lima, 2020).

Perceberam-se maiores prevalências de estresse (67,4%), ansiedade (59,56%), desinteresse ou falta de energia (56,58%), mau humor (56,21%), irritação (54,92%), tristeza (51,94%), dentre outras emoções. Houve o surgimento de comportamento autolesivo (2,10%) e aumento deste comportamento (4,5%) com o distanciamento social. O mesmo ocorreu com a ideação suicida, sendo 2,3% e 7%,

respectivamente. Ainda foi relatado o aumento de consumo de álcool e outras drogas por 7% dos participantes e o início de uso de medicação psiquiátrica (2,5%) neste período. No entanto, apenas 5,9% procuraram atendimento psicológico, 1,2% procuraram atendimento psiquiátrico, 1,6% procuraram ambos e 75,2% indicaram não perceber a necessidade, apesar dos dados alarmantes indicados. Dentre as estratégias de enfrentamento apontadas, apenas 7,8% procuraram terapias, o que demonstra uma realidade preocupante (Pereira; Alencar; Lima, 2020).

Pereira (2024) aponta que, após a pandemia, os estudantes do IFPI Campus Pedro II ainda vivenciavam o desgaste emocional, ao lidar com sintomas psicopatológicos que surgiram durante este período. Foram relatados por seus participantes o medo, os sintomas ansiosos e depressivos, assim como a automutilação. Foram percebidos prejuízos acadêmicos e sociais, bem como na rotina dos mesmos e a necessidade de escuta qualificada.

Pereira (2023), por sua vez, aponta a presença dos sentimentos de ansiedade, felicidade, euforia, paz, alegria, medo, amor, melancolia, raiva e apatia em seus participantes. Além disso, indica a dificuldade dos estudantes de nomearem e gerenciarem as próprias emoções, assim como a relação entre emoções, escola e engajamento nas atividades. Mostra ainda as possibilidades de aplicação da educação positiva com estudantes do EMI, através do curso “Educando para (e com) as emoções”.

Assim, percebe-se a necessidade pesquisas e ações sobre saúde mental na EPT, especialmente na realidade pesquisada, que demonstra a presença acentuada de demandas psicopatológicas e a necessidade da conscientização do corpo discente e docente para a busca de ajuda profissional, tendo em vista a reduzida procura identificada. Dentre essas ações, também é possível desenvolver projetos que abordem as relações étnico-raciais e sua relação com o bem-estar dos estudantes.

2.4 RACISMO

Antes de serem apresentados alguns conceitos básicos para a temática racismo, faz-se necessário compreender o termo raça, cor e etnia. Raça, a partir de sua constituição histórica, se baseia em dois pontos principais: a característica biológica (traços físicos, cor da pele) e a característica étnico-cultural (de uma identidade ligada à origem geográfica, à religião, à língua ou costumes). Além disso,

Raça não está presente na realidade natural, mas sim como elemento essencialmente político, fazendo sentido apenas no campo social e antropológico (Almeida, 2019).

Cor, por sua vez, se refere à gradação do tom de pele. Já etnia está mais relacionada ao pertencimento ancestral e étnico-racial, quando uma pessoa ou grupo estão conscientes de interesses e origens compartilhados, ligados por experiências comuns (Gomes *et al.*, 2020).

Dito isto, o Decreto nº 10.932 de 10 de janeiro de 2022, que promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, compreende o racismo enquanto um fenômeno dinâmico, que pode se expressar nos âmbitos políticos, sociais, culturais e linguísticos. Reconhece que suas vítimas podem incluir afrodescendentes, indígenas e outros grupos étnico-raciais, pertencentes ou não a uma minoria. Aponta para fatores além da cor e raça a serem considerados, incluindo a ascendência, origem nacional ou étnica (Brasil, 2022).

Destaca-se aqui os conceitos de discriminação racial, racismo e intolerância contidos no Decreto:

1. Discriminação racial é qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, em qualquer área da vida pública ou privada, cujo propósito ou efeito seja anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, de um ou mais direitos humanos e liberdades fundamentais consagrados nos instrumentos internacionais aplicáveis aos Estados Partes. A discriminação racial pode basear-se em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica.

[...]

4. Racismo consiste em qualquer teoria, doutrina, ideologia ou conjunto de ideias que enunciam um vínculo causal entre as características fenotípicas ou genotípicas de indivíduos ou grupos e seus traços intelectuais, culturais e de personalidade, inclusive o falso conceito de superioridade racial. O racismo ocasiona desigualdades raciais e a noção de que as relações discriminatórias entre grupos são moral e cientificamente justificadas. Toda teoria, doutrina, ideologia e conjunto de ideias racistas descritas neste Artigo são cientificamente falsas, moralmente censuráveis, socialmente injustas e contrárias aos princípios fundamentais do Direito Internacional e, portanto, perturbam gravemente a paz e a segurança internacional, sendo, dessa maneira, condenadas pelos Estados Partes.

[...]

6. Intolerância é um ato ou conjunto de atos ou manifestações que denotam desrespeito, rejeição ou desprezo à dignidade, características, convicções ou opiniões de pessoas por serem diferentes ou contrárias. Pode manifestar-se como a marginalização e a exclusão de grupos em condições de vulnerabilidade da participação em qualquer esfera da vida pública ou privada ou como violência contra esses grupos (Brasil, 2022, p. 2-3).

Abre-se a possibilidade ainda da Discriminação Racial Indireta, que ocorre quando algum dispositivo, prática ou critério que aparentava neutralidade possa colocar pessoas de determinado grupo em desvantagem. Aborda-se ainda sobre a

Discriminação Múltipla ou Agravada, quando mais de um critério aparece ao mesmo tempo (discriminação racial, discriminação racial indireta, racismo e intolerância) (Brasil, 2022).

Almeida (2019) diferencia preconceito, racismo e discriminação. Conceitua o preconceito racial enquanto juízo envolvendo estereótipos de uma pessoa que pertence a um dado grupo racializado, podendo ou não gerar práticas discriminatórias. Já a discriminação racial estaria mais voltada a um tratamento diferenciado a alguém ou grupo em razão da raça, abarcando a possibilidade de ser direta ou indireta, como já definido anteriormente. E o racismo seria então compreendido como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (p. 22).

O racismo englobaria então o preconceito e a discriminação, estando presente em todas as relações sociais, políticas, jurídicas e econômicas que desfavorecem uma pessoa ou grupo por conta de sua raça. Trata-se, assim, de uma política de opressão. Além disto, o autor apresenta três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. A concepção individualista ressalta a natureza psicológica do racismo, deixando de lado sua natureza política, compreende-o como uma patologia ou irracionalidade, admitindo a existência somente do preconceito. Existiriam então apenas indivíduos racistas, não sociedades ou instituições racistas (Almeida, 2019).

A concepção institucional aborda o poder como aspecto central da relação racial e entende o racismo como dominação, uma vez que determinados parâmetros discriminatórios são utilizados para manter determinado grupo no poder. As instituições seriam a materialização das formas de vida social, de suas normas, padrões e técnicas de controle; e carregariam os conflitos existentes na sociedade (Almeida, 2019).

Já a concepção estrutural aponta que o racismo é uma decorrência da estrutura social, da forma como se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares, não uma patologia, mas sim estrutural, se desdobrando enquanto processo político e histórico. Essa perspectiva não exclui os sujeitos racializados, mas os considera parte do sistema. Não é retirada a responsabilidade individual, pelo contrário, torna as pessoas ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo (Almeida, 2019).

O racismo, nesta perspectiva, é normal, ele constitui as relações como normalidade. É uma forma de racionalidade, de compreensão das relações, no consciente e no inconsciente, enquanto modo de estrutura social, de funcionamento da vida cotidiana. Envolve a economia, a política e a subjetividade, enquanto três pontos que constituem o estrutural. É estrutural e estruturante das relações das pessoas, por exemplo, quando se observa que a violência contra negros não causa espanto. Há a falta de representação de pessoas negras em espaços políticos, sendo que a maioria da população é negra. Além disso, ser branco e ser negro são construções sociais (Almeida, 2019).

É necessário considerar ainda o papel dos estereótipos para a preservação deste cenário. O estereótipo se refere a uma imagem ou conceito previamente estabelecido, que generaliza um grupo e pode servir para rotular seus integrantes. Com relação à população negra, estes estereótipos podem envolver suas características físicas, seus comportamentos e sua forma de pensar. Os estereótipos podem, por exemplo, influenciar no racismo recreativo, quando são utilizados para diminuir ou ridicularizar pessoas negras (Moreira, 2019).

Pode-se ainda pensar na interseccionalidade do racismo, em que diversas estruturas colidem, tais como gênero, identidade, violência, classe social, entre outros. “A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas” (Akotirene, 2019, p. 48). Dessa forma, é possível pensar, por exemplo, como mulheres negras são discriminadas, podendo sofrer múltiplas experiências discriminatórias, em uma ou mais vias identitárias (Akotirene, 2019).

Acrescenta-se ainda o colorismo, ou pigmentocracia, que é uma forma de discriminação baseada nos diferentes tons de pele, excluindo as pessoas com tom de pele mais retinto. Este se relaciona com a noção de superioridade da raça branca e pode ao mesmo tempo segregar uma parcela da população (como no caso das pessoas pretas) e dificultar o reconhecimento e construção de identidade de pessoas pardas (Silva, 2017b).

Ao apresentar estes conceitos, outros se relacionam, como por exemplo, branquitude. Este termo envolve aspectos como a concepção de que quem tem raça é o outro e que o branco é o padrão universal da humanidade, como se fossem genéricos. A branquitude envolve ainda uma ficção de superioridade, que auxilia na produção e legitimação da violência racial, bem como mantém privilégios materiais e simbólicos das pessoas brancas (Schuman, 2014).

A branquitude é uma posição, cujos ocupantes foram sistematicamente privilegiados, inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo; e mantidos na contemporaneidade. Utiliza-se a palavra privilégio não como ausência de dificuldade, mas para indicar que, mesmo em situação de dificuldade, pessoas brancas ocupam uma posição social de superioridade. Dependendo do país, dos interesses políticos e do momento histórico, os ocupantes podem variar, uma vez que não é uma questão genética. No contexto brasileiro, por exemplo, ocupar esta posição está mais ligado à aparência, ao status e ao fenótipo (Schuman, 2014).

Assim, o termo racismo reverso seria uma negação do histórico sistema de opressão. Reconhece-se a sua não existência material e teórica, bem como o equívoco que este conceito trás. Para haver Racismo deve haver uma relação de poder que culmine em desvantagens para um determinado grupo em função dos pontos já apresentados, logo seria uma impossibilidade, dada a história e a atualidade, que grupos não-brancos assumissem o poder a ponto de desfavorecer econômica, política e socialmente o grupo branco. Até a representação social e política de grupos não-brancos é menor do que o grupo branco, então como poderia ter peso o suficiente para reverter todo um processo histórico e estruturante? Ao nível dos aspectos abordados até aqui, percebe-se que envolveria mudar também fatos históricos que já ocorreram. Logo, este tipo de discurso apenas contribui para a negação de lutas históricas e atuais (Damasceno; Azevedo, 2021; Fontoura, 2021).

Esse sistema de opressão possui diversos marcos históricos. Fazendo um breve percurso histórico, no século XVI o comércio de escravos para o Brasil se torna altamente lucrativo. No século XVIII os escravos começam a escrever petições por melhores condições de vida, por exemplo, na Bahia em 1789. Diversos acordos foram feitos com a Inglaterra para o fim do tráfico de escravos e estes foram desobedecidos. Em 1831 ocorreu a Revolta de Malês, uma revolta escrava em Salvador que teve repercussão nacional e internacional. Em 1850 foi promulgada a Lei do Ventre Livre, em que os filhos nascidos de escravas seriam livres; no mesmo ano foi criada a Lei de Terras, que dificultava grandemente que ex-escravos pudessem possuir terras (Amaral, 2011).

Em 1881, ocorreu uma reforma eleitoral que excluía a população pobre, que também era constituída por pessoas negras. Em 1885 surge a Lei Saraiva-Cotagipe, também chamada de Lei dos Sexagenários, para regular a extinção gradual do elemento servil. E, finalmente, após muito debate e pressão, foi estabelecida a Lei

Áurea em 1888, declarando oficialmente a extinção da escravidão no Brasil (Amaral, 2011). No entanto, com a proibição da comercialização de pessoas negras, foram trazidos imigrantes europeus para o país, que passaram a ocupar os postos de trabalho em detrimento da população negra. Relegados à própria sorte, sem trabalho, sem terras, sem acesso à educação e entendidos como inferiores, esperava-se que gradativamente a população branca fosse a maioria (Conceição, 2019).

O Código Penal de 1890, por sua vez, possuía um capítulo dedicado aos vadios (pessoas sem profissão, sem domicílio certo e sem trabalho) e capoeiristas, definindo-os como criminosos, o que contribuiu para o encarceramento de muitos ex-escravos e a marginalização desta população (Jesus, 2020). Foi um período de muitas fugas e formação de quilombos. Além disso, o ideal de embranquecimento da população brasileira e políticas de imigração de europeus vigoraram até a década de 1930, fortalecidos também pelo racismo científico, que reforçava através de teorias pseudocientíficas a ideia de uma hierarquia racial e superioridade das pessoas brancas, como a teoria da eugenia (Amaral, 2011).

Entre 1896 e 1897 ocorreu a Guerra de Canudos, em que a maioria dos combatentes eram negros. Em 1904 ocorreu a Revolta da Vacina em um contexto de reformas urbanas e imposição de medidas sanitaristas a pessoas pobres e negras. Em 1910 foi registrada a Revolta da Chibata, contra os castigos corporais e por melhores condições de vida na Marinha. E somente no início do século XX começaram a surgir as primeiras sociedades negras que lutavam contra a discriminação racial e defendiam a inclusão da população negra, bem como jornais escritos por negros e para negros, como “A Alvorada” (Amaral, 2011).

Em 1945 foi criado o Teatro Experimental do Negro, uma das primeiras formas de expressão artística organizada. Nas décadas de 1960 e 1970 ocorreram os movimentos estudantis na Europa, a luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis, as guerras de independência dos países africanos, entre outros movimentos. Em 1978 surgiu o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que depois passou a se chamar apenas Movimento Negro Unificado (MNU). E finalmente, em 1988, a Constituição Federal reconhece a igualdade de todos, sem qualquer distinção (Amaral, 2011).

A luta antirracista, infelizmente, não se encerra com a Constituição e as Leis que se seguiram. Ela continua ativa, dado a longa trajetória de desigualdades e a construção social do racismo. Percebe-se a participação que o Estado teve ao longo

de todo esse recorte histórico para o cenário atual, assim torna-se necessário esclarecer mais alguns pontos, como o racismo de Estado e os marcos legais da luta antirracista.

O racismo de Estado, enquanto conceito foucaultiano e debatido posteriormente por seus críticos, estaria, essencialmente, ligado ao funcionamento do Estado, enquanto técnica do poder, uma vez que o Estado utilizaria a noção de raça, eliminação e purificação para manter o exercício do seu poder (Passos, 2013). Desta forma, as primeiras ocorrências de Racismo de Estado dizem respeito às colônias e à escravidão (Lima Filho; Chaves, 2021).

Após muitas lutas e debates, alguns marcos legais foram estabelecidos, como a Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989, que indica os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor e suas punições, tais como: injúria, impedir o acesso a cargos da Administração Direta ou Indireta, negar ou obstar emprego, recusar ou negar acesso a estabelecimento comercial, entre outros. Além desta, existe a Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto de Igualdade Racial; e a Lei nº 14.532 de 11 de janeiro de 2023, que tipifica a injúria racial como crime de racismo, prevê pena para o Racismo Religioso e Recreativo (Brasil, 1989; Brasil, 2010; Brasil, 2023).

A injúria racial consiste em “injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional”, enquanto o racismo religioso estaria voltado a “obstar, impedir ou empregar violência contra quaisquer manifestações ou práticas religiosas” no contexto de grupos racializados; e o racismo recreativo “quando ocorrerem em contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação” (Brasil, 2023, p. 1).

2.4.1 Racismo e educação

Em uma sociedade estruturada pelo racismo, a educação também reflete esta realidade. Ao pensar na perspectiva do racismo estrutural para compreender a educação no Brasil, percebe-se a histórica desigualdade de acesso e a permanência na Educação Básica, que aparece, por exemplo, na transição entre ensino médio e superior. Mesmo com ações afirmativas, o número de jovens negros que conseguem ingressar e concluir o ensino superior (3,95% dos pretos e 4,04% dos pardos) é menor do que o número de pessoas brancas (12,75%), o que gera uma verdadeira bifurcação no ensino médio (Bersani, 2017).

Leva-se em consideração diversos fatores, tais como: a exclusão social, a discriminação racial, a classe social, entre outras. A educação é historicamente elitista, uma elite branca. Tanto as pessoas escravizadas, quanto seus descendentes, não tiveram espaço no ambiente escolar. Assim, a desigualdade educacional pode ser também vista como uma das faces do racismo estrutural, o que afeta também as relações de trabalho e acesso a oportunidades de melhores condições de vida (Bersani, 2017).

A exclusão social de pessoas negras também afeta seu acesso à educação, o derruba a ideia de meritocracia e igualdade. Mesmo as cotas raciais, enquanto uma política de reparação histórica, tornam-se insuficientes para sanar problemas que são sociais, políticos, econômicos e principalmente estruturais (Bersani, 2017).

Ressalta-se, neste cenário de lutas, a aprovação da Lei nº 10.639/03 de 9 de janeiro de 2003, que corresponde às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, sendo um marco para o enfrentamento do racismo no Brasil. Em seu texto, a Lei aborda, dentre outros aspectos, sobre as políticas de reparação, de reconhecimento e valorização de ações afirmativas, a educação das relações étnico-raciais, a obrigatoriedade da inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo da Educação Básica, a comunicação com o Movimento Negro, a diversidade, o fortalecimento de identidades e de direitos, as ações educativas de combate ao racismo e às discriminações (Brasil, 2004).

Apesar de aprovada, esta resolução ainda enfrenta desafios, como a intolerância e preconceito que as religiões afro-brasileiras enfrentam. Percebe-se a demonização da cultura de matriz africana, bem como a intensa resistência de escolas e educadores, o que remonta ao período de colonização, em que a Igreja Católica exerceu grande influência no Brasil, proibindo inclusive que outras religiões fossem professadas. O Estado só passou a ser laico na Constituição de 1891, embora na prática ainda se predomine o discurso religioso cristão, tanto na política, quanto nas escolas (Silva, 2019).

Nota-se o intenso cenário de violência contra corpos negros, bem como contra a expressão de sua cultura e ancestralidade, em diversos espaços públicos e privados, tais como o ambiente escolar. Assim, casos de racismo, racismo religioso e injúria racial também podem estar presentes na escola, que deveria ser um espaço seguro e acessível a todos (Silva, 2019).

A imagem que se tenta transmitir do Brasil como um país diverso, inclusivo e respeitoso foi, durante muito tempo, uma forma de tentar deslegitimar a luta antirracista. Até a produção do conhecimento no meio científico foi influenciada grandemente por uma perspectiva branca e eurocentrada, incentivada por órgãos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que retratava o país como um paraíso racial até a década de 1950 (Gaia; Scorsolini-Comin, 2020).

A educação, quando utilizada como forma de manutenção das estruturas racistas, contribui para a visão hierárquica de raças, para a naturalização da pobreza e da desigualdade social e racial. Ela possui um papel fundamental na reprodução do racismo contra uma população já marginalizada e silenciada, por isso a luta pela construção de uma educação antirracista é também desafiadora, uma vez que o racismo já é um processo naturalizado, que resulta na autodiscriminação do negro (Gaia; Scorsolini-Comin, 2020).

A educação antirracista enfrenta diversos desafios, tais como: o Estado racista, a dificuldade de estabelecer uma abordagem multidisciplinar, a precarização das escolas públicas, a discrepância de públicos entre a escola particular e a escola pública, a dificuldade da implementação de um currículo que aborde as relações étnico-raciais em escolas particulares majoritariamente brancas e o aumento dos investimentos financeiros nas escolas públicas (Gaia; Scorsolini-Comin, 2020).

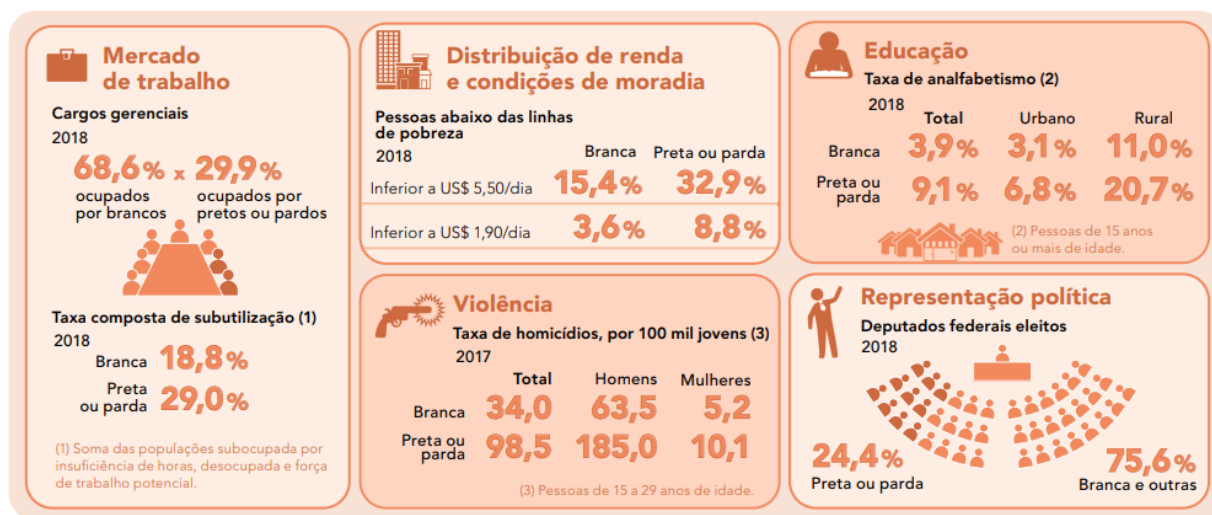
Embora seja uma pauta bastante extensa, espera-se que tenha sido possível compreender alguns pontos centrais para este debate, demonstrando sua atualidade e legitimidade, bem como alguns de seus desafios, de forma a ampliar a visão acerca do tema racismo e educação.

2.4.2 Racismo e saúde mental

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) a população brasileira é formada por cerca de 56% de pessoas negras (pretos e pardos). No entanto, por sua história de formação social, marcada pela escravidão de indígenas e negros (africanos e afrodescendentes), o Brasil é marcado pelo racismo que atinge as pessoas negras desse país, podendo aparecer tanto de forma explícita quanto de forma velada.

No informativo do IBGE (2019) sobre desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil é apontado que esta ocupa lugar central no debate sobre desigualdades sociais e está relacionada ao processo de desenvolvimento nacional no decorrer da história. Percebe-se uma maior vulnerabilidade na população negra, cujas condições de vida foram sintetizadas na figura 3.

Figura 3 - Condições de vida da população brasileira



Fonte: IBGE, 2019.

Nota-se, a partir deste panorama geral, que a população negra ocupa menos cargos gerenciais, tem uma maior taxa de subutilização, representam porcentagens preocupantes de pessoas abaixo da linha da pobreza, na taxa de homicídios, no analfabetismo e na representação política. Desta forma, é possível perceber uma desigualdade gritante, bem como a vulnerabilidade social e econômica desta população (IBGE, 2019).

No Piauí, 80% da população se autodeclara negra, sendo 9,1% pretos e 70,9% pardos, população esta que constitui a parcela mais pobre do estado e que vive em situação de precariedade, o que revela uma realidade preocupante e de vulnerabilidade, que pode contribuir, dentre outras questões, para a desigualdade de acesso à saúde, educação, trabalho e lazer (Macêdo, 2019).

O racismo pode apresentar como impactos: prejuízos nos processos de subjetivação, na formação de identidade e autoestima, sendo considerado como fator de adoecimento psíquico, o que mostra a necessidade de acolhimento e enfrentamento desta demanda. No enfrentamento desta problemática, contudo, tem-

se apresentado dificuldades como: o despreparo de profissionais da saúde para seu manejo, problemas na formação de trabalhadores de saúde mental e a baixa produção acadêmica no Brasil (Damasceno; Zanello, 2018; Ignácio; Mattos, 2019; Nascimento; Silva, 2021).

O racismo é fonte de grande sofrimento, já tendo sido objeto de análise pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), através da cartilha “Relações raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogas(os)”. Além de reconhecer as dimensões históricas do racismo, o divide entre 3 âmbitos: institucional, interpessoal e pessoal/internalizado/intrapsíquico. Este primeiro está voltado ao âmbito político-pragmático das instituições, em que a gestão contribui para a manutenção de um cenário que prejudica pessoas negras ou indígenas, indicando uma falha do Estado. Este segundo envolve os processos que ocorrem entre pessoas em interação e o terceiro abarca a internalização de condutas ou formas de pensar que evidenciam a relação de superioridade e inferioridade entre raças (CFP, 2017). Uma outra nomenclatura para o racismo pessoal/internalizado/intrapsíquico é racismo intrapessoal, como apresentado por Cruz (2016), mantendo-se o mesmo significado.

Na cartilha, o debate acerca do movimento negro, do enfrentamento político e das contribuições da psicologia apontam para a necessidade de uma formação dos psicólogos sobre relações raciais, bem como a construção de uma atuação voltada para a desconstrução do racismo e promoção da igualdade (CFP, 2017).

Dentre os impactos do racismo foram mencionados: sentir-se diminuído, constantemente desafiado e humilhado, uso de mecanismos de defesa como a negação e identificação com o agressor, dificuldade no acesso à saúde e erros de diagnóstico, prejuízos na autoestima e autoimagem decorrentes da pouca representação social de pessoas negras como ideais de beleza e nas mídias (CFP, 2017).

Pode-se falar ainda em trauma racial, que é entendido “como um choque violento provocado pela exposição a episódio(s) de violência racial” (Farias; Accorssi, 2023, p. 1). Estabelece-se uma relação atemporal, uma vez que o racismo conecta as pessoas a um passado de escravidão, que faz parte da constituição do Brasil. Este trauma abarca uma série de impactos na saúde mental, podendo gerar problemas psicológicos (Farias; Accorssi, 2023).

No Brasil, ocorrem cerca de 3 mil óbitos por ano decorrentes de suicídio de jovens e adolescentes. O número de suicídios de pessoas negras também é maior do

que de pessoas brancas, principalmente entre adolescentes e jovens, havendo uma diferença de 45% a mais para pessoas negras (Arruda, 2022).

As desigualdades também afetam o campo da saúde, na oferta e busca por ajuda. Considerando que existe o racismo institucional, as demandas relacionadas com questões raciais podem também ser invisibilizadas e normalizadas, o que pode contribuir para a diminuição da procura por atendimento. Assim como os custos de um tratamento para essa população em situação de vulnerabilidade pode também contribuir para este o aumento das taxas de suicídio (Arruda, 2022).

Dito isto, embora as pesquisas em EPT sejam poucas, existem algumas como Nascimento e Santos (2022), que aborda sobre o racismo institucional no contexto da EPT, a partir da experiência de orientação dentro do programa de mestrado. As autoras se propõem a estudar o racismo como determinante de saúde mental dos discentes do curso de Refrigeração Industrial e Climatização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) campus Salvador.

O produto educacional gerado a partir deste estudo foi uma sequência “afrodidática”, que enfoca mulheres negras na história. Utiliza-se o jogo da memória, músicas, contação de histórias e outros recursos que contribuem para a valorização biográfica do corpo negro, com a finalidade de diminuir o impacto do racismo na saúde mental de alunas da EPT (Nascimento; Santos, 2021).

Outras pesquisas que abrangem uma perspectiva mais ampla, como no caso dos estudos sobre relações étnico-raciais, podem também oferecer contribuições para o estudo do racismo. Por exemplo, na pesquisa de Silva e Santos Júnior (2023) é abordado como o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) pode contribuir para o desenvolvimento de políticas educacionais voltadas ao tema no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). Os autores abordam a escola como um espaço de diálogo sobre as questões étnico-raciais, em uma perspectiva antirracista e de formação humana integral, apontando a importância do NEABI.

Outra possibilidade é indicada na pesquisa de Bertuani e Ferreira (2022), que apontam a utilização da educação das relações étnico-raciais como eixo integrador do ensino médio integrado. Os autores abordam a adoção de projetos integrados, da integração curricular abrangendo as áreas de filosofia, biologia, sociologia, física, geografia, finanças, rotina e cálculos trabalhistas, empreendedorismo e desenvolvimento de projetos, agronegócios, língua portuguesa e literatura brasileira, história, matemática e redação. Tais práticas mostraram-se promissoras, sendo

relacionadas às noções de politecnia, formação humana integral, interdisciplinaridade e pedagogia antirracista.

A pesquisa de Santos, Silva e Giarola (2023), por sua vez, investiga o papel dos técnicos administrativos da EPT na consolidação escolar das relações étnico-raciais. O estudo, conduzido no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) - Campus de Divinópolis, revelou o baixo nível de conhecimento entre os técnicos administrativos e estagiários a respeito do tema, bem como a necessidade de formação continuada para a melhoria do atendimento à população negra.

Já o estudo de Barbosa, Kokkonen e Sousa (2021) indica o racismo estrutural como o principal desafio para a educação das relações étnico-raciais na EPT no Brasil. Faz um resgate histórico desde o período colonial e reflete sobre as práticas reproduzidas no presente. Também indicou o combate ao racismo como um problema multidimensional, que perpassa pelos campos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Assim, é possível notar um contexto de baixa produção acadêmica sobre este tema, principalmente relacionando racismo e saúde mental no contexto da EPT, mas que já revela diversas variáveis e potencialidades, conforme apresentado até aqui. Tendo em vista os determinantes históricos e sociais dessa questão, faz-se necessário ampliar este olhar e propor pesquisas.

3 METODOLOGIA

Esta seção envolve diversos aspectos da realização da pesquisa, assim, optou-se por dividir nos seguintes subtópicos: procedimentos éticos, abordagem e delineamento da pesquisa, participantes da pesquisa, coleta de dados, análise de dados, limitações do estudo; riscos e benefícios.

3.1 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) através da Plataforma Brasil, registrada com o Certificado Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 77745924.0.0000.5210 e parecer de aprovação nº 6.860.604. Está de acordo com os princípios éticos presentes nas resoluções 466/12, 510/16 e 580/18 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Dessa forma, os procedimentos adotados foram utilizados preservando-se a privacidade, o sigilo e a autonomia dos sujeitos, que assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), comprovando que estavam cientes dos riscos, benefícios, procedimentos e objetivos da pesquisa.

3.2 ABORDAGEM E DELINEAMENTO DA PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa documental e de campo de abordagem qualitativa e do tipo descritiva. Segundo Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa documental é aquela realizada com fontes primárias de informações, aquelas nunca tratadas anteriormente, tais como boletins de ocorrência, cartas, etc. Já a pesquisa de campo é compreendida como aquela que busca coletar informações sobre uma determinada temática junto a informantes. A pesquisa qualitativa, por sua vez, é uma abordagem que objetiva o estudo em maior profundidade, cujo modo de análise é indutivo e possui raízes filosóficas na fenomenologia e na interação simbólica. Este tipo de pesquisa é essencialmente descritiva, pois busca descrever o fenômeno ou objeto estudado.

Prodanov e Freitas (2013) esclarecem que a fenomenologia, base do método fenomenológico, busca avançar para o dado, isto é, o fenômeno, o que é visto pela consciência, buscando entendê-lo através da intuição. Já para Carvalho, Borges e

Rêgo (2010) a interação simbólica, por sua vez, envolve os atos sociais e os objetos do ambiente, pois durante este primeiro, o segundo passa por uma (re)definição, isto é, a interação simbólica ocorre através da interpretação de um ato com base no significado que as pessoas lhe atribuem. E assim, essas compreensões são base para a pesquisa qualitativa.

Desta forma, observa-se que a presente pesquisa encontra-se alinhada com estas definições, tendo em vista que os dados foram coletados presencialmente com os participantes, que responderam a uma entrevista semiestruturada, instrumento este indicado em pesquisas qualitativas. E, complementando estes dados, foi feita a análise de documentos (relatórios) do setor de saúde.

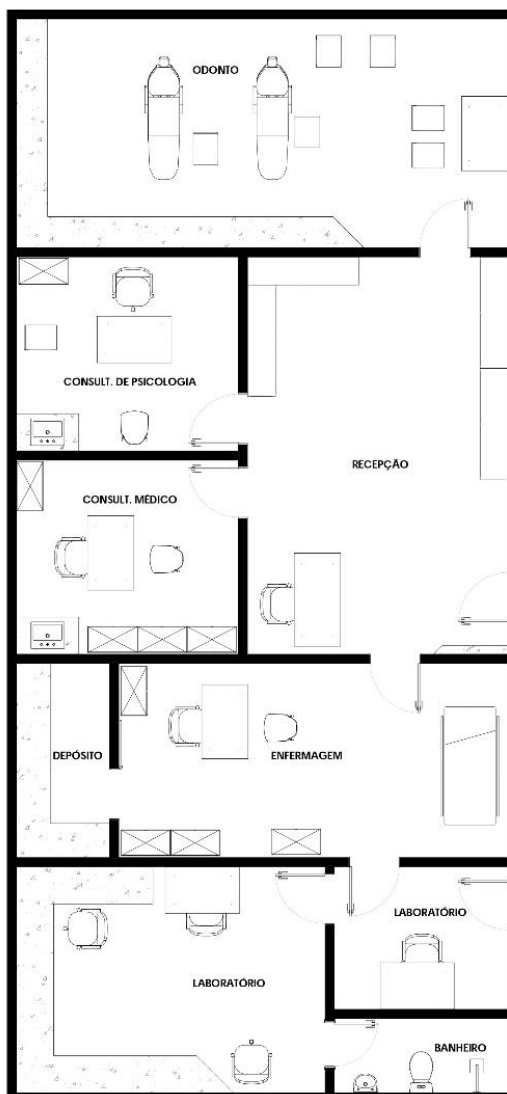
3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada na cidade de Teresina - PI, no IFPI Campus Teresina Central. Segundo o Plano de Dados Abertos (PDA) do IFPI:

É uma autarquia de regime especial de base educacional humanística, técnica e científica. A Instituição articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, sendo especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. Tem sede em Teresina, capital do Estado do Piauí, e foi criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (IFPI, 2022, p. 5).

De acordo com os dados da Plataforma Nilo Peçanha (2023), este campus abrange 94 cursos, 11.222 matrículas, 5.853 vagas, 23.433 inscritos, 1.803 concluintes e 5.253 ingressantes. Em sua estrutura, conta com 3 prédios, sendo um deles um memorial, todos localizados no centro da capital. É também o campus com a maior equipe de saúde do Piauí. A estrutura física do setor, por sua vez, é mostrada na Figura 4.

Figura 4 - Croqui do setor de saúde



Fonte: Autoria própria, 2024.

Esclarece-se que o croqui foi feito pela pesquisadora em visita ao local, uma vez que não foi possível ter acesso à planta baixa com o setor de Engenharia, para caracterização do local pesquisado. Inicialmente feito em desenho à mão livre, foi pedido a um arquiteto que fizesse a versão digital do mesmo.

Acerca dos participantes, foi feito um levantamento via e-mail com a instituição sobre o número de profissionais ativos e suas áreas de atuação, sendo: 2 de psicologia, 4 de enfermagem, 10 de odontologia, 2 do laboratório de análises clínicas, 3 de medicina, 1 de nutrição e 1 de fisioterapia. Assim, o local contava com 23 profissionais ativos no setor de saúde, conforme a distribuição no Quadro 2.

Quadro 2 - Distribuição de profissionais ativos por área de atuação

Campus	Área de atuação	Quantidade
IFPI Teresina Central	Psicologia	2
	Enfermagem (enfermeiras e técnicas de enfermagem)	4 (houve mudança para 5)
	Odontologia (odontólogos e técnicos em saúde bucal)	10
	Laboratório de análises clínicas (farmacêutico e técnico de laboratório)	2
	Medicina	3 (houve mudança para 2)
	Nutrição	1
	Fisioterapia	1

Fonte: Autoria própria, 2024.

Percebe-se a diversidade de profissionais e suas áreas, que possivelmente está relacionada à quantidade de alunos e à extensão do campus. Este estudo tinha a pretensão de ser aplicado com 21 participantes, tendo como critérios de inclusão iniciais: profissionais do setor de saúde e que estivessem no campus há no mínimo 1 ano. E como critérios de exclusão iniciais: profissionais que não tivessem contato direto com os alunos, que não respondessem ao contato inicial via aplicativo de mensagens ou que não finalizassem a etapa de coleta de dados (entrevista e avaliação do produto educacional). Desta forma, foram inicialmente excluídos os profissionais do laboratório de análises clínicas, totalizando 21 possíveis participantes.

Durante as visitas ao local para coleta de dados, no entanto, algumas mudanças foram necessárias, a saber: a substituição do contato telefônico pelo contato presencial, descobriu-se que haviam 5 profissionais da enfermagem (3 enfermeiras e 2 técnicas) e que um dos médicos estava em licença para capacitação, alguns profissionais haviam sido transferidos de um campus para outro ou aprovados em concurso público recentemente, houveram recusas e um profissional do laboratório manifestou interesse em participar.

Assim, os critérios de inclusão reformulados foram: profissionais do setor de saúde e que estavam efetivos no campus (independentemente do período de tempo). E, não vendo a necessidade de critérios de exclusão, optou-se por deixar que as

recusas naturalmente reduzissem a quantidade de participantes, pois a participação voluntária é um direito dos mesmos e não um critério, como esclarecido pelo CEP. Além disto, foi utilizado o critério de saturação, que será melhor explicado no próximo tópico. Dessa forma, dos 23 profissionais ativos, foram obtidos 08 participantes, ao final.

Ressalta-se ainda que a escolha de participantes está relacionada com a possibilidade de desenvolver mudanças a longo prazo, uma vez que, produzindo o produto educacional para os profissionais, estes poderão aplicá-lo em sua prática diária, beneficiando um número maior de alunos.

3.4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi dividida em duas fases: a primeira envolvendo a análise de documentos do setor de saúde; e a segunda dividida em 2 partes, envolvendo diretamente os participantes, conforme mostrado no Quadro 3.

Quadro 3 - Organização da coleta de dados

Fases	Divisão em partes	Documentos	Sujeitos envolvidos
1	Parte única	Autorização do reitor Relatórios do setor de saúde	Pesquisadora Coordenadora do setor de saúde Reitor
2	Parte 1	TCLE Entrevista semiestruturada	Pesquisadora Participantes
	Parte 2	Versão preliminar do PE Formulário eletrônico com roteiro de entrevista adaptado	Pesquisadora Participantes

Fonte: Autoria própria, 2024.

Cada instrumento de pesquisa (entrevista semiestruturada e roteiro de entrevista adaptado para avaliação do PE) foi elaborado de acordo com as necessidades iniciais da pesquisa. A elaboração da entrevista teve como ponto de partida os objetivos da pesquisa, como é possível observar no Quadro 4.

Quadro 4 - Elaboração da entrevista semiestruturada

Objetivos da pesquisa	Perguntas formuladas
Caracterizar os profissionais, o público atendido e as demandas relacionadas às questões raciais.	1 - Há quanto tempo você faz parte do setor e como foi a sua forma de ingresso? 2 - Com base no último ano, houveram demandas relacionadas a questões raciais? Se sim, quais? 3 - As demandas relacionadas às questões raciais são explícitas ou vocês percebem pelos discursos dos atendidos? 4 - Quais encaminhamentos são feitos quando identificam essa demanda?
Verificar a percepção dos profissionais acerca da sua formação acadêmica e do manejo das demandas raciais.	5 - Você buscou alguma formação específica acerca do tema? 6 - Quais os suportes ou dispositivos acadêmicos, políticos e sociais você busca para manejar a demanda?
Identificar as ações realizadas pelo setor de saúde para o enfrentamento do racismo.	8 - Frente ao tema racismo e saúde mental, quais ações são realizadas pelo setor de saúde e como você as percebe? 9 - É feita a organização interna do setor para lidar com demandas relacionadas a racismo? Se sim, de que forma?
Verificar as potencialidades e desafios das ações realizadas de enfrentamento ao racismo na instituição.	10 - No enfrentamento ao racismo, há alguma forma de organização/articulação entre o setor de saúde e demais setores ou servidores da instituição? Se sim, como ocorre? Se não, por que motivo? 11 - Você percebe consequências do racismo na saúde mental dos

	estudantes? Se sim, pode citar algum exemplo vivenciado na sua prática? 12 - Qual o maior desafio vivenciado por você no manejo do racismo no setor de saúde? 13 - Você consegue vislumbrar possibilidades para lidar com o tema? Quais? 14 - Que pontos/aspectos poderiam facilitar a sua atuação dentro do setor?
Desenvolver uma cartilha e protocolo de atendimento para questões raciais, a partir dos pontos levantados na pesquisa, de modo a atender as necessidades informativas do setor de saúde.	7 - Como você conceituaria o racismo? 15 - Existe alguma necessidade informativa da sua parte a respeito do racismo e saúde mental? Se sim, qual(is)?

Fonte: Autoria própria, 2024.

Já o roteiro de entrevista adaptado para avaliação do PE foi pensado levando-se em consideração o modelo apresentado por Santos e Lima (2021), que apresentam em sua pesquisa o processo de elaboração, aplicação, avaliação e validação de uma cartilha sobre resíduos sólidos, também dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Optou-se por escolher perguntas que abordassem desde aspectos visuais, linguísticos até a organização de conteúdo, em consonância com a proposta dos autores, porém, optou-se por perguntas fechadas (de “sim” ou “não”) e abertas (para as sugestões dos participantes), conforme consta no Apêndice C.

A Fase 1 foi realizada pela pesquisadora em junho de 2024, sendo uma alteração sugerida pela banca de qualificação do projeto. Pensou-se, inicialmente, em obter documentos que pudessem auxiliar na caracterização e compreensão das ações do setor no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). A pesquisadora realizou a busca, solicitou ajuda de uma servidora e percebeu-se que esses documentos não estavam disponíveis na plataforma para os discentes (incluindo a pesquisadora), o que se mostrou um desafio inicial. Uma explicação para isto, está

contida no PDA (IFPI, 2022), que informa que os dados da saúde e assistência estudantil estão no Sistema de Planejamento Estratégico (SIFAE) e são de caráter sigilosos.

Em seguida, aproveitando o início da Parte 1 da Fase 2, foi marcado um encontro presencial com a coordenadora do setor de saúde, através do e-mail institucional, disponível no site do campus. Neste primeiro contato, foram realizadas as ações de: apresentação da proposta de pesquisa e instrumentos, convite para a participação voluntária, solicitação do número de contato dos outros profissionais do setor e solicitação dos documentos do setor (relatórios multiprofissionais, relatórios de ações, projetos e programas). Como desfecho destas ações, ocorreu: a compreensão da proposta de pesquisa, a solicitação de uma via dos instrumentos para apresentar aos outros profissionais, a recusa do convite por parte da coordenadora, a sugestão de que os profissionais fossem contatados pessoalmente para maior adesão à pesquisa e solicitação de uma autorização do reitor para ter acesso aos documentos.

A pesquisadora passou a ir pessoalmente fazer o convite e realização da coleta no setor, em horários diferentes, para alcançar o maior número de servidores possível. Para cada profissional, foi apresentada a proposta de pesquisa, o TCLE e os instrumentos de pesquisa. Aproveitando o período de greve, o setor estava com pouco público, o que oferecia a privacidade e tempo necessários para a coleta. Enquanto isso, foi produzida a autorização e enviada através do e-mail institucional para o reitor, sendo recebido o documento assinado no prazo de 1 semana. Com a autorização assinada, a coordenadora foi novamente contatada e descobriu-se o segundo desafio: estavam disponíveis apenas os relatórios de produtividade do setor (que continham o número de atendimentos por cada especialidade). Optou-se por utilizar o que havia disponível, isto é, os relatórios de produtividade. A coordenadora pediu o prazo de 5 dias para reunir os documentos e os encaminhou para o e-mail institucional da pesquisadora.

Um terceiro desafio identificado ocorreu durante as entrevistas, quando percebeu-se que os participantes não observavam demandas explícitas de racismo e nem tinham atendido esse tipo de demanda, o que exigiu a adaptação da entrevista semiestruturada para o prosseguimento da coleta. Tais mudanças e acréscimos foram registradas no Quadro 5.

Quadro 5 - Adaptação da entrevista semiestruturada

Pergunta	Mudança e/ou acréscimo
1 - Há quanto tempo você faz parte do setor e como foi a sua forma de ingresso?	Mantida.
2 - Com base no último ano, houveram demandas relacionadas a questões raciais? Se sim, quais?	Mantida. Acréscimos: 2.1 - A maioria dos alunos atendimentos pelo setor são brancos, pretos, pardos ou indígenas? 2.2 - Você poderia falar das demandas gerais que você costuma lidar aqui no atendimento? 2.3 - Você consegue perceber se os alunos negros costumam apresentar demandas mais graves do que os demais numa observação empírica do seu trabalho? 2.4 - Os alunos negros são mais difíceis de acessar durante os atendimentos?
3 - As demandas relacionadas às questões raciais são explícitas ou vocês percebem pelos discursos dos atendidos?	Mudança: 3 - Você consegue perceber no atendimento aos alunos, mesmo que sobre outras demandas como foco, se há alguma demanda racial explícita ou implícita? Acréscimo: 3.1 - Entrando nisso que você tá me falando, nessas reuniões que eu sei que às vezes o psicólogo escolar precisa fazer com a família pra entender melhor algumas demandas, você consegue perceber isso de que forma?

4 - Quais encaminhamentos são feitos quando identificam essa demanda?	Mudança: 4 - Caso você recebesse uma demanda de questões raciais, quais encaminhamentos você faria? Acréscimo: 4.1 - Mas esses encaminhamentos são feitos para onde, exatamente, que você menciona?
5 - Você buscou alguma formação específica acerca do tema?	Mantida.
6 - Quais os suportes ou dispositivos acadêmicos, políticos e sociais você busca para manejar a demanda?	Mudança: 6 - Existem suportes ou dispositivos acadêmicos, políticos e sociais, que você tenha conhecimento, para lidar com a demanda de racismo? 6 - Quais os suportes ou dispositivos acadêmicos, políticos e sociais, que você tem conhecimento, utilizaria para manejar a demanda, caso ela fosse identificada? Acréscimos: 6.1 - Você conhece ou já ouviu falar do NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas)? 6.2 - Você saberia o nome de algum exemplo de política pública voltado a esse sentido aqui no Brasil? Se você não souber, tudo bem.
7 - Como você conceituaria o racismo?	Mantida.
8 - Frente ao tema racismo e saúde mental, quais ações são realizadas pelo setor de saúde e como você as percebe?	Mudança: 8 - Frente ao tema racismo e saúde mental, tem alguma ação que já foi

	desenvolvida aqui pelo setor que você tenha conhecimento?
9 - É feita a organização interna do setor para lidar com demandas relacionadas a racismo? Se sim, de que forma?	Mudança: 9 - Existe alguma forma de organização interna do setor para caso fosse identificada uma demanda de racismo? Acréscimos: 9.1 - Você tem conhecimento se aqui dentro há algum protocolo para atendimento de questões raciais, como já existe para outras demandas? 9.2 - Quais protocolos vocês já têm?
10 - No enfrentamento ao racismo, há alguma forma de organização/articulação entre o setor de saúde e demais setores ou servidores da instituição? Se sim, como ocorre? Se não, por que motivo?	Mudança: 10 - Caso fosse identificada alguma demanda de racismo, há alguma forma de organização/articulação entre o setor de saúde e demais setores ou servidores da instituição? Se sim, como ocorre? Se não, por que motivo? Acréscimo: 10.1 - E informalmente, existe alguma organização?
11 - Você percebe consequências do racismo na saúde mental dos estudantes? Se sim, pode citar algum exemplo vivenciado na sua prática?	Mudança: 11 - O que você imagina que poderiam ser consequências do racismo para a saúde mental dos estudantes? Saberá me dar exemplos de formas como isso poderia aparecer? Se não souber, tudo bem.
12 - Qual o maior desafio vivenciado por você no manejo do racismo no setor de saúde?	Mudança: 12 - Qual seria o maior desafio caso você recebesse uma demanda dessa para você manejar?

13 - Você consegue vislumbrar possibilidades para lidar com o tema? Quais?	Mantida.
14 - Que pontos/aspectos poderiam facilitar a sua atuação dentro do setor?	Mantida.
15 - Existe alguma necessidade informativa da sua parte a respeito do racismo e saúde mental? Se sim, qual(is)?	Mantida. Acréscimo: 15.1 Se eu disser algumas palavras, poderia me dizer seu nível de familiaridade com elas? Palavras: Racismo estrutural, racismo interpessoal, racismo institucional, racismo intrapessoal, letramento racial, processo de embranquecimento, eurocentrismo, colonialismo, preto e negro, racismo e injúria racial.

Fonte: Autoria própria, 2024.

As perguntas foram alteradas de acordo com o nível de familiaridade do participante com o tema e com os desdobramentos da entrevista, quando na fala do participante eram notadas brechas para novas perguntas. Por exemplo, na pergunta 2, na ausência de demandas, optou-se por entender o perfil dos alunos que procuram o setor. Essa ausência gerou adaptações nas perguntas 3, 4, 6, 9, 10, 11 e 12. A pergunta 8 precisou ser alterada para não causar constrangimentos, uma vez que, sem as ações (dado constatado que será debatido posteriormente), o participante não tinha como descrever como as percebia. Já a pergunta 15 precisou de um acréscimo quando os participantes não souberam dizer se tinham necessidades informativas e pediam exemplos do que seria isso.

As respostas foram gravadas em aparelho celular, com autorização prévia de cada participante. Não houve nenhuma recusa de gravação, não sendo necessário o uso de bloco de notas. Além disto, foi utilizado o critério de saturação, que segundo Minayo (2017) foi cunhado para se referir ao momento em que novos dados não ofereceriam novos esclarecimentos para o objeto de estudo, de forma que aquilo que foi obtido possa refletir as diversas dimensões do fenômeno, a qualidade de ações e

interações, suas conexões e interconexões. Assim, encerrou-se a Parte 1 na oitava entrevista, seguindo o referido critério.

A Parte 1 foi finalizada em julho de 2024. Foi solicitado a cada participante que informasse um e-mail para a Parte 2. Após análise das respostas e criação da versão preliminar da cartilha e do protocolo de atendimento, os participantes foram contatados novamente para realizar uma avaliação *online* do PE, entre os meses de agosto e setembro de 2024. Por sua vez, o processo para desenvolvimento do PE será apresentado no tópico “Produto Educacional”.

Ao todo, as duas fases da coleta de dados foram realizadas entre junho e setembro de 2024.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

A Análise de Conteúdo é uma estratégia metodológica amplamente estudada e utilizada. Nesta perspectiva, foi adotada a sistematização de dados de Bardin (2011) para a organização dos dados das entrevistas semiestruturadas. Trata-se de um agrupamento de técnicas para analisar comunicações, que utiliza diversos procedimentos sistematizados e objetivos. Utiliza-se, por exemplo, de fragmentos de textos ou imagens para a mensuração, codificação e análise. Trata-se, pois, de um método em constante aperfeiçoamento e que permite a análise de entrevistas, bastante utilizado em pesquisas qualitativas.

Suas principais características envolvem a busca do verdadeiro sentido de uma mensagem, a comparação de informações levando-se em consideração diferentes receptores ou situações, a padronização e a descrição destes dados. Por se tratar de uma técnica flexível, pode ser desafiadora e oferecer diversas possibilidades, a depender de cada pesquisa e pesquisador (Bardin, 2011).

Esta técnica envolve diversas etapas e procedimentos. Primeiro envolve a pré-análise, em que é feita a organização do material através da leitura flutuante, formulação das hipóteses e objetivos, elaboração dos indicadores e preparação dos dados para que se possa constituir o *corpus* de análise. É realizada após as entrevistas estarem transcritas, sendo o primeiro contato do pesquisador com os dados. A segunda etapa é a exploração do material, onde é realizada a codificação (seja por recorte, enumeração, etc.) e categorização (transição dos dados brutos para dados organizados por similaridade). E, finalmente, o tratamento dos resultados, a

inferência e interpretação destes dados, indo além da leitura aparente, se aprofundando no sentido dos mesmos (Bardin, 2011).

Existem, para auxiliar na primeira etapa, 5 regras para a escolha dos documentos: a regra da exaustividade (do esgotamento da totalidade das respostas), a regra da representatividade (deve representar o universo de dados pesquisado), a regra da pertinência (deve estar adaptado ao conteúdo e objetivo da pesquisa), a regra da homogeneidade (aplicada a obtenção dos dados e sua seleção) e a regra da exclusividade (um mesmo dado não pode estar em mais uma categoria) (Bardin, 2011).

Além disto, na análise documental, foi realizada a coleta, organização e análise dos documentos, mais especificamente dos relatórios de produtividade. Por se tratarem de dados quantitativos (apresentados em tabelas mensais), escolheu-se agrupar estes dados em gráficos utilizando o programa *Microsoft Excel*, pois assim foi possível visualizar os dados de longos períodos de tempo de forma mais objetiva e sistematizada, complementando assim os resultados das entrevistas.

3.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Este estudo teve como limitação: a não generalização de seus achados para todos os contextos da EPT ou mesmo para outras modalidades de ensino, levando-se em consideração o número reduzido de participantes, aspecto característico em pesquisas qualitativas.

3.7 RISCOS E BENEFÍCIOS

Na etapa do projeto da presente pesquisa, foram analisados os possíveis riscos envolvidos, a saber: o risco de constrangimento e o risco de vazamento de respostas do formulário *online*. Destaca-se que nenhum participante foi mobilizado durante a coleta de dados, não sendo necessário a interrupção e nem encaminhamento para clínica escola de psicologia. Também não foi identificado nenhum dado vazado, tendo as medidas de segurança (uso de uma plataforma segura, não solicitação de informações pessoais ou de identificação; e acesso restrito às pesquisadoras) sido efetivas para a prevenção.

Os benefícios, por sua vez, podem ser tanto imediatos, quanto à longo prazo. Mais imediatamente, ao final de cada entrevista, os participantes puderam fazer perguntas e esclarecer termos que ainda não compreendiam, estabelecendo uma troca de informações valiosa. Os mesmos receberam a versão preliminar do PE e, após a banca de defesa, poderão receber a versão final, já devidamente registrada na biblioteca da instituição, que poderá auxiliar no cotidiano dos profissionais. Um outro benefício indireto e a longo prazo será através da publicação de artigos e construção de debates acerca do tema.

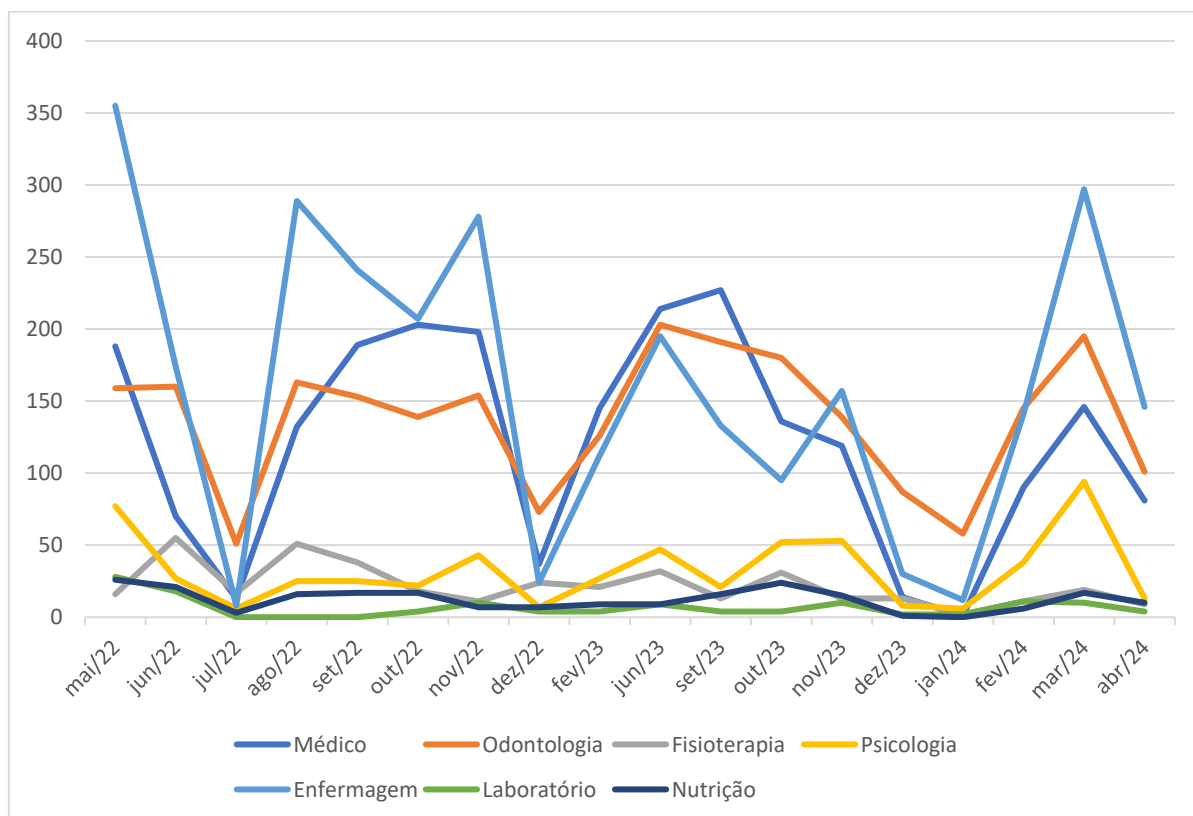
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados estão divididos em 2 subtópicos: resultados da pesquisa documental e resultados da entrevista semiestruturada. Destaca-se que a avaliação do PE será debatida em capítulo próprio, após ser abordado sobre seu desenvolvimento.

4.1 RESULTADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL

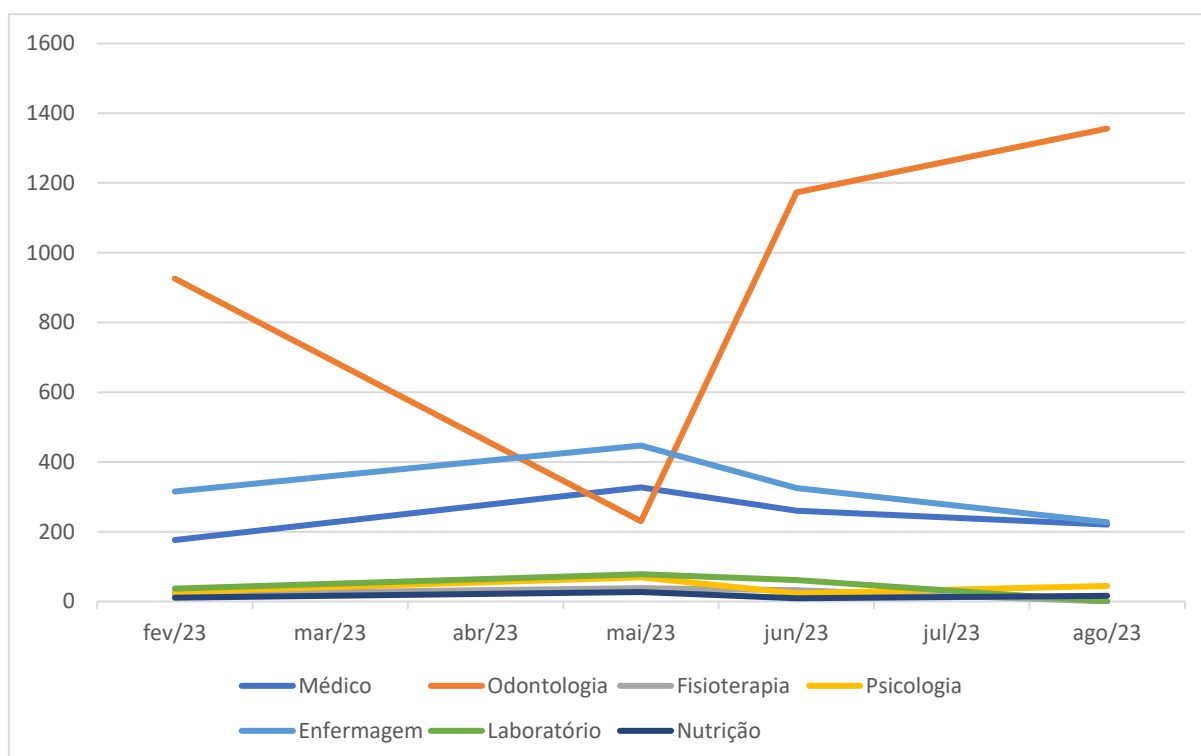
Foram solicitados os relatórios dos últimos 2 anos para a coordenadora do setor de saúde. Levando-se em consideração que os únicos relatórios disponíveis foram os relatórios de produtividade do setor, que abordavam sobre o número de pessoas atendidas e o número de procedimentos realizados por mês, os dados foram organizados nos Gráficos 1 e 2, que serão debatidos a seguir.

Gráfico 1 - Número de pessoas atendidas por período



Fonte: Autoria própria, 2024.

Gráfico 2 - Número de procedimentos realizados por período



Fonte: Autoria própria, 2024.

Faz-se necessário esclarecer que, no caso do número de procedimentos realizados, estavam disponíveis apenas os meses de fevereiro a agosto de 2023. Observou-se que, após esse período, os relatórios deixaram de ser armazenados de forma impressa em pastas físicas e passaram a ser fornecidos como documentos digitalizados em meio eletrônico. Assim, teoriza-se que esta reestruturação pode justificar a indisponibilidade dos outros relatórios.

Para melhor compreensão dos gráficos, esclarece-se que cada área de atuação pode englobar mais de um profissional, incluir os técnicos e os profissionais afastados, como mostrado no Quadro 6.

Quadro 6 - Distribuição de profissionais por área de atuação

Área de atuação	Profissionais	Total	Afastados
Medicina	Médicos(as)	3	1
Odontologia	Odontólogos(as)	6	0
	Técnicos(as) em saúde bucal	4	0
Fisioterapia	Fisioterapeuta	1	0
Psicologia	Psicólogos(as)	2	0

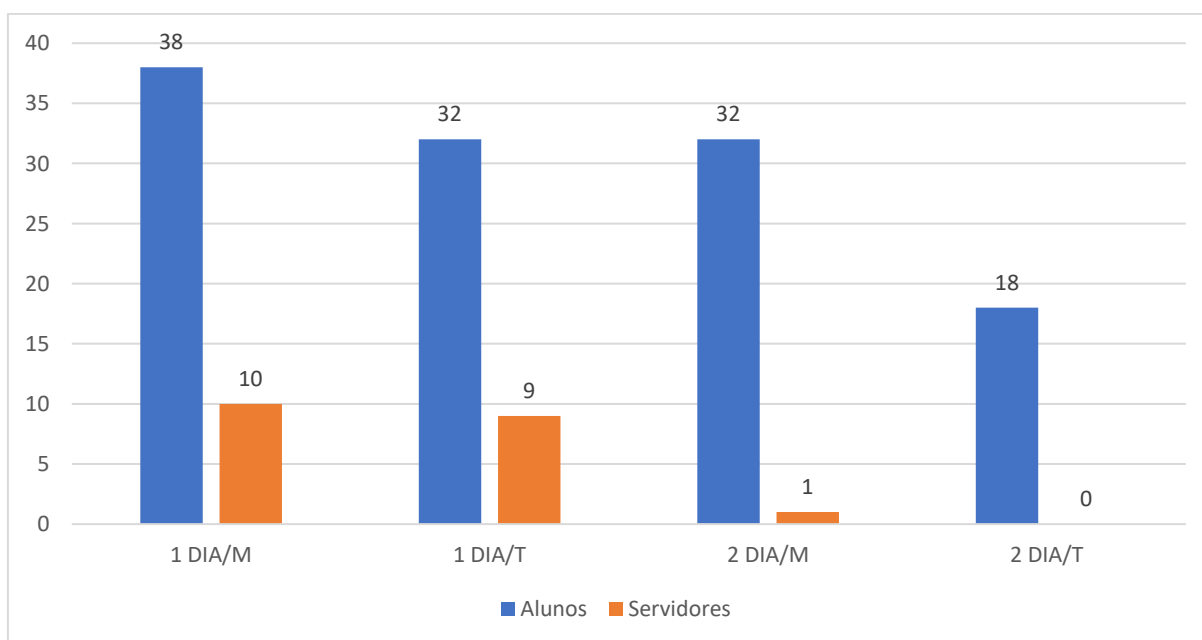
Enfermagem	Enfermeiras	3	0
	Técnicas de enfermagem	3	1
Laboratório	Farmacêutico	1	0
	Técnico de laboratório	1	0
Nutrição	Nutricionista	1	0

Fonte: Autoria própria, 2024.

Estas quantidades foram obtidas em campo, junto com uma das profissionais do setor e difere dos dados recebidos por e-mail, havendo um nível maior de detalhamento, por isso foi apresentado em quadro separado.

Além disto, no relatório de procedimentos de agosto de 2023, foi anexado uma ação realizada pelo setor e mencionada pelos participantes, a Semana da Saúde, semelhante à proposta de eventos de Silveira (2020). Na edição de 2023, esta incluiu palestras educativas sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), saúde bucal, controle de ansiedade, testes para sífilis, Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), Hepatite B e Hepatite C. A participação dos alunos e servidores é mostrada no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Número de participantes na Semana da Saúde



Fonte: Autoria própria, 2024.

Assim, percebe-se que a maioria das ações do setor de saúde centra-se no atendimento multidisciplinar e individual, o que pode estar relacionado com a própria organização interna, uma vez que a pessoa que busca atendimento pode se direcionar por demanda espontânea ou agendamento diretamente com o profissional de sua escolha, dado semelhante ao encontrado por Mousinho (2021) no tocante ao fluxo de atendimentos. Reconhece-se que, em alguns casos, um profissional realiza o encaminhamento para outro profissional do setor ou realiza um trabalho conjunto, como relatado nas entrevistas, o que mostra uma abertura gradativa para a interdisciplinaridade. Outro fator a se considerar é a pouca abertura do corpo docente para liberar horários para as ações coletivas, dado que também será apresentado no próximo tópico.

4.2 RESULTADOS DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

A partir da realização da Análise de Conteúdo, foi possível chegar às seguintes 9 categorias finais, que emergiram a partir da leitura flutuante e agrupamento das falas: racismo enquanto processo multifatorial e estrutural, demandas implícitas de racismo, ausência de ações de combate ao racismo, dificuldades para a atuação no setor, articulação interna do setor, articulação externa com outros setores e instituições, melhorias para o setor, a influência da pandemia na saúde mental; e consequências do racismo para a saúde mental. Acrescentou-se ainda a categoria ideias inéditas como uma forma de incluir falas que não formaram categorias próprias, mas revelam em si potenciais discussões. Esse processo foi representado no Quadro 7.

Quadro 7 - Organização das categorias

Categorias iniciais	Categorias intermediárias	Categorias finais	Número de participantes
	Racismo enquanto processo multifatorial e estrutural	Racismo enquanto processo multifatorial e estrutural	8

Racismo	Demandas implícitas de racismo	Demandas implícitas de racismo	4
	Ausência de ações de combate ao racismo	Ausência de ações de combate ao racismo	6
		Dificuldades para a atuação do setor	7
	Organização do setor	Articulação interna do setor	8
		Articulação externa com outros setores e instituições	8
		Melhorias para o setor	7
Saúde mental	A influência da pandemia na saúde mental	A influência da pandemia na saúde mental	4
	Consequências do racismo na saúde mental	Consequências do racismo na saúde mental	8
Ideias inéditas	Ideias inéditas	Ideias inéditas	3

Fonte: Autoria própria, 2024.

Observa-se a diversidade de conteúdos identificados nas falas dos participantes, o que pode estar relacionado ao fato de terem sido entrevistas longas, com intensa troca e formação de novas perguntas. Para a formação das categorias, foram ainda analisadas as respostas predominantes (60 a 100% dos participantes), respostas medianas (40 a 59%) e não dominantes (até 39%), sendo excluídas essas últimas como categorias separadas, para evitar o excesso de categorias³. Além disso,

³ Ao invés de incluir categorias não dominantes, optou-se por criar uma única categoria chamada “ideias inéditas”.

para a compreensão do perfil dos participantes, foi elaborado o Quadro 8, baseado nas perguntas 1, 5 e 6.1 da entrevista.

Quadro 8 - Perfil dos participantes

Participante	Tempo de atuação na EPT e forma de ingresso	Procurou formação específica sobre o tema	Conhece o NEABI
P1	13 anos, concurso.	Curso que incluía racismo como tópico	Sem resposta.
P2	2 anos, concurso.	Não	Sem resposta.
P3	13 anos, concurso.	Curso que incluía racismo como tópico	Não.
P4	11 anos, concurso.	Não	Sem resposta.
P5	30 anos, concurso.	Não	Não
P6	14 anos, concurso.	Não	Não
P7	11 anos, concurso.	Não	Não
P8	5 anos, concurso.	Curso que incluía racismo como tópico	Sim

Fonte: Autoria própria, 2024.

Optou-se por abordar o tempo de atuação do profissional, uma vez que alguns eram transferidos de outros campi e informaram este dado em suas entrevistas; e também por omitir a profissão de cada participação, pois facilitaria a identificação nos casos em que só haviam um profissional daquela área na instituição. Por sua vez, a pergunta sobre o NEABI surgiu ao longo das entrevistas, sendo opcional sua resposta. Nota-se que, apesar da relevância do NEABI, apenas 1 dos participantes declarou que o conhecia, o que difere da pesquisa de Silva e Santos Júnior (2023), em que o NEABI pesquisado já tinha uma atuação consolidada dentro do campus. Apresentados estes dados, a seguir cada categoria será apresentada e discutida.

4.2.1 Racismo enquanto processo multifatorial e estrutural

Nesta categoria, os participantes apresentaram suas definições quanto ao racismo em suas mais diversas formas, seja o racismo estrutural, religioso, intrapessoal e interpessoal. Predominaram respostas que descreviam o racismo como uma forma de diferenciação, segregação e exclusão, bem como uma forma de

preconceito, aproximando-se do conceito de discriminação racial apresentado por Brasil (2022). No entanto, ao explicarem este fenômeno recorreram a diversos fatores, tais como: a cultura, a religião, a história das pessoas negras no Brasil, a situação socioeconômica e a condição física. Estes foram fatores já apontados por Brasil (2022), Almeida (2019) e Amaral (2011), conforme exposto no referencial teórico. Daí a proposição de que o racismo é visto como um processo multifatorial pelos participantes ou, como diria Barbosa, Kokkonen e Sousa (2021), um problema multidimensional. Em muitos trechos, os participantes puderam abordar explícita e implicitamente o caráter estrutural do racismo, também apontado por Almeida (2019). Dessa forma, foram escolhidos alguns trechos de entrevistas para representar a categoria:

[...] Eu acho que é qualquer estigma e preconceito relacionado à minoria, não só aspectos físicos, mas aspectos culturais, aquilo que está relacionado à cultura de um grupo ou subgrupo dentro de uma cultura maior. Então, eu acho que o racismo vai além da questão da cor, tem a ver também com questões relacionadas à cultura, ao comportamento... de indivíduos, negros ou pardos [...] Fica mais claro a questão da pobreza, que a gente sabe que indiretamente tem a ver com racismo, a história da escravidão do Brasil, como essa população sofreu e não teve as oportunidades que outros integrantes cidadãos do nosso país tiveram (P1).

[...] Racismo estrutural eu vejo que são coisas que, pelo que eu já vi, são coisas que a gente replica sem entender a origem daquela palavra. [...] É uma coisa que está bem enraizada, que isso vem desde a época, desde a descoberta do Brasil, que os índios sofreram, os escravos sofreram também com isso [...] (P2).

[...] Eu acho que o racismo é uma diferenciação que você faz do indivíduo, da sua dignidade, do seu jeito de ser, por traços, pelo fenótipo, por traços físicos. [...] Uma cultura ou a religião. Por exemplo, as religiões de matriz africana [...] (P3).

[...] É uma espécie de segregação pela cor da pele, seja ela parda, negra, indígena, até mesmo branco pode sofrer o racismo. A pessoa que se considera pele mais clara... acho que é uma espécie de segregação, de preconceito contra a cor, que hoje em dia muitas vezes não quer dizer nada, mas eu considero isso uma espécie de segregação, preconceito, um conceito pré-formado, antes de conhecer a pessoa, principalmente pela cor da pele. [...] Muitas vezes a prática do racismo tem muito a ver com as consequências socioeconômicas. [...] Vem daqueles preconceitos enraizados dentro da sociedade. [...] É como se fosse um conjunto, racismo é um conjunto que envolve injúria, envolve segregação, envolve questão socioeconômica, eu entendo como se fosse uma coisa mais ampla [...] (P4).

[...] um conceito prévio, às vezes a gente julga a pessoa, define ela pela cor de pele, define ela pela religião, define a pessoa pela orientação sexual que ela tem, já julgando que por isso ela não é uma pessoa digna, ela não é uma pessoa legal, ela não é uma pessoa de um bom caráter e isso não define a pessoa. Então acho que o racismo é isso, você definir a pessoa por alguma característica que ela apresente previamente, esse preconceito que você faz literalmente da pessoa, não é? [...] Porque tem muitas expressões antigas que a gente já internalizou e que a gente acaba utilizando, e eu mesma,

muitas delas nem sabe... nunca tinha parado para pensar. A gente vai repetindo de forma mecânica, e você nunca tinha parado para pensar que aquilo realmente é uma expressão racista. [...] Esse racismo estrutural e sistêmico que está em tudo, que se espalha por tudo, não é uma coisa simples e por muitas vezes nem é percebido, né? [...] Essa aí também é uma dívida que eu acho que a sociedade brasileira tem com os negros por isso. Porque eles foram realmente libertos, entre aspas, sem nenhuma estrutura de apoio. Sem escola, sem trabalho, sem nada. Então, né? Como que assim? Eu pego, liberto e jogo sem dar nenhum apoio. Então, por isso que hoje, eu acho que ainda hoje a gente tem realmente essa dívida com eles. [...] Ainda hoje a população deles sofre as consequências desse... disso de ter sido feito dessa forma [...] (P6).

[...] Bom, racismo, primeiro, que existe de várias formas. Tem racismo racial, tem racismo religioso. Então, eu acho que é, como eu posso dizer, racismo? É quando uma pessoa não respeita o outro por determinada característica, seja ela física, seja ela intelectual, seja ela religiosa [...] (P8).

Nota-se que houveram alguns equívocos quanto ao uso de certos termos, como a ideia de que racismo reverso poderia existir, aspecto este já refutado por Damasceno e Azevedo (2021) e Fontoura (2021); e confundir racismo com homofobia. Porém, também nota-se a abertura dos profissionais para refletir sobre a sociedade e suas próprias vivências, para tecer hipóteses sobre os fatores que possivelmente estariam envolvidos.

4.2.2 Demandas implícitas de racismo

Um dos desafios mencionados na etapa de coleta foi a ausência de demandas explícitas, que exigiram, por sua vez, a alteração de algumas perguntas. No entanto, uma parte dos participantes conseguiram identificar demandas implícitas e os demais, que não estão incluídos nesta categoria, apontaram para a ausência de demandas relacionadas a questões raciais, sejam implícitas ou explícitas. É curioso que, apesar disso, todos reconheceram a existência do racismo na sociedade. Acredita-se que este dado possa representar a dificuldade de reconhecer o racismo em seu cotidiano, talvez relacionando-se com o racismo como processo naturalizado, como indicado na pesquisa Gaia e Scorsolini-Comin (2020). Dito isso, foram selecionados alguns trechos que representam essa categoria:

[...] A gente percebe tanto questões relacionadas à condição social, e tudo que tá ligado a isso. A gente percebe implícito no discurso do estudante, mas é muito difícil. [...] De vez em quando aparece alguma coisa assim que você percebe no discurso do estudante, algum preconceito dos pais, implícito na forma de educar o filho, aí você percebe. [...] Por exemplo, quando a gente percebe um preconceito religioso contra a umbanda no discurso de alguns pais na educação dos filhos, claro que isso é uma inferência, eu não posso

concluir que é um preconceito racial ou só uma divergência de valores, divergência religiosa [...] (P1).

[...] Eu recebo muita demanda com questões sobre sexualidade. E a gente sabe também que dentro desse universo existe um peso maior para as pessoas pretas. Talvez então considerando isso, a gente pode ter algo implícito. Mas não assim que veio... Talvez de alguma forma isso torna os problemas mais intensos. [...] A gente sente no discurso, né? A gente sente que aquilo ali está permeado, às vezes faz parte da vida daquela pessoa. E existe uma certa aceitação, como se, ah, é assim mesmo. E a gente que está estudando fica assim... Como assim, né? Não é assim, não foi justo dessa forma, porque isso implica como você se sente com você mesmo, né? Então, no discurso, a gente consegue identificar... [...] no discurso todo a gente vai identificando os pontos, né? [...] (P3).

[...] Bom, às vezes a gente percebe, de forma, até mesmo, como você falou, de forma implícita. A questão do nível socioeconômico, assim, a gente tem muito aluno carente, a gente percebe. [...] Se teria acontecido alguma forma de desrespeito à pessoa, um problema que vem sendo acumulativo, acontecendo e acontecendo, ele é apenas um reflexo do que a pessoa passa diariamente [...] (P4).

Percebe-se que os participantes relacionam as demandas implícitas às falas e o perfil dos alunos atendidos, o que também pode estar relacionado com os apontamentos anteriores acerca do racismo estrutural, bem como pode indicar a interseccionalidade do racismo, como apontado por Akotirene (2019). Além disso, a fala de P1 sobre a intolerância e preconceito contra religiões afro-brasileiras coincide com a perspectiva apresentada por Silva (2019), assim como a percepção apenas parcial de demandas implícitas pode estar relacionado com a falta de manejo e problemas na formação apontados por Damasceno e Zanello (2018), Ignácio e Mattos (2019) e Nascimento e Silva (2021), também confirmado no Quadro 8.

4.2.3 Ausência de ações de combate ao racismo

Ao serem perguntados sobre os suportes ou dispositivos acadêmicos, políticos e sociais que conheciam para combater o racismo, a maioria dos participantes indicou a ausência destes, o que confirma a hipótese 3, que diz que “o setor de saúde carece de maior articulação com dispositivos acadêmicos, políticos e sociais para o manejo desta demanda”. Muitos perguntaram o que seriam esses suportes ou dispositivos, foram dados exemplos (regimento, setores, políticas públicas, protocolos, etc.) e mesmo assim não conseguiram identificar nada neste sentido, como evidenciado nas falas abaixo:

Como a gente não costuma ter demandas explícitas relacionadas a racismo, a gente não tem protocolo pra isso. Então não existe encaminhamento, não existe processo de encaminhamento. [...] Tem muitas coisas que não são

protocoladas no IFPI. [...] É uma coisa que eu sinto falta de protocolos no IFPI. A gente não tem protocolos pra isso. Talvez porque isso nunca ficou evidente no trabalho dos profissionais, nas demandas que eles recebem, explícito. [...] Não, não existe no IFPI nenhum suporte nesse tipo. [...] Que eu saiba não. Não vou ser injusto, vai que existe algum setor sobre isso, e suporte, mas eu não... eu desconheço. [...] A gente não tem ações específicas sobre racismo porque isso não fica explícito na demanda dos estudantes, eles não trazem isso na fala. [...] Então a gente também não vai levar isso para a direção do departamento, ou para a direção da escola, se não é explícito. [...] (P1).

[...] Não, a gente nunca fez nada assim relacionando o racismo com a saúde mental. Aqui a gente tem uma ação anual que é a semana da saúde. Nessa semana a gente traz alguns temas, já trouxe vários, mas desde que eu entrei [13 anos] a gente nunca trouxe esse tema, essa relação. Nunca houve. [...] (P3).

[...] Aqui na escola eu não tenho conhecimento de nada que a gente possa buscar... Assim, como você falou, algo organizado nesse sentido, uma cartilha, um protocolo, não. [...] De racismo, a gente acho que nunca teve nenhuma ação aqui. [...] (P6).

Destaca-se que a ausência da percepção de demandas implícitas parece ter uma relação direta com a ausência de ações, uma vez que, como esclarecido pelos participantes, o setor atua por demandas espontâneas ou encaminhamentos, com ações coletivas que abarcam temas recorrentes entre o público atendido. Isso não quer dizer a ausência total destas demandas, mas talvez a dificuldade em identificá-las ou mesmo de perceber que pode ser um tema de interesse dos estudantes, que em sua maioria são negros, como confirmado pelos participantes, na pergunta adicionada 2.1.

Neste sentido, Silva (2019) alerta para a presença no racismo no ambiente escolar, mesmo que de forma velada; e Gaia e Scorsolini-Comin (2020) para a necessidade da consolidação de uma educação antirracista, uma vez que a escola também pode ser um local de reprodução do racismo. Além disso, de acordo com a POLAE (IFPI, 2021), também pode ser realizado um trabalho preventivo por parte do setor.

4.2.4 Dificuldades para a atuação no setor

Ao indagar sobre as dificuldades para a atuação no setor, somente 1 participante não indicou dificuldades, mas os demais mencionaram diversos aspectos, tais como o financeiro, a estrutura, a articulação com os professores e também a inexperience com o atendimento de demandas raciais, como exemplificado a seguir:

[...] E assim, existe uma grande dificuldade também de acessar os alunos. Por exemplo, o Instituto Federal, diferente... aqui o campus Teresina Central diferente dos campi do interior, a gente não consegue fazer atividades no contraturno, é muito difícil. Os estudantes geralmente aqui têm que passar mais tempo nas conduções, para ir para casa, para voltar. Não é? Talvez, em Teresina, por existirem mais possibilidades de complementar a formação dele, não é? Então ele faz cursinho, então a gente percebe que o estudante, a gente tem certeza que a adesão dos estudantes em atividades no contraturno é muito baixo. Porque a gente já tentou muita coisa aqui no Setor de Saúde, não é? Então a gente nunca conseguiu fazer um trabalho na área de educação e saúde completa. Porque o trabalho que a gente não faz em educação e saúde não faz por uma série de fatores. A gente não tem equipe suficiente e a gente também não tem assim a participação dos estudantes. Essas atividades não são incluídas na grade curricular, não é? A gente... a grade curricular muito densa, não é? Uma preparação para o trabalho e para o vestibular, não é? Então é um negócio assim que eu... Na verdade é muito comum a gente receber estudantes aqui que não tem tempo para quase nada, não é? Muito menos para a gente fazer atividades em contraturno, de capacitação, de formação de grupos para a gente combater a ansiedade ou ensinar estratégia de controle de ansiedade, não é? [...] As atividades educativas ficam comprometidas por isso, não é? Porque a gente não consegue acessar os estudantes, a gente faz as atividades e eles não vem. Às vezes o professor não libera. [...] A gente sempre se disponibilizou para isso desde o começo, já foram pensadas várias atividades intradepartamentais e interdepartamentais que não deram certo. Então poderia ser mais uma atividade, estratégia de controle de ansiedade, prevenção do suicídio, eu já participei no comitê de combate ao craque e outras drogas quando entrei aqui, todas essas atividades elas se perderam com o tempo, não rendeu [...] (P1).

[...] Eu já percebi que aqui é muita coisa de processo, muita coisa institucionalizada, mas eu ainda não tive a oportunidade de lidar com os professores [...], então deve ser um pouco difícil, às vezes, de conseguir acessar. [...] Só quer vir procurar se está sentindo algo. [...] Aí eu vejo que realmente eu tenho essa necessidade informativa porque é algo que eu ainda não sei bem como manejar, como ajudar, ou se às vezes eu posso até, se eu não me informar direito, ao invés de ajudar eu vou acabar prejudicando aquele paciente se eu não souber como agir, o que que eu tenho que falar, o quê que ele... ou se eu falar uma coisa que vai piorar, machucar ele, vai se sentir excluído do mesmo jeito. [...] (P2).

[...] E aí, se houvesse uma demanda específica racial, assim, eu vou te ser sincera que eu não saberia para onde encaminhar. [...] Eu acho que o desafio seria como atender bem essa demanda, né? Assim, eu não sei se eu estou preparada pra dar alguma coisa a mais, além do acolhimento, daquele acolhimento total com aquela pessoa, de ver as possibilidades de resolução se a gente puder remover aquela coisa, né? Às vezes a coisa aconteceu e a gente não consegue mais resolver, mais tentar resolver a coisa, mas eu acho que o desafio é que, como eu não me sinto muito capacitada nesse sentido, era de querer fazer tudo que se pode naquela situação, né? Entender quais são as possibilidades que se pode fazer, né? Dar o que a situação realmente pede, né? Não ficar só ali na retaguarda da resolução do problema. [...] Eu acho que às vezes a gente propõe atividades e a gente não escuta muito os alunos, né? Tem algumas coisas aqui que já foram feitas que a gente não tem muita adesão. [...] Os professores são aqueles que também poderiam ser nossos aliados, mas a gente não consegue... Com alguns, eu não vou generalizar, porque tem uns que são bem sensíveis. [...] Uma vez a gente sugeriu aqui de anexar lá naquele... caderneta, mais uma folha para eles colocarem uma observação dos alunos, para eles preencherem de forma livre. Mas eles não gostaram de jeito nenhum da ideia. Então eu acho que se

a gente tivesse uma consonância maior, a gente poderia talvez evitar muitas coisas. Poderia oferecer um ambiente melhor para esses meninos. [...] Então eu acho que essa troca facilitaria muito. [...] A gente não está ali todo dia com esses meninos. [...] Então eu acho que principalmente essas duas coisas: a estrutura física e a relação com professores. Uma parceria melhor assim com os professores mesmo [...] (P3).

[...] Às vezes eu sinto também no setor de saúde um pouco, assim, um negócio à parte que parece que se desarticula às vezes, e a gente já tentou tanto essa articulação, mas é difícil. É difícil porque quando a gente chega lá no setor pedagógico pra tentar, aí os professores não querem perder horário, não querem ceder horário pra fazer uma outra atividade, né? Porque perde tempo de aula, enfim. [...] É difícil. A gente consegue na semana de saúde, ainda assim, é uma luta pra liberar esses meninos, mas eu sinto falta dessa articulação, muita falta. [...] (P6).

[...] Eu não saberia lidar [com demandas raciais]. [...] Atualmente a dificuldade maior que a gente está tendo é de conseguir material para trabalhar. É uma questão financeira que já está atingindo todos os institutos. A gente não consegue adquirir os itens essenciais para o funcionamento do departamento. [...] E tudo tem que fazer de maneira formal, licitação, que é um processo demorado. Que é demorado o processo e que não tem o dinheiro também no final do processo [...] (P7).

Percebe-se que, a partir de experiências diversas, os participantes conseguiram retratar a sua realidade. Dessa forma, pode-se refletir sobre alguns pontos, como: a preparação para o mercado de trabalho, a sobrecarga dos estudantes (que por si só pode ser um fator de risco para o adoecimento mental), o sucateamento da rede profissional e tecnológica (assim como da educação pública de forma geral) e a descontinuidade das ações iniciadas (que podem desestimular ações futuras e contribuir para a percepção da falta de efetividade). Este segundo aspecto também é apontado por Pacheco, Nonenmacher e Cambraia (2020) e este terceiro aspecto está presente no livro de Ramos (2014).

Dessa forma, as falas de P2, P3 e P7 corroboram a hipótese 2, que afirmava que “os profissionais de saúde apresentam dificuldades no manejo e enfrentamento do racismo”, ao mesmo tempo que se relaciona com a categoria anterior, pois o manejo depende, em boa parte, de experiência, da identificação de demandas e da proposição de ações. Além disso, estes dados coincidem com aqueles apresentados por Damasceno e Zanello (2018), Ignácio e Mattos (2019) e Nascimento e Silva (2021), podendo também indicar o baixo nível de conhecimento acerca do tema por parte dos profissionais, como na pesquisa de Santos, Silva e Giarola (2023).

4.2.5 Articulação interna do setor

Quando perguntados sobre a organização interna do setor, bem como os encaminhamentos que poderiam ser feitos diante de uma demanda de racismo, notou-se que os participantes se centraram no acolhimento inicial da demanda e encaminhamento para os psicólogos, conforme demonstrado nos trechos a seguir:

[...] a gente tem um psicólogo, então se algo que... e também por ser uma questão médica, a gente escuta, conversa e vai tentar entender para ver se tem essa necessidade de mandar para outro setor, no caso a psicologia [...] Aqui, pelo que eu já percebi, envolve muita questão da saúde mental, e aí a gente tenta fazer esse encaminhamento, é para o psicólogo. [...] Mas basicamente, como tem um psicólogo, encaminharia primeiro para o psicólogo, para saber como é que está. [...] Provavelmente deve passar mesmo para a psicologia e eles devem tentar resolver isso [...] (P2).

[...] A gente precisar fazer uma visita, a gente já fez várias, conversar com o pai, com a mãe, com o aluno lá no seu lugar onde ele se sente mais seguro para conversar. [...] Acontece assim eventualmente que alguém chega ali na enfermagem, às vezes confunde um pouco uma angústia com uma falta de ar, e aí a gente já traz para cá. Ou às vezes eu faço atendimento lá na maca, que às vezes a pessoa precisa ficar deitada, eu preciso estabilizar um pouco, né? Então já faço a escuta daquela pessoa lá, mas assim [...] (P3).

[...] Aqui geralmente quando a gente tem alguma demanda nesse sentido, se esses meninos às vezes chegam muito ansiosos ou às vezes chegam com algum problema entre eles ou com algum problema em família, a gente corre logo pra nossa psicóloga, né? A gente sempre leva pra ela. [...] Nossa psicóloga recebe demais [demandas de saúde mental] e a gente acaba se envolvendo também. [...] Ela [psicóloga] sempre vai orientando e ela já também nos orientou, sim teve isso também, uma vez ela já orientou a todos nós como que a gente pode, digamos assim, fazer a assistência emergencial desses meninos quando eles chegam aqui, [...] então ela já orientou a todos nós aqui do setor como que a gente faz esse acolhimento inicial pra depois levar pra serviço de psicologia. [...] Eu acho que a gente aqui trabalha muito assim, muito integrado. Então eu acho que a interdisciplinaridade é um deles, né? [...] Entender que nós somos um setor que uma função depende da outra e que a gente recebe aqui pessoas. A gente não lida aqui com documentos, a gente lida com pessoas e que essa pessoa, ela não vem aqui com a boca separada pra eu tratar, com a cabeça separada pra [psicóloga] tratar, com o corpo separado pro médico, né? Ela vem aqui por inteiro. Então ela é uma pessoa inteira, integral, que ela tem vários aspectos. [...] Eu acho que essa é a forma mais interessante, né? A gente trabalhar, né? [...] (P6).

[...] Muitas vezes, o primeiro atendimento é com a gente. A gente precisa tentar acalmar esse aluno, fazer técnica de respiração, verificar sinais vitais, até ele se estabelecer. Depois que ele se estabelece, é que você consegue conversar para entender o que era. E aí, a partir daí que a gente entende, foi uma crise de ansiedade, esses sintomas ele não veio de nada, ele veio de uma base, desse problema de ansiedade. Aí, a partir daí, a gente encaminha para o psicólogo do setor. E aí, com base na avaliação do psicólogo, ele vê se é possível fazer o atendimento do aluno aqui ou se é necessário ele fazer encaminhamento. [...] Eu acho a equipe, como um todo, muito bem preparada. [...] Então, sempre que eu tenho uma demanda aqui, eu analiso, eu vejo que é algo que é relacionado à saúde mental, eu tenho total liberdade de procurar o psicólogo, conversar com ele, já chamar ele na sala dele, trazer para cá. Muitas vezes eu já fiz atendimento e que eu não consegui contornar a situação sozinha, pedi ajuda dele, ele veio, me ajudou. Então assim, com relação à equipe, eu acho que está ótimo [...] (P8).

Observa-se indícios de uma equipe articulada e com consciência que os alunos são sujeitos integrais que, como Moura (2014) aborda, podem ser trabalhados em uma perspectiva de formação humana integral. São nessas relações dialéticas em que se abre a possibilidade da superação do saber fragmentado, através do trabalho, como abordado por Silva e Fiori (2021). Notam-se ainda ações dos psicólogos para capacitar a equipe, provavelmente em decorrência do aumento dos casos de adoecimento mental na pandemia, como será abordado na categoria “a influência da pandemia na saúde mental”.

4.2.6 Articulação externa com outros setores e instituições

Nesta categoria foram agrupadas respostas a respeito da organização externa com outros setores ou instituições, assim como os encaminhamentos, suportes ou dispositivos acadêmicos, políticos e sociais (incluindo os participantes que não fizeram parte da categoria “ausência de ações de combate ao racismo”). Estes conseguiram indicar opções diversas, tais como o CAPS, as clínicas escolas, a rede ambulatorial, o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), o ProVida, a diretoria de ensino, a coordenação pedagógica, outras especialidades, o departamento de apoio ao ensino, a polícia, o serviço social e a POLAE, conforme demonstrado abaixo:

Tudo que não está protocolado, a gente tenta trabalhar em equipe. Então primeiro passo é conversar com a coordenação pedagógica pra ver o que a gente vai fazer. [...] Muitos dos casos são filtrados pela coordenação pedagógica. Chegam primeiro lá, eles resolvem, eles dão os encaminhamentos, às vezes chamam os pais, acionam as autoridades, que devem ser acionadas, acredito. Conversam com os estudantes, porque a gente tem que colocar isso também, acho que não sei se ficou muito claro. Muito do que acontece nas salas é filtrado ali pela coordenação pedagógica. Então eles atendem, até porque o trabalho deles, trabalha com essa questão de volta mais para a disciplina. [...] A gente tem um ProVida aqui, o ProVida ajuda muito, e às vezes eu levo o estudante. A gente faz as orientações para o CAPS, a rede ambulatorial... as clínicas escolas. [...] Então a gente se utiliza nessa rede aqui de CAPS, de clínicas escolas, mas a maior parte dos encaminhamentos mesmo é nas clínicas de escolas. Serviço escola de psicologia [...] (P1).

[...] Se tiver necessidade para o CAPS, manda para o CAPS, também tem esse ProVida, que eles também têm uma coisa que foi me repassado [...] quem foi que fez, como foi que aconteceu, e junto com o suporte psicológico, se tiver necessidade de um psiquiatra também ver isso, ir atrás das outras pessoas, ver de forma legalmente, como é que consegue chegar naquela pessoa que está fazendo isso, que causou todo o transtorno. [...] Acho que teria que entrar com o coordenador, com a diretoria, para poder levar tudo isso [...] (P2).

[...] Então, de forma geral, tem o Provida, tem o CAPS também, que a gente se apoia muito, né? Quando não pela rede mesmo, né? Algum atendimento, às vezes com alguma especialidade, né? Às vezes é um neurologista, alguma coisa que a gente quer para ter mais material para avaliar a situação, né? [...] Aqui a gente procura se aliar com todo mundo, né? Porque na verdade uma demanda aparece aqui, mas aí, puxa de um lado... ou aparece acolá e a gente vem, então o NAPNE, o próprio setor pedagógico, a gente fica buscando esses aliados para que a gente consiga olhar para aquele aliado de uma forma mais integral, que ele não seja que separado em caixinhas. [...] A gente procura fazer essas alianças, eu particularmente, porque a gente tem o SUAP e por ali a gente vai encaminhando tudo, mas eu particularmente gosto de conversar, conhecer, ir atrás, chamar pai, então eu acho que o NAPNE, as meninas do serviço social também são boas aliadas nesse sentido. [...] Com outros setores aqui, como eu te falei, eu não encontro barreira, não encontro assim nada nesse sentido. Mas a gente está mais ou menos no mesmo barco. A gente fica só recebendo as demandas [...] (P3).

[...] Quando eu, por exemplo, quando eu não sei lidar com a questão, eu sempre procuro o auxílio do departamento pedagógico para instruir. Sempre, sempre, sempre. Ou a diretoria de ensino, entendeu? É isso. Quando algo foge da nossa competência, que a gente não sabe lidar com a situação, a gente procura essa ajuda pedagógica, ou serviço de psicologia, ou diretoria de ensino. Também o departamento de apoio ao ensino, que é um departamento que nos ajuda. Serviço social também é um serviço que é bastante acionado e dentro de algumas demandas a gente procura o serviço social [...] (P5).

Então assim, a início, a princípio, eu buscaria ajuda aqui dentro da própria instituição com esse serviço. E aí dependendo do que eles poderiam oferecer ao estudante, caso não fosse suficiente, a gente poderia estar vendo o que poderia fazer, buscando serviços fora. [...] Dentro da própria instituição tem a política de assistência estudantil, né? A POLAE. E aí eu acho que a princípio seria um início de buscar uma ajuda, como eu falei, com as assistentes sociais. A princípio eu buscaria isso. Caso não desse certo, eles não me ajudasse, ou não fosse suficiente, eu buscaria a orientação com eles para tentar um serviço público. [...] Eu acho que qualquer pessoa que passa por um racismo, ela tem que procurar seus direitos. [...] Mulher, acho que uma denúncia, não é? polícia. Racismo eu acho que é procurar a polícia. [...] Encaminhamento pro CAPS, algum dos CAPS aqui na cidade. Porque muitas vezes, dependendo do caso, ele consegue resolver aqui. Mas dependendo da gravidade do caso, às vezes é necessário fazer encaminhamento para o CAPS. Porque no CAPS, além dele ter a consulta psicológica, ele vai ter atendimento para o psiquiatra. E aí, necessita de um atendimento maior [...] (P8).

Nota-se que o encaminhamento mais mencionado foi para a RAPS, através dos CAPS, que trabalham em uma perspectiva descentralizada e humanizada da saúde mental (Brasil, 2001). Também é percebida a articulação com outros setores da instituição, através de encaminhamentos, uma ação já prevista na POLAE para o funcionamento do setor (IFPI, 2021).

Destaca-se que, apesar das respostas diversas, somente 1 participante conseguiu indicar um encaminhamento mais específico para casos de racismo (a polícia), enquanto os demais apontaram setores e instituições já utilizadas para

atender demandas diversas, tais como ideação suicida, bullying, transtornos mentais (que se enquadram ou não como necessidades específicas) e outras com que já trabalhavam.

Mesmo a polícia também pode ser acionada para outras violações de direitos, como situações de violência sexual e psicológica. No entanto, foi o único encaminhamento em que foi feita uma relação direta com o racismo. Dessa forma, este dado pode apontar para a necessidade de informações específicas sobre combate ao racismo e encaminhamentos possíveis nestes casos.

4.2.7 Melhorias para o setor

Quando indagados acerca das dificuldades da atuação e o que poderia facilitá-la, muitos aspectos foram apontados, desde o aumento no número de psicólogos, a melhoria da relação com os alunos e professores e da estrutura física, a criação de mais protocolos, de encaminhamentos e a realização de ações preventivas. Enfocaram principalmente as ações coletivas voltadas ao público atendido, como mostrado abaixo:

[...] Como a gente é da área da saúde, levar também, saber, começar a escutar os estudantes, para saber quais são as queixas deles, onde é que eles acham que está faltando, o que eles acham que precisam, o que passa na cabeça deles para poder se aproximar deles. [...] Uma relação mais interpessoal, saber o que eles estão precisando, é sobre a questão, a gente sofre bullying com isso? a gente sofre discriminação racial? a gente sofre a questão de homofobia dentro da sala? Algo do tipo, ou dos outros funcionários? então, tentar chegar e acessar esses alunos dessa outra forma [...] (P2).

[...] A gente faz essa semana da saúde, a gente não traz uma temática como esta, na mesma hora já me acendeu bem que uma... É, uma possibilidade de trazer mesmo, né? [...] Talvez uma coisa como essa a gente conseguiria se conectar mais com eles, levando em consideração que o nosso público é majoritariamente eles [alunos negros], né? [...] Eu acho que o que poderia facilitar, pensando na estrutura, com certeza uma sala mais acolhedora, eu acho que isso é uma coisa que a gente até tem pedido bastante, né? Mas não obtivemos ainda, mas eu acho que isso seria uma coisa que facilitaria muito. Algumas eu acho que tem uma coisa aqui que é a nossa relação com os professores. Os professores são aqueles que também poderiam ser nossos aliados [...] (P3).

[...] o que poderia ter dentro do Departamento de Saúde é exatamente uma organização nesse sentido, digamos assim, não sei se um protocolo de como agir, todo mundo de uma maneira unânime, independente de quem receba, entendeu? [...] Independente de quem recebesse a demanda que estivesse na ocasião, já tivesse uma maneira unânime, que fosse comum a qualquer um, digamos que um protocolo, essa demanda chegou aqui, então todos nós sabemos como conduzir [...] (P5).

[...] Eu entendo que precisava ter ainda um trabalho preventivo pra que eles nem chegassem aqui dessa forma, né? Se isso poderia ser feito na sala de aula, ou em grupos de estudo, ou em grupos de uma roda de conversa, não sei. A gente precisaria buscar estratégias, e isso já foi conversado entre nós, buscar estratégias pra que fosse feito um trabalho preventivo com esses meninos, né? Pra que eles aprendessem a lidar com seus sentimentos antes de chegar num ponto, né, mais sério, que precise realmente de uma assistência maior. Eu acho que falta isso, que falta essa prevenção, né? [...] (P6).

As ações de prevenção e promoção também são encontradas na pesquisa de Sousa, Araújo e Lima (2019), revelando um bom potencial para melhoria dos serviços ofertados. Nota-se também a iniciativa dos participantes e a abertura ao diálogo com o corpo escolar, bem como o reconhecimento de sua realidade e da necessidade de pensar ações voltadas às demandas dos estudantes. Neste sentido, a entrevista também foi ferramenta de conscientização e mudança, como no caso de P3, que começou a pensar sobre a necessidade de ações de combate ao racismo durante a coleta.

4.2.8 A influência da pandemia na saúde mental

Um ponto que não estava previsto inicialmente no roteiro de entrevista, mas que apareceu nas falas dos participantes, foi a influência da pandemia na saúde mental, que impactou negativamente estudantes e profissionais, conforme constatado e demonstrado a seguir:

[...] Todos os profissionais acabam entrando na questão da saúde mental porque as coisas pioraram muito nos últimos anos. Depois da pandemia, o número de estudantes que chega aqui com crise de ansiedade aumentou absurdamente, a ponto de interferir até na nossa saúde mental. Eu percebi que a gente ficou abalado com isso. [...] A gente percebeu o número de estudantes com transtorno mental, com um tipo de transtorno mental mesmo, tipo de problema de desenvolvimento, e eles aumentou. [...] Hoje eu faço muito trabalho voltado para o desenvolvimento estratégico de controle de ansiedade, porque é impressionante, o nosso perfil mudou muito nesses últimos anos. A conta de 90% dos estudantes que eu recebo, a principal demanda é a ansiedade [...] (P1).

[...] A maioria dos estudantes tem muita crise de ansiedade, principalmente que piorou após a pandemia [...] (P2).

[...] Então logo que a gente voltou da pandemia mesmo, tinha muito, muito, muito, muito demanda nesse sentido [saúde mental] e aí por muitas vezes a gente fez orientações, foram feitas palestras, na semana de saúde sempre tem uma parte de saúde mental e diariamente aqui a gente tem a nossa psicóloga. [...] Quando eles chegam aqui, a gente até conversou sobre isso porque na época da pandemia foi uma enxurrada, né? [...] (P6).

[...] Depois da pandemia, a gente percebeu que, principalmente após a pandemia, teve um boom de crise de ansiedade. Eu falo um boom é um boom

mesmo. Muita demanda com relação à crise de ansiedade. Então, assim, é muito difícil, por exemplo, ter uma semana que a gente não atenda pelo menos três, quatro adolescentes com problema de ansiedade [...] (P8).

Os efeitos negativos da pandemia na saúde mental dos estudantes também são apontados na pesquisa de Pereira (2024). Além disso, este dado confirma a hipótese 1, que afirma que “as demandas relacionadas ao racismo costumam ser invisibilizadas por outras demandas”. Neste caso, a demanda de transtornos mentais, principalmente transtornos ansiosos, foi a mais apontada pelos profissionais, a partir de suas vivências, o que está em consonância com os dados apresentados na pesquisa de Pereira, Alencar e Lima (2020), que foi realizada em vários campi do IFPI. Os autores indicam uma prevalência de ansiedade de 59,56% em estudantes e servidores, revelando uma realidade preocupante, também presente na pesquisa de Sousa, Araújo e Lima (2019).

Resgate-se também a pesquisa de Mousinho (2021), que aborda sobre o desconforto dos profissionais ao lidar com as situações emergenciais dos discentes e como isso pode prejudicar a saúde mental dos mesmos.

4.2.9 Consequências do racismo na saúde mental

Nesta categoria, considerando-se que os participantes conseguiam identificar apenas demandas implícitas ou a ausência de demandas raciais, foram levantadas as consequências que eles acreditavam que o racismo poderia ter na saúde mental, a partir de suas observações e inferências pessoais, como mostrado nos trechos a seguir:

[...] Vai tentar entender para ver [...] se aquilo ali também trouxe algo que vai prejudicar a vida daquele paciente, daquela pessoa, no sentido de, por exemplo, ele se sentir excluído, sofrer alguma injúria racial, no caso tem uma depressão, tem algo do tipo, se já teve ideação suicida, se tem algo relacionado a isso, aí seria assim. [...] Quem está sofrendo racismo, ela às vezes se sente excluída, se sente inferiorizada, e ela acha que todo mundo faz isso, como é que se diz, ela vai se excluir e achar que as pessoas pensam aquilo, porque como ela sofre de uma, aquilo às vezes pode estar relacionado, que ela vai achar que todos pensam a mesma coisa dela, e ela começa a ficar introspectiva, pelo menos é o que eu percebo das coisas que eu já vi, então você acha que todo mundo está falando de você por causa da sua cor, porque você já sofreu isso, e o que é muito comum. [...] É tentar saber quando foi, como foi que causou esse trauma, porque isso é um trauma, e aí tem que trabalhar esse trauma naquela pessoa para poder tirar aquela, desconstruir aquilo ali dela com isso que ela vai levar para o resto da vida, para ser uma pessoa que vai ser triste, uma pessoa que vai ter algum problema na saúde mental dela, óbvio que ela não tem culpa de jeito nenhum pela questão da cor, então, e tentar entender, é tentar entender a raiz de rejeição dela [...] (P2).

[...] Eu acho que os alunos pretos, como você falou, esses que têm os traços, eu acho eles mais introspectivos. De um modo geral eu acho mais... Não acho tão expansivo quanto os outros. Percebo isso. [...] A forma como chega, a forma como senta, às vezes com os ombros um pouco mais... Encurvados. Eu acho que existe uma certa introspecção. Não é que é depressivo, mas é como se fosse algo mais... E depois com o tempo, com a conversa, conseguem se abrir e conseguem falar. Mas eu vejo bem essa introspecção (P3).

[...] Olha, eu acho que sim, consequências na saúde mental, com certeza. Com certeza, porque quando a pessoa se sente excluída, ela já tem uma tendência, eu tiro por mim mesma, né? A gente se diminui. A gente tem uma tendência, tem pessoas que são bastante fortes e tem uma autoestima elevada, que às vezes comportamentos que nem esse, de racismo, não sofrem tanto e tocam a vida para frente, deixa para trás. Mas são pessoas que são mais vulneráveis. Diante de uma situação dessas, já tem a sua autoestima afetada, já se sente realmente diminuído, e isso implica, sim, na saúde mental, eu acredito com certeza. Não só o racismo em relação à cor, mas uma infinidade de motivos pelo qual as pessoas às vezes são rejeitadas, excluídas [...] (P5).

[...] Se é uma pessoa que já tem ali uma autoestima baixa, ou que já tem um probleminha de ansiedade e depressão, ela pode piorar bastante, muito. É muito complicado você não se sentir aceito da forma que você é, né? Não é bom. Você simplesmente por você ser de alguma forma, enfim, você ser julgado, não ser aceito, realmente, com certeza não faz bem a ninguém. Alguns podem lidar um pouco melhor com isso, mas outros podem ficar bem ruins. Com certeza eu acredito nisso [...] (P6).

Percebe-se que as consequências apontadas vão desde comportamentos introspectivos, surgimento ou agravamento de transtornos mentais, diminuição da autoestima até o sentimento de exclusão, o que é semelhante ao apontado pelo CFP (2017), Damasceno e Zanello (2018), Ignácio e Mattos (2019) e Nascimento e Silva (2021). Foram ainda levantadas as possibilidades de prejuízos na aprendizagem, a influência do racismo estrutural para a saúde mental, dificuldades de acesso e permanência no ensino superior, estando este último também presente na pesquisa de Bersani (2017). Além disso, P7 e P8 apontaram ainda que o setor trabalhava a saúde mental, mas não relacionada ao racismo, o que complementa a categoria anterior.

4.2.10 Ideias inéditas

Esta categoria extra foi formada para juntar ideias manifestadas por apenas um participante, mas com grande potencial para serem exploradas. Foi o caso de P2, P5 e P8. Primeiramente, P2 aborda sobre a dificuldade de denunciar um servidor público caso fosse necessário:

[...] é a pessoa que está sofrendo, que tem que denunciar, tem que ter coragem de ela denunciar, e para essa questão pedagógica, resolver, porque se você vê que tem outros casos e que nada é feito, as pessoas não tem vontade de denunciar, porque sabe que nada vai ser feito e só vai se queimar à toa, porque estudante é assim, o medo é esse de todo mundo que sofre algo, é de não ser feito nada, e você simplesmente ficar marcado com aquele professor, e por ser questão de concursos, é tudo mais difícil, quando você está em uma instituição particular, se algo do tipo acontece, às vezes é mais fácil de você tomar uma medida, de você tirar aquele professor e algo do tipo, mas com uma questão, eu acho, mais complicada, é muita burocracia para você tentar ali mexer (P2).

Trata-se de uma população em maior situação de vulnerabilidade e que possui dificuldade de acesso à educação, o que, por si só, pode dificultar o processo de denúncia (IBGE, 2019; Bersani, 2017). Por outro lado, Arruda (2019) aponta para a diminuição da procura por atendimentos de saúde, o que pode se entender para outros setores, como a busca de direitos. Reconhece-se que o racismo pode estar presente em diversos ambientes, inclusive o escolar, como aponta Silva (2019); e que a educação possui um papel fundamental na manutenção e reprodução do racismo, como exposto por Gaia e Scorsolini-Comin (2020). Por outro lado, P5 aborda o seu ponto de vista sobre a vitimização e o aumento da ênfase dada ao racismo:

[...] Não apenas só se vitimizar diante das situações, porque tem isso também. Tem muita gente se vitimizando diante de situações e querendo aquela autopiedade. Hoje eu vejo muito isso. [...] Tu acredita que na minha infância eu não via essa diferença? Eu não via. Eu acho, minha opinião, entendeu? Eu acho que nos últimos anos, nas últimas décadas, passou-se a enfatizar tanto essa questão que hoje eu acho as pessoas mais vitimizadas do que antigamente. Então, meu marido é negro, né? Marido, digamos assim, bem mulato mesmo, bem mulato, né? De família, com a mistura. E eu nem pensava nisso. Tu acredita que eu nem casei achando que meu marido tinha um corpo diferente de mim? E hoje eu vejo uma ênfase bem maior do que antigamente. Então, eu acho que hoje as pessoas já se vitimizam mais do que... antigamente acho que as pessoas viviam mais normais, entendeu? Eu acho que hoje, sei lá, se enfatiza tanto esse quesito que as pessoas hoje já passam a ter isso aí, esse tal desse racismo intrapessoal. [...] Porque termina que as pessoas terminam se minimizando, se sentindo, é tão enfatizado que a pessoa se sente diferente, enquanto que a pessoa é igual [...] (P5).

Notam-se indícios de falas racistas por parte de P5 que, talvez pela desinformação ou mesmo por influência do racismo estrutural, utiliza termos como “mulato” para se referir a uma pessoa negra, “mistura” para se referir à miscigenação, confunde o significado de racismo intrapessoal, provavelmente por ser um conceito novo para a participante⁴, como se o excesso de informação estivesse tornando as

⁴ Durante as entrevistas, os participantes foram questionados acerca do nível de familiaridade com certos conceitos, incluindo o racismo intrapessoal. Muitos estavam ouvindo estes termos pela primeira vez e questionaram o que significavam quando não conseguiam responder uma pergunta, como foi o caso de P5.

peessoas mais vitimistas e o racismo fosse algo recente, que não gerava sofrimento para as pessoas há algumas décadas atrás.

Ao retomar o percurso histórico de Amaral (2011), no entanto, é fácil identificar que não se trata de um fenômeno recente, sendo a luta por direitos de pessoas negras um processo que se intensificou no século XX, mas que iniciou bem antes. Além disso, o sofrimento psicológico das pessoas que passaram por situações de racismo é apontado claramente pelo CFP (2017), sendo este um documento que norteia a atuação de psicólogos no Brasil.

Por último, P8 relata sua experiência como membro de uma banca de heteroidentificação:

[...] Eu já participei de banca de heteroidentificação. Muitas vezes eu via... que a pessoa tinha que se autodeclarar, né? Sim, era preta, parda, indígena. O preto envolve o negro, né? E aí pardo... Só que eu via, por exemplo, às vezes a pessoa era realmente preta. Ela não tinha como ser [parda]... Ela era preta. Mas quando ela ia se autodeclarar, ela se declarava só como parda. Eu não sabia se era por ela ter um problema de se declarar como preta ou se um medo da banca julgar que ela não era preta, que ela era só parda. [...] Eu acho que é a sociedade. Tipo, acaba de uma certa forma interferindo até no que a pessoa pensa em relação a você. Tipo, da pessoa ter a liberdade para abrir a boca e dizer, ah, eu sou preta. Você observa que não é todo mundo que diz isso. Muitas vezes a pessoa diz só que é parda. Aí eu não sei se é um racismo intrapessoal dela ou se é alguma coisa que foi causada pela própria sociedade. [...] Que a gente avalia cabelo, formato do nariz, grossura dos lábios e a cor da pele. [...] Que são as características fenotípicas da pessoa [...] (P8).

É perceptível no exemplo acima a dificuldade do processo de autodeclaração, de reconhecimento dos próprios traços, da própria raça, bem como a incerteza da validação, indicando a presença da autodiscriminação, como debatido por Gaia e Scorsolini-Comin (2020). A palavra “sociedade” pode remeter também aos debates sobre racismo estrutural e racismo intrapessoal, como indicado por Almeida (2019), Barbosa, Kokkonen e Sousa (2021), CFP (2017) e Cruz (2016).

Assim, nota-se um campo fecundo para debates e que acentua ainda mais a necessidade da construção de uma educação antirracista, pautada no estudo das relações étnico-raciais na EPT, de modo a auxiliar alunos e profissionais no enfrentamento do racismo (Gaia; Scorsolini-Comin, 2020; Barbosa; Kokkonen; Sousa, 2021).

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O PE pode ser entendido como o processo resultante de uma pesquisa, podendo ser um objeto, instrumento ou processo que venha a auxiliar na intervenção ou no processo de ensino, seja ele físico ou digital, de forma a atender uma demanda ou problema identificado, como um facilitador de experiências. Envolve as etapas de análise, desenho, desenvolvimento, implementação e avaliação do mesmo, levando em consideração seu conteúdo, metodologia e forma de apresentação (Freitas, 2021).

Atendo-se ao conceito acima explicitado, o PE principal escolhido foi uma cartilha e seu subproduto foi um protocolo de atendimento para questões raciais em formato ebook, cuja produção ocorreu a partir das respostas dos participantes desta pesquisa, abrangendo assim a prática do setor que foi estudado. Sua avaliação ocorreu em conjunto com os participantes da pesquisa (profissionais do setor de saúde), aos quais foi disponibilizado uma versão preliminar da cartilha e do protocolo para avaliação e cujas devolutivas ocorreram mediante formulário eletrônico. Após as correções sugeridas pelos participantes, sua adequação ao contexto estudado e defesa da dissertação, poderá posteriormente ser aplicado e divulgado em outros IFs, por meio de seu depósito no site da eduCAPES.

Refletiu-se sobre a necessidade de um PE acessível, de fácil entendimento e manuseio. Assim, a escolha do PE esteve alinhada à proposta do mestrado, bem como pode circular facilmente no meio digital, principal fonte de compartilhamento de informações na atualidade.

A finalidade deste PE está relacionada com a divulgação de informações sobre racismo e saúde mental no contexto da EPT. A pesquisa foi realizada no IFPI Campus Teresina Central. Contudo, faz-se necessário explicitar os limites deste PE, a saber: a cartilha não esgotou todas as possibilidades de enfrentamento do tema, de modo que outros IFs podem apresentar realidades diferenciadas ou mesmo divergentes da realidade estudada; e o protocolo não teve como pretensão esgotar todas as questões que podem ser investigadas no contexto racial. Para tentar diminuir estes efeitos, a cartilha também contou com dados resultantes de uma pesquisa de revisão acerca do tema, de modo que complementou suas lacunas com as contribuições de outros pesquisadores e o protocolo foi baseado nas recomendações do CFP (2017).

Assim, para o desenvolvimento do PE foram adotadas as etapas registradas no Quadro 9.

Quadro 9 - Etapas do desenvolvimento do PE

Número	Descrição da etapa	Recursos utilizados
1	Selecionar e assistir vídeos sobre letramento racial produzidos por professores e pesquisadores.	Youtube
2	Montar uma lista de conceitos abordados nos vídeos para se aprofundar no tópico do referencial teórico “Racismo”.	Word Bases de dados Artigo e livros
3	Iniciar as entrevistas presenciais (Fase 2 - Parte 1).	Transporte Material impresso (TCLE e entrevistas)
4	Listar as categorias emergentes das entrevistas e as necessidades informativas dos participantes, para aprofundamento teórico.	Word Bases de dados Livros
5	Selecionar cartilhas sobre racismo como modelos.	Google
6	Desenvolver a versão preliminar do PE (incluindo o áudiobook), como proposta da disciplina eletiva de “Produção de Recursos Educacionais”.	Canva Gravador de tela do Windows Youtube (para hospedagem do áudiobook) Site para criação de QR Code (qrlogo.io) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ⁵
7	Produzir o formulário para a avaliação do PE, como proposta da disciplina eletiva de “Produção de Recursos Educacionais”.	Google Forms Canva

⁵ O acesso às disciplinas eletivas do ProfEPT foi realizado no site: <https://ava3.cefor.ifes.edu.br/>

8	Socialização do PE preliminar com outros mestrandos e a orientadora.	WhatsApp
9	Busca por pesquisas e outros PEs.	Plataforma EduCAPES
10	Ajustar a versão preliminar do PE, após concluídas as entrevistas.	Canva Gravador de tela do Windows Youtube (para hospedagem do áudiobook) Site para criação de QR Code (qrlogo.io)
11	Enviar o PE preliminar e o formulário de avaliação para os participantes.	Email
12	Ajustar a nova versão do PE.	Canva Gravador de tela do Google Meet ⁶ Youtube (para hospedagem do áudiobook) Site para criação de QR Code (qrlogo.io)
13	Fazer as correções sugeridas pela banca de defesa e registrar o PE final na biblioteca institucional.	Canva Gravador de tela do Google Meet Youtube (para hospedagem do áudiobook) Site para criação de QR Code (qrlogo.io) Biblioteca do IFPI

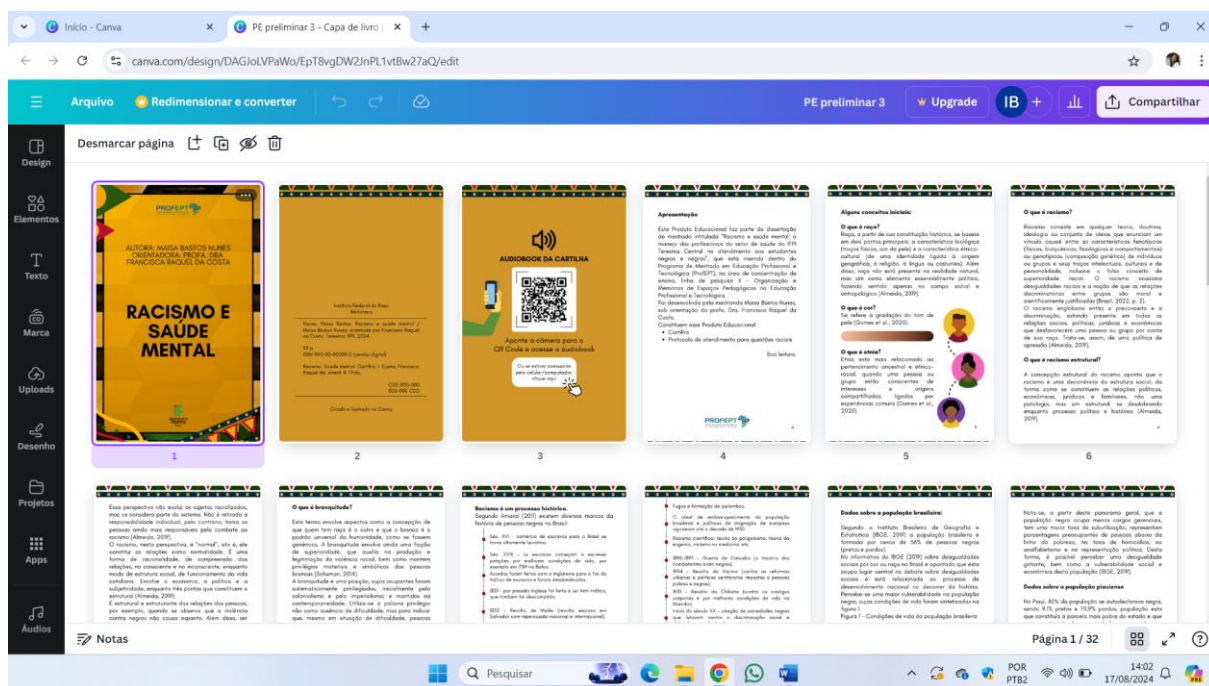
Fonte: Autoria própria, 2024.

⁶ Optou-se por essa mudança devido à qualidade do áudio, havendo a possibilidade de retirar ruídos de fundo com o gravador do Google Meet.

Como é possível perceber no quadro acima, foram realizadas diversas etapas e modificações no PE até ser possível atender o maior número possível de sugestões. A socialização com os colegas e a orientadora foram cruciais para entender como os participantes poderiam receber o PE, assim como para complementar o seu conteúdo.

Já com relação ao conteúdo do PE, este foi dividido em: apresentação, alguns conceitos iniciais (raça, cor, etnia, preconceito racial, estereótipo, interseccionalidade, racismo, racismo estrutural, racismo reverso, branquitude, letramento racial, colorismo e trauma racial), racismo como processo histórico (contendo uma linha do tempo com marcos importantes para o tema), dados sobre a população brasileira, dados sobre a população piauiense, marcos legais da luta antirracista no Brasil, outros crimes (injúria racial, racismo religioso e racismo recreativo), exemplos de práticas racistas, consequências do racismo para a saúde mental, direitos das pessoas com transtornos mentais, seção para as(os) psicólogas(os), racismo e educação, protocolo de atendimento às questões raciais para os profissionais de saúde, práticas antirracistas que podem influenciar positivamente na saúde mental, denúncia e dispositivos de combate ao racismo (nacional e Piauí), possíveis encaminhamentos (públicos e privados), sugestões de leituras antirracistas, sugestões de filmes e sugestões de outras cartilhas sobre o assunto. A seguir serão apresentadas algumas imagens que ilustram o processo de produção.

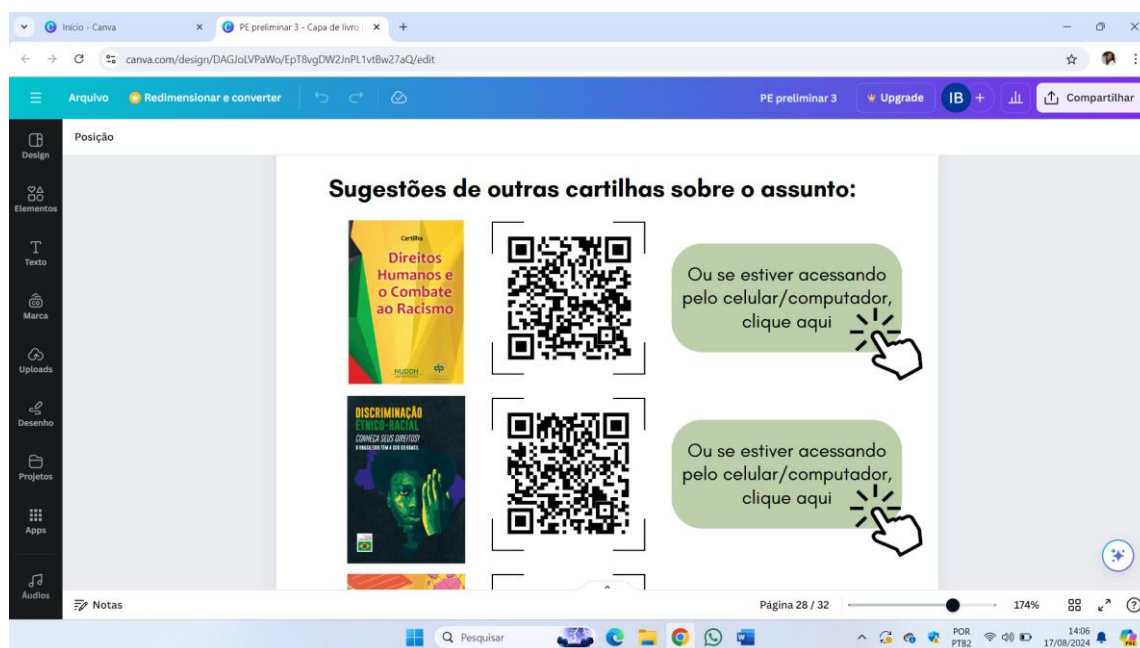
Figura 5 - PE sendo desenvolvido no Canva



Fonte: Autoria própria, 2024.

O Canva é um site que consiste, de maneira geral, em uma plataforma de design gráfico. É acessível através de computadores, celulares e tablets. Disponibiliza modelos prontos, bem como ferramentas para criar novas artes. Pode ser utilizado para criar postagens, vídeos, ebooks, apresentações, cartazes, cartões de visita, entre outros materiais (Canva, 2024). Além de uma ferramenta versátil, pode também ser utilizada para a criação de produtos educacionais, como apontado por Ouverney, Formiga e Marinho (2024), que utilizou o site para a criação de um curso de formação docente continuada. Assim, foram através das ferramentas gratuitas do site que foi sendo construído o PE, incluindo a criação de botões interativos (ver Figura 6), voltado aos leitores que fossem acessar em meio digital. Para o caso do PE ser lido de forma impressa, pensou-se também na alternativa do QR code (ver Figura 6), através do qual o leitor poderá acessar os mesmos recursos apontando a câmera do celular e escaneando o QR code.

Figura 6 - Exemplo de botões interativos e QR codes

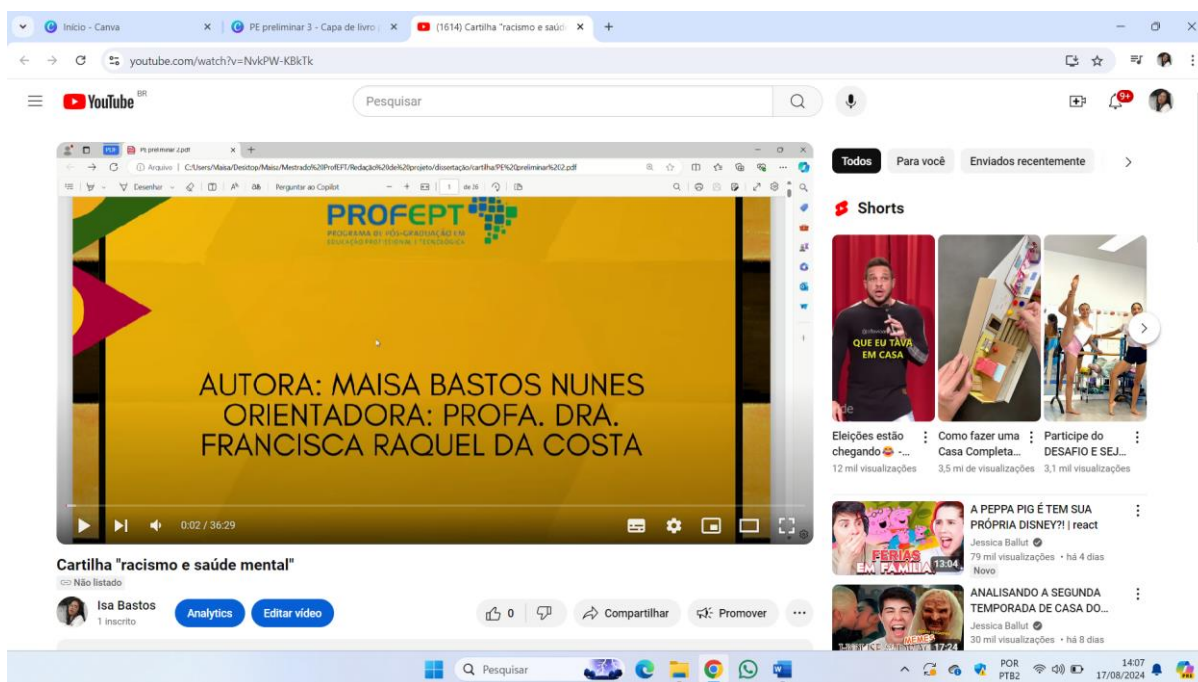


Fonte: Autoria própria, 2024.

Esclarece-se que a escolha por criar um áudiobook (ver Figura 7), que pudesse ser acessado através da cartilha, foi pensada considerando as seguintes situações: leitores com baixa visão ou deficiência visual, leitores que tivessem a preferência por recursos audiovisuais ao invés de escritos e leitores com pouca prática de leitura ou analfabetos (para o caso de ser utilizado em outros contextos, como na Educação de Jovens e Adultos, nos espaços não formais de aprendizagem, em comunidades e etc).

Esta opção também foi explorada na pesquisa de Lopes, Freitas e Oliveira (2022), que elaboraram um audiolivro sobre educação financeira com foco nos alunos com baixa visão, tendo beneficiado também outros alunos sem alteração visual.

Figura 7 - Exemplo de uma das versões do áudiobook no Youtube



Fonte: Autoria própria, 2024.

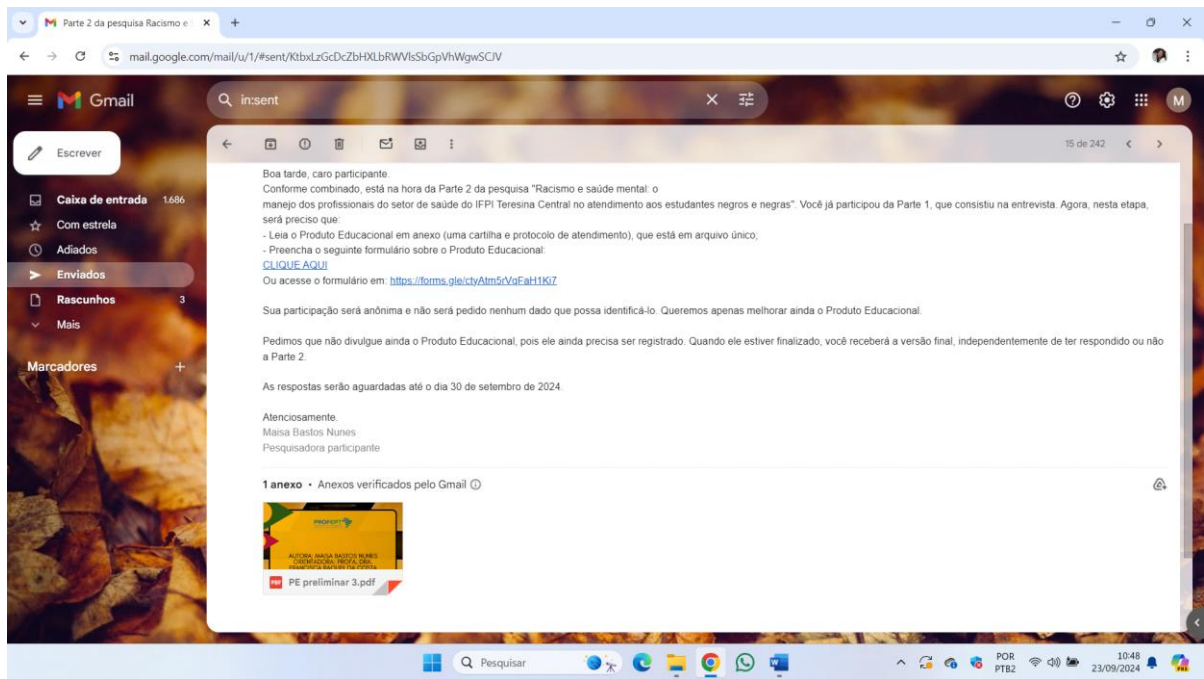
Como experiência pessoal, a pesquisadora participante possui baixa visão e avós analfabetos, de forma que seria impossível não refletir sobre outras realidades. Alguns colegas de turma, desde o início, manifestaram a vontade de trabalhar o PE com seus alunos em escolas rurais, de diferentes faixas etárias, como a Educação Infantil. Então, foi preciso prever possíveis adaptações a diferentes contextos e realidades, de modo a atingir o maior número possível de pessoas.

Além disso, o PE pretendeu atender as principais necessidades informativas dos participantes, identificadas durante as entrevistas, a saber: a conceituação do racismo de forma a diferenciá-lo de outras práticas, a contextualização histórica breve sobre o tema, a impossibilidade do racismo reverso, palavras ou expressões a serem evitadas, a presença de um protocolo e dispositivos de combate ao racismo. Dessa forma, atende as quatro camadas de um PE elencadas por Mendonça *et al.* (2022), sendo elas: conceitual, didático-pedagógica, comunicacional e estético-funcional.

5.1 AVALIAÇÃO DO PE

A avaliação do PE ocorreu de forma digital, como descrito no subtópico 3.4 (Coleta de Dados), tendo tido o retorno de 2 participantes, que responderam ao formulário. Esclarece-se que os e-mails foram enviados com 1 mês de antecedência ao prazo estabelecido para recebimento das respostas, conforme texto mostrado na Figura 8. Também foi enviado um e-mail ao setor solicitando que um aviso fosse colocado no grupo de WhatsApp dos profissionais, tendo recebido uma resposta positiva.

Figura 8 - E-mail enviado aos participantes



Fonte: Autoria própria, 2024.

Esclarecidos estes pontos, as respostas foram agrupadas no Quadro 10, sendo que apenas as perguntas 3, 6 e 7 da seção 1 e 4 e 5 da seção 2 eram abertas. A demais eram perguntas fechadas de “sim” ou “não”.

Quadro 10 - Resultados da avaliação do PE

Perguntas (seção 1 - Cartilha)	Resposta dos participantes
--------------------------------	----------------------------

1 - O Produto Educacional promove o diálogo entre o texto verbal e o visual, além de apresentar um texto atrativo e de fácil compreensão?	100% - Sim.
2 - A estrutura do Produto Educacional está bem organizada?	100% - Sim.
3 - Você mudaria algo na organização das informações deste Produto Educacional? Se sim, o quê?	Resposta 1: O produto está muito claro e bem ilustrado e organizado!
4 - As figuras/ilustrações no Produto Educacional são relevantes?	100% - Sim.
5 - O Produto Educacional apresenta conceitos e argumentos claros, explicando todos os termos técnicos e expressões científicas?	100% - Sim.
6 - As informações apresentadas satisfazem as suas necessidades informativas? Se sim, de que forma? Se não, o que está faltando?	Resposta 1: Sim. O material traz conceitos importantes para uma compreensão mais precisa a respeito do tema. Resposta 2: Sim. Acho que são suficientes para orientarmos os estudantes sobre seus direitos.
7 - Você acredita que este material possa lhe auxiliar na sua prática profissional? Se sim, como? Se não, o que poderia melhorar?	Resposta 1: Sim. As sugestões de protocolo de atendimento estão muito boas e fáceis de inserir na minha prática. Resposta 2: Sim. Para descobrir se alguma questão racial está afetando a saúde mental dos estudantes.
8 - O material proposto é inovador e criativo?	100% - Sim.
9 - Este produto educacional é útil, necessário e eficiente?	100% - Sim.

10 - Você recomendaria o material para outros profissionais?	100% - Sim.
Perguntas (seção 2 - Protocolo)	Resposta dos participantes
1 - Este protocolo abarca os pontos necessários para a realização de um bom atendimento?	100% - Sim.
2 - As questões levantadas são suficientes e relevantes para a temática?	100% - Sim.
3 - As perguntas são claras e compreensíveis?	100% - Sim.
4 - Você mudaria algo na organização das informações? Se sim, o quê?	Resposta 1: Não mudaria. Resposta 2: Sim. Eu mudaria o texto para "Sugestões de perguntas que você pode adicionar nos atendimentos seguintes, caso sejam identificadas demandas relacionadas às questões raciais/étnicas". ⁷
5 - Você acredita que este material possa lhe auxiliar na sua prática profissional? Se sim, como? Se não, o que poderia melhorar?	Resposta 1: Sim. É muito cabível na minha prática, além de extremamente necessário. Resposta 2: Sim! Ajudando a abordar demandas relacionadas às questões raciais/étnicas.
6 - O material proposto é inovador e criativo?	100% - Sim.
7 - Este produto educacional é útil, necessário e eficiente?	100% - Sim.
8 - Você recomendaria o material para outros profissionais?	100% - Sim.

Fonte: Autoria própria, 2024.

⁷ Esta mudança foi realizada no PE.

Percebe-se uma excelente aprovação do PE (cartilha e protocolo) por parte dos participantes, apesar do baixo número de respostas, o que é um desfecho possível em pesquisas que possuem uma coleta dividida em mais de uma parte, aspecto este já notado em outras pesquisas no âmbito da EPT, como é o caso de Mousinho (2021), que iniciou a primeira parte com 29 servidores e finalizou a segunda com 5.

A única sugestão de mudança apresentada na pergunta 4 da seção 2 foi atendida, sendo feita a correção, conforme instruído pelo participante. Além disso, o modelo de perguntas adaptado de Santos e Lima (2021) mostrou-se claro e efetivo, tendo facilitado o processo de avaliação.

Apesar do baixo número de respondentes, acredita-se que esta situação não comprometeu o resultado do PE, uma vez que o compartilhamento do mesmo com colegas e a orientadora serviu para nortear sua melhoria, tendo excelente aceitação entre os mesmos, em uma etapa informal e anterior ao envio para os participantes. Assim, a socialização foi uma etapa importante para o desenvolvimento e avaliação do PE, em que foi possível observar como o PE poderia se ajustar à diferentes realidades e profissionais, uma vez que o ProfEPT abrange pessoas de áreas diversas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que o setor de saúde de saúde possui uma equipe diversa, composta por profissionais de diferentes áreas, tais como: psicologia, enfermagem, odontologia, análise clínica, medicina, nutrição e fisioterapia. Entre os 8 participantes desta pesquisa, o tempo de atuação na EPT variava entre 2 e 30 anos. Nenhum possuía um curso específico sobre o tema, apenas 3 haviam participado de cursos que incluíam o racismo como um tópico e apenas 1 declarou conhecer o NEABI, o que demonstrou pouca ou nenhuma formação sobre o tema.

Os participantes identificaram que a maioria do público atendido eram alunos negros, no entanto, não conseguiram identificar demandas explícitas relacionadas às questões raciais. Além disso, dividiram-se em 2 grupos: aqueles que não conseguiram identificar demandas implícitas e explícitas; e aqueles que afirmaram perceber apenas demandas implícitas.

Notou-se a dificuldade de identificar e manejar as demandas raciais, uma vez que admitiram a inexperiência e inseguranças acerca do manejo adequado. Relacionando-se com estes dados, também foram relatadas a ausência de ações de combate ao racismo, bem como a dificuldade de identificar suportes ou dispositivos acadêmicos, políticos e sociais que pudessem auxiliar no enfrentamento.

Por sua vez, foram apontadas como consequências do racismo: comportamentos introspectivos, surgimento ou agravamento de transtornos mentais, diminuição da autoestima e sentimento de exclusão. Tais dados partiram, principalmente, de observações e inferências pessoais dos participantes, uma vez que tinham pouco ou nenhum contato com estas demandas em sua área de atuação, sendo, de certa forma, limitado ao nível de conhecimento dos mesmos.

Apesar disso, percebeu-se a predominância do trabalho multidisciplinar e uma abertura gradativa para a interdisciplinaridade entre os profissionais de setor, assim como uma articulação externa constante com outros setores e instituições. Entre as dificuldades enfrentadas, foram mencionados diversos aspectos, tais como o financeiro, a estrutura, a articulação com os professores e também a inexperiência com o atendimento de demandas raciais.

Assim, verificou-se que todas as hipóteses da pesquisa foram confirmadas e frente às necessidades informativas dos participantes, foi construído um PE,

constituído por uma cartilha e protocolo de atendimento às questões raciais, em formato digital. O PE, após passar por alterações e revisões, teve uma boa aceitação entre os participantes que preencheram a avaliação, bem como com os colegas e a orientadora, durante a socialização.

Esta pesquisa demonstrou um excelente potencial para a inovação, uma vez que poucas pesquisas abordavam este tema em âmbito nacional e ainda menos dentro do contexto da EPT. Apesar disso, não teve a pretensão de esgotar o assunto, mas sim contribuir para sua investigação em um contexto pouco explorado, respeitando-se as suas limitações.

Por fim, esta experiência impactou positivamente no reconhecimento da pesquisadora enquanto mulher negra, bem como no seu processo de letramento racial, despertando um olhar mais apurado para as questões raciais em sua área de atuação, a Psicologia Clínica. Foi possível visualizar um amadurecimento da escuta clínica, bem como a intensa troca com os pacientes sobre os achados da dissertação, que talvez resulte em um futuro relato de experiência.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019.

ALCÂNTARA, V. P.; VIEIRA, C. A. L.; ALVES, S. V. Perspectivas acerca do conceito de saúde mental: análise das produções científicas brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 27, p. 351-361, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2022.v27n1/351-361/pt>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AMARAL, S. P. **História do negro no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

ARRUDA, D. P. Aproximações ao debate sobre o suicídio de adolescentes e jovens negros no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [s. l.], v. 14, n. 39, p. 597-609, 2022.

BARBOSA, X. C.; KOKKONEN, R. L. F.; SOUSA, S. B. “Eu não consigo respirar”: racismo estrutural e os desafios da educação para as relações étnico-raciais na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica-brasil. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [s. l.], v. 5, n. Especial, p. 29-51, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, ed. revista e ampliada, 2011.

BERSANI, H. Racismo estrutural e o direito à educação. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 8, n. 3, p. 380-397, 2017.

BERTUANI, A. L. C.; FERREIRA, M. J. R. **A educação das relações étnico-raciais como eixo integrador do ensino médio integrado**: politécnica, formação humana integral, interdisciplinaridade e pedagogia antirracista. Vitória - ES: EDIFES, 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. 1989. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em: 25 jun. 2024.

_____. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em: 11 nov. 2023.

_____. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: CNE, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012. Estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos ou animais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012.

_____. Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 98, 2016.

_____. Resolução nº 580 de 22 de março de 2018. Regular o disposto no item XIII. 4 da Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que estabelece que as especificidades éticas das pesquisas de interesse estratégico para o Sistema Único de Saúde (SUS) serão contempladas em Resolução específica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 10.932, de 10 de janeiro de 2022**. Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013. 2022. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10932.htm>. Acesso em: 25 jun. 2024.

_____. **Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023**. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. 2023. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm>. Acesso em: 25 jun. 2024.

CANVA. **Sobre**. 2024. Disponível em: https://www.canva.com/pt_br/about/. Acesso em: 23 set. 2024.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs) **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012, p. 83-105.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais**: referências técnicas para atuação de psicólogas(os). Brasília: CFP, 2017.

CONCEIÇÃO, A. G. O racismo no Brasil, o Movimento Negro e a Lei 10.639/03. **Revista África e Africanidades**, [s. l.], v. 11, n. 31, 2019.

CRUZ, I. C. F. Indo muito além do sistema de cotas na Universidade: quais outras estratégias são necessárias para superação da discriminação institucional?. **Boletim NEPAE-NESEN**, [s. l.], v. 13, n. 1, 2016.

DAMASCENO, M.; AZEVEDO, M. C. S. Negação da realidade histórica: racismo reverso entre colonialidade, direito e diferença. **Revista Videre**, Dourados, v. 13, n. 28, 2021.

DAMASCENO, M. G.; ZANELLO, V. M. L. Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 38, p. 450-464, 2018.

FARIAS, G. P.; ACCORSSI, A. O trauma racial no ambiente escolar. In: **Anais do XXV Encontro de Pós-Graduação**, Pelotas, 2023.

FONTOURA, J. S. D. A. Racismo Reverso: O Porquê da sua Não-existência. **Interterritórios**, Caruaru, v. 7, n. 13, p. 55-67, 2021.

FREITAS, R. Produtos educacionais na área de ensino da capes: o que há além da forma?. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 5-20, 2021.

GAIA, R. S. P.; SCORSOLINI-COMIN, F. As encruzilhadas do racismo estrutural na educação do negro no Brasil. **Revista África e Africanidades**, [s. l.], v. 35, p. 215-232, 2020.

GOMES, A. S. *et al.* **Cartilha antirracista**. Redenção: Serviço de Promoção da Igualdade Racial/Unilab, 2020.

IGNÁCIO, M. V. M.; MATTOS, R. A. O Grupo de Trabalho Racismo e Saúde Mental do Ministério da Saúde: a saúde mental da população negra como questão. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, p. 66-78, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de pesquisas, coordenação de população e indicadores sociais. **Desigualdades sociais por cor ou raça**. Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Características gerais dos domicílios e moradores 2022**. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf. Acesso em: 14 nov. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. Pró-reitoria de Extensão. Diretoria de Assistência Estudantil. Resolução normativa 35/2021. Aprova a consolidação e atualização da Política de Assistência Estudantil

(POLAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. **Atos normativos**. Teresina, 2021. Disponível em: https://www.ifpi.edu.br/area-do-estudante/assistencia-estudantil/IFPI_RESOLUCAO_NORMATIVA_35_2021.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

_____. **Minuta do PDA 2022**: Plano de Dados Abertos. Teresina: IFPI, 2022. Disponível em: https://www.ifpi.edu.br/acesso-a-informacao/dados-abertos/PDA_ATUAL.pdf. Acesso em: 28 jun. 2024.

JESUS, F. S. P. Besouro: o processo histórico de luta por afirmação cultural dos capoeiras desde o código penal de 1890. **Sitientibus**, [s. l.], n. 62, p. 32-36, 2020.

LIMA FILHO, E. N.; CHAVES, E. Racismo, Racismo de Estado e Neoliberalismo: Michel Foucault e seus críticos. **El banquete de los dioses**, [s. l.], n. 9, p. 37-66, 2021.

LOPES, V. R. F.; FREITAS, C. C. G.; OLIVEIRA, J. P. A elaboração de um audiolivro como recurso didático para a educação financeira de alunos com baixa visão. **Debates em Educação**, Maceió, v. 14, n. 34, p. 350-376, 2022.

MACÊDO, V. **No Piauí, 80% dos piauienses se consideram pardos ou pretos; é o 3º estado do Nordeste**. 2019. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/312176/no-piaui-80-dos-piauienses-se-consideram-pardos-ou-pretos-e-o-3o-estado-do-nordeste>. Acesso em: 29 nov. 2023.

MENDONÇA, A. P. *et al.* O que contém e o que está contido em um Processo/Produto Educacional?: Reflexões sobre um conjunto de ações demandadas para Programas de Pós-Graduação na Área de Ensino. **Educitec-Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, v. 8, p. e211422-e211422, 2022.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista pesquisa qualitativa**, [s. l.], v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/apresentacao-ept>. Acesso em: 08 set. 2023.

MOREIRA, A. **Racismo recreativo**. São Paulo: Polén, 2019.

MOURA, D. H. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. 1 ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

MOUSINHO, A. C. S. A. S. **A percepção de quem cuida**: saúde mental de estudantes sob a ótica das equipes de saúde, pedagógica e de assistência estudantil. 2021. 164 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, 2021.

NASCIMENTO, B. B.; SANTOS, M. F. **Enegrecendo a história - mulheres negras na memória: uma sequência afrodidática**. Salvador: EDIFBA, 2021.

NASCIMENTO, B. B.; SANTOS, M. F. O processo de orientação como estratégia de superação do racismo institucional: relatos de um encontro ancestral em um contexto de Pós-Graduação de um Instituto Federal. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p. 1-20, 2022.

NASCIMENTO, A.; SILVA, L. M. F. Impactos do racismo na saúde mental da população negra brasileira. **Revista Psicoatualidades**, Belém do São Francisco, v. 1, n. 1, p. 44-53, 2021.

OUVERNEY, J.; FORMIGA, G. M.; MARINHO, J. F. Formação docente: planejamento e validação de um produto educacional no mestrado profissional. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 4115-4126, 2024.

PACHECO, F. A.; NONENMACHER, S. E. B.; CAMBRAIA, A. C. Adoecimento mental na educação profissional e tecnológica: o que pensam os estudantes concluintes de cursos técnico integrados. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 18, p. e9173-e9173, 2020.

PEREIRA, C. G. C.; ALENCAR, E. R. D.; LIMA, T. B. C. **Relatório da pesquisa “saúde mental: impactos da pandemia de Covid-19 nos estudantes e servidores do IFPI”**. Teresina: IFPI, 2020. Disponível em: [https://www.ifpi.edu.br/noticias/divulgado-relatorio-de-pesquisa-sobre-impactos-da-pandemia-na-saude-mental-dos-servidores/relatorio#:~:text=Algumas%20pesquisas%20realizadas%20j%C3%A1%20d%C3%A3o,et%20al.%2C%202020\)](https://www.ifpi.edu.br/noticias/divulgado-relatorio-de-pesquisa-sobre-impactos-da-pandemia-na-saude-mental-dos-servidores/relatorio#:~:text=Algumas%20pesquisas%20realizadas%20j%C3%A1%20d%C3%A3o,et%20al.%2C%202020).). Acesso em: 20 jun. 2024.

PEREIRA, C. G. C. **Educação positiva com estudantes do ensino médio integrado: contribuições para o bem-estar na escola**. 2023, 105 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Parnaíba, 2023.

PEREIRA, C. A. C. P. **O impacto do isolamento social e os reflexos do retorno presencial na saúde mental dos discentes do Instituto Federal do Piauí Campus Pedro II: contexto da pandemia**. 2024, 155 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Parnaíba, 2024.

PINHEIRO, V. M. *et al.* Saúde mental discente: qual o papel do professor frente a essa temática?. **Revista de Ciência e Inovação**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 1-20, 2023.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Indicadores de Gestão**. 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWM1liwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDhmZiJ9>. Acesso em: 01 mai. 2023.

_____. **Indicadores de Gestão**. 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWM1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDhmZiJ9>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. 1 ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RODRIGUES, L. Negra de pele clara: embranquecimento e afirmação da negritude no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, p. e74733, 2022.

SANTOS, J. E.; LIMA, A. S. T. Elaboração, aplicação, avaliação e validação do produto educacional: cartilha ambiental–resíduos sólidos no contexto da educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 2, n. 21, p. e11149-e11149, 2021.

SANTOS, R. A.; SILVA, M. L.; GIAROLA, F. R. O papel dos técnicos administrativos da EPT na consolidação escolar das relações étnico-raciais. **Revista dos Mestrados Profissionais**, Recife, v. 12, n. 1, 2023.

SANTOS, I. N.; SILVA NETA, M. L.; SANTOS, C. F. B. F. Relações étnico-raciais na educação profissional e tecnológica: uma revisão integrativa. **SciELO Preprints**, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4651. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4651>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007.

SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 26, p. 83-94, 2014.

SILVA, U. B. Sobre embranquecimento, miscigenação e apropriação cultural no Brasil. **Cadernos CERU**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 165-174, 2017a.

SILVA, T. S. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. **Direito UNIFACS - Debate Virtual**, [s. l.], n. 201, 2017b.

SILVA, C. R. Racismo, religião e educação no brasil: desafios contemporâneos. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [s. l.], v. 11, Ed. Especial, p. 283-296, 2019.

SILVA, M. F.; FIORI, A. P. S. M. A pesquisa como princípio pedagógico na educação profissional e tecnológica. In: SILVA, C. N. N.; ROSA, D. S. **As bases conceituais na EPT**. 1. ed. Brasília: Grupo Nova Paideia, 2021, p. 163-178.

SILVA, M.; SANTOS JÚNIOR, N. J. F. A Educação para Relações Étnico-Raciais na Educação Profissional e Tecnológica: Um Estudo de Caso no IFSul. **Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 28, n. 3, 2023.

SILVEIRA, M. C. Assistência estudantil e promoção de Direitos Humanos: a formação integral e a permanência estudantil. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 176-192, 2020.

SOUSA, S. T. A.; ARAÚJO, A. C. L.; LIMA, J. R. Saúde mental e qualidade de vida na escola: um projeto de extensão do IFPI Campus Teresina Zona Sul. In: NEGREIROS, F.; SOUZA, M. P. R. **Práticas em psicologia escolar: do ensino técnico ao superior**. Teresina: EDUFPI, 2019, p. 164 - 179.

TSUNEMATSU, J. P. J.; PANTONI, R. P.; VERSUTI, F. M. Saúde mental discente na educação profissional e tecnológica: experiências de estudantes e docentes dos cursos técnicos integrados. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 70-90, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TCLE



1/2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **“RACISMO E SAÚDE MENTAL: O MANEJO DOS PROFISSIONAIS DO SETOR DE SAÚDE DO IFPI NO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES NEGROS E NEGRAS”**, desenvolvida por Maísa Bastos Nunes, discente do curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, sob orientação da professora Dra. Francisca Raquel da Costa.

O objetivo central do estudo é: **Analisar o manejo da equipe de saúde de uma instituição federal de ensino para lidar com o racismo e suas consequências para a saúde mental dos estudantes atendidos pelo setor.**

O convite a sua participação se deve ao fato de você ser um profissional do setor de saúde e atuar no campus há no mínimo 1 ano. Sua participação é muito importante.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado caso decida não participar da pesquisa ou, tendo aceitado, desistir desta.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas.

Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar ao pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder uma entrevista semiestruturada, que será gravada com sua autorização prévia, no local combinado com antecedência. Caso não concorde em ser gravado(a), mas aceite participar da pesquisa, suas respostas serão registradas por escrito em bloco de notas. O procedimento terá duração de aproximadamente 40 minutos. Em seguida, será solicitado um e-mail de contato, para que posteriormente possa receber uma cópia da versão preliminar do produto educacional que será desenvolvido ao longo da pesquisa, a saber, uma cartilha e um protocolo de atendimento, que você irá avaliar via formulário eletrônico.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às estas a pesquisadora e sua orientadora.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 e orientações do CEP.

O benefício (direto ou indireto) relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa são: o desenvolvimento e divulgação do produto educacional, que poderá ser utilizado no seu cotidiano profissional; a publicação de artigos e construção de debates acerca do tema.

Esta pesquisa possui o risco de causar constrangimento ao participante ao responder a entrevista, por terem de se referir a crenças, atitudes e valores. Será oferecida a possibilidade de interromper e remarcar para outro dia, caso o participante deseje. Caso este constrangimento gere mobilização ou desregulação emocional, o participante será conduzido pela pesquisadora participante até uma clínica escola de psicologia, sendo-lhe assegurado o transporte até o local sem quaisquer custos, onde será encaminhado para a triagem para atendimento psicoterapêutico voluntário ou para o serviço de plantão psicológico, a depender da disponibilidade da clínica. A pesquisadora participante irá acompanhar o participante que tenha se sentido mobilizado/desregulado e aguardar até o final do seu atendimento, reconduzindo-o posteriormente ao local por ele indicado.

Local para rubricas:

Instituto Federal do Piauí | Reitoria
Av. Presidente Jânio Quadros, 330 - Santa Isabel | Teresina - PI | CEP: 64.053-390 |
www.ifpi.edu.br





2/2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Além disto, na etapa de preenchimento do formulário online para a validação do produto educacional, pode ocorrer o risco de vazamento de respostas. Para evitar esta possibilidade, será utilizada uma plataforma segura (Google Formulários), não será solicitada nenhuma informação pessoal ou que possa identificar o participante e será reduzido o número de pessoas que tem acesso às respostas, sendo acessadas apenas pelas pesquisadoras envolvidas (pesquisadora responsável e participante).

Os resultados serão divulgados em palestras (em caso de convite), relatórios individuais para os entrevistados (caso solicitado), artigos científicos e na dissertação.

Não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela participação na pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação no estudo, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização, conforme itens III.2.0.IV.4.c, V.3, V.5 e V.6 da Resolução CNS 466/12. A pesquisa é isenta de custos e você tem direito de ressarcimento em caso de despesas pela participação. É seu direito retirar o consentimento para participação dessa pesquisa a qualquer tempo, sem qualquer ônus.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, rubrique todas as páginas e assine ao final deste documento, que está em duas vias assinadas e rubricadas pelos pesquisadores. Uma das vias é sua e a outra é do pesquisador responsável. Poderá também ter acesso ao registro de consentimento sempre que solicitado. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do UNINOVAFAPI (que foi utilizado para a submissão da presente pesquisa), no endereço: Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123 – Uruguai, CEP: 64073-505 - Teresina – Piauí, Tel - (086) 2106-0738, e-mail: cep@uninovafapi.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Ou poderá ainda procurar as pesquisadoras envolvidas nos contatos abaixo:

- Francisca Raquel da Costa (pesquisadora responsável): (86) 99914-1237, raquel.costa@ifpi.edu.br
- Maisa Bastos Nunes (pesquisadora participante): (86) 99841-1081, maisabastosnunes@gmail.com

Teresina - PI, 12 de maio de 2024.

Francisca Raquel da Costa
 Francisca Raquel da Costa (pesquisadora responsável)
 CPF: 83252738368

Maisa Bastos Nunes
 Maisa Bastos Nunes (pesquisadora participante)
 CPF: 07147865359

Aceito que minha entrevista seja:

- () Gravada, apenas o áudio.
 () Registrada em bloco de notas específico.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome legível do participante:

RG:

CPF:

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada (versão do projeto de pesquisa)

1 - Há quanto tempo você faz parte do setor e como foi a sua forma de ingresso?

2 - Com base no último ano, houveram demandas relacionadas a questões raciais?

Se sim, quais?

3 - As demandas relacionadas às questões raciais são explícitas ou vocês percebem pelos discursos dos atendidos?

4 - Quais encaminhamentos são feitos quando identificam essa demanda?

5 - Você buscou alguma formação específica acerca do tema?

6 - Quais os suportes ou dispositivos acadêmicos, políticos e sociais você busca para manejar a demanda?

7 - Como você conceituaria o racismo?

8 - Frente ao tema racismo e saúde mental, quais ações são realizadas pelo setor de saúde e como você as percebe?

9 - É feita a organização interna do setor para lidar com demandas relacionadas a racismo? Se sim, de que forma?

10 - No enfrentamento ao racismo, há alguma forma de organização/articulação entre o setor de saúde e demais setores ou servidores da instituição? Se sim, como ocorre? Se não, por que motivo?

11 - Você percebe consequências do racismo na saúde mental dos estudantes? Se sim, pode citar algum exemplo vivenciado na sua prática?

12 - Qual o maior desafio vivenciado por você no manejo do racismo no setor de saúde?

13 - Você consegue vislumbrar possibilidades para lidar com o tema? Quais?

14 - Que pontos/aspetos poderiam facilitar a sua atuação dentro do setor?

15 - Existe alguma necessidade informativa da sua parte a respeito do racismo e saúde mental? Se sim, qual(is)?

APÊNDICE C - Roteiro adaptado para avaliação do PE

Avaliação da cartilha:

- 1 - O Produto Educacional promove o diálogo entre o texto verbal e o visual, além de apresentar um texto atrativo e de fácil compreensão?
- 2 - A estrutura do Produto Educacional está bem organizada?
- 3 - Você mudaria algo na organização das informações deste Produto Educacional? Se sim, o quê?
- 4 - As figuras/ilustrações no Produto Educacional são relevantes?
- 5 - O Produto Educacional apresenta conceitos e argumentos claros, explicando todos os termos técnicos e expressões científicas?
- 6 - As informações apresentadas satisfazem as suas necessidades informativas? Se sim, de que forma? Se não, o que está faltando?
- 7 - Você acredita que este material possa lhe auxiliar na sua prática profissional? Se sim, como? Se não, o que poderia melhorar?
- 8 - O material proposto é inovador e criativo?
- 9 - Este produto educacional é útil, necessário e eficiente?
- 10 - Você recomendaria o material para outros profissionais?

Avaliação do protocolo:

- 1 - Este protocolo abarca os pontos necessários para a realização de um bom atendimento?
- 2 - As questões levantadas são suficientes e relevantes para a temática?
- 3 - As perguntas são claras e compreensíveis?
- 4 - Você mudaria algo na organização das informações? Se sim, o quê?
- 5 - Você acredita que este material possa lhe auxiliar na sua prática profissional? Se sim, como? Se não, o que poderia melhorar?
- 6 - O material proposto é inovador e criativo?
- 7 - Este produto educacional é útil, necessário e eficiente?
- 8 - Você recomendaria o material para outros profissionais?

ANEXOS**ANEXO A - Autorização do local de pesquisa**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

Declaro estar ciente que o Projeto de Pesquisa “**RACISMO E SAÚDE MENTAL: A PREPARAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SETOR DE SAÚDE DO IFPI NO ATENDIMENTO AOS ALUNOS NEGROS E NEGRAS**” será avaliado por um Comitê de Ética em Pesquisa do sistema CEP/CONEP e concordar com o parecer ético emitido por este CEP, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a **Resolução CNS 466/12**. Esta Instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente Protocolo de Pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança.

Autorizo as pesquisadoras **Francisca Raquel da Costa e Maisa Bastos Nunes** realizarem as etapas **de coleta de dados (aplicação do TCLE, realização da entrevista semiestruturada e validação do produto educacional via formulário eletrônico)** utilizando-se da infra-estrutura desta Instituição.

Teresina, 18 de dezembro de 2023.

PAULO DE TARSO VILARINHO CASTELO BRANCO

PAULO DE TARSO VILARINHO CASTELO BRANCO

Diretor Geral do Campus Teresina Central

Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco
Diretor Geral IFPI
Campus Teresina Central
SIAPE 0276193

ANEXO B - Autorização para a pesquisa documental



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

AUTORIZAÇÃO

Declaro estar ciente que a pesquisa “**RACISMO E SAÚDE MENTAL: O MANEJO DOS PROFISSIONAIS DO SETOR DE SAÚDE DO IFPI NO ATENDIMENTO AOS ALUNOS NEGROS E NEGRAS**” foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa através do Parecer Consubstanciado nº 6.860.604, CAAE nº 77745924.0.0000.5210.

Enquanto instituição co-participante, autorizo as pesquisadoras **Francisca Raquel da Costa e Maisa Bastos Nunes** a terem acesso aos **relatórios e documentos multiprofissionais** que **abordem acerca das ações, programas e projetos desenvolvidos pelo Setor de Saúde do IFPI Campus Teresina Central e seus resultados, para fins de caracterização do local pesquisado.**

Teresina, 17 de junho de 2024.

Paulo de Tarso Vilarinho

PAULO DE TARSO VILARINHO CASTELO BRANCO
Diretor Geral do Campus Teresina Central

ANEXO C - Parecer consubstanciado do CEP

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA
FACULDADE DE SAÚDE,
CIÊNCIAS HUMANAS E
TECNOLÓGICAS DO PIAUÍ -
UNINOVAFAPÍ

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: RACISMO E SAÚDE MENTAL: A PREPARAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SETOR DE SAÚDE DO IFPI NO ATENDIMENTO AOS ALUNOS NEGROS E NEGRAS

Pesquisador: FRANCISCA RAQUEL DA COSTA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 77745924.0.0000.5210

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.860.604

Apresentação do Projeto:

Protocolo de segunda versão vinculado ao Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Parnaíba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). O estudo objetiva analisar o preparo da equipe de saúde para lidar com o racismo e suas consequências para a saúde mental. Para isto, será realizada uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa e do tipo descritiva, cuja pretensão são 21 participantes, sendo estes profissionais do setor de saúde do IFPI Campus Teresina Central. A coleta de dados ocorrerá apenas após a sua aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa, sendo dividida em 2 momentos: a realização da entrevista semiestruturada presencialmente, que será considerada para a construção do produto educacional e subproduto; e o envio de um formulário eletrônico contendo o roteiro de entrevista adaptado para a etapa de validação dos mesmos. Além disto, os dados produzidos serão organizados utilizando-se o método de Análise de Conteúdo. Espera-se, ao final da pesquisa, evidenciar o racismo enquanto uma demanda atendida pelo setor de saúde e que possui implicações para a saúde mental dos discentes. Esta pesquisa será parte do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, situado na área de

Endereço: Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123

Bairro: Bairro do Uruguai

CEP: 64.073-505

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)2106-0738

Fax: (86)2106-0740

E-mail: cep@uninovafapi.edu.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DA
FACULDADE DE SAÚDE,
CIÊNCIAS HUMANAS E
TECNOLÓGICAS DO PIAUÍ -
UNINOVAFAPI**



Continuação do Parecer: 6.860.604

concentração de ensino e o produto educacional escolhido será uma cartilha em formato digital, que irá incluir como subproduto um protocolo de atendimento para questões raciais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral: Analisar o preparo da equipe de saúde para lidar com o racismo e suas consequências para a saúde mental.

Objetivos Específicos: Caracterizar os profissionais, o público atendido e as demandas relacionadas às questões raciais; Verificar a percepção dos profissionais acerca da sua formação acadêmica e preparo frente às demandas raciais e suas consequências; Identificar as ações realizadas pelo setor de saúde para o enfrentamento do racismo; Verificar as potencialidades e desafios do enfrentamento ao racismo na instituição; Desenvolver uma cartilha e protocolo de atendimento para questões raciais, a partir dos pontos levantados na pesquisa, de modo a atender as necessidades informativas dos profissionais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios apresentados pelos pesquisadores atendem as recomendações da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo relevante para a comunidade científica e população em geral.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados todos os termos obrigatórios para análise ética deste protocolo conforme normatizado nas resoluções 466/2012 e 510/2016. As pendências da versão anterior foram sanadas.

Recomendações:

Após o encerramento da pesquisa apresentar os resultados por meio do relatório final na Plataforma Brasil.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo de pesquisa encontra-se APROVADO, porque está elaborado de acordo com as recomendações éticas das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Parecer do colegiado de que o protocolo de pesquisa está APROVADO foi acatado porque encontra-se elaborado de acordo com as recomendações éticas da Resolução 466/2012 e

Endereço: Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123

Bairro: Bairro do Uruguai

CEP: 64.073-505

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)2106-0738

Fax: (86)2106-0740

E-mail: cep@uninovafapi.edu.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DA
FACULDADE DE SAÚDE,
CIÊNCIAS HUMANAS E
TECNOLOGICAS DO PIAUÍ -
UNINOVAFAPI**



Continuação do Parecer: 6.860.604

510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2267067.pdf	12/05/2024 12:39:47		Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	12/05/2024 12:38:29	FRANCISCA RAQUEL DA COSTA	Aceito
Outros	respostaaparecer.pdf	12/05/2024 12:37:25	FRANCISCA RAQUEL DA COSTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhado2.pdf	12/05/2024 12:36:24	FRANCISCA RAQUEL DA COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclenovo2.pdf	12/05/2024 12:36:04	FRANCISCA RAQUEL DA COSTA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	18/01/2024 15:55:35	FRANCISCA RAQUEL DA COSTA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaocompromisso.pdf	18/01/2024 12:09:24	FRANCISCA RAQUEL DA COSTA	Aceito
Outros	resumo.pdf	08/01/2024 11:39:27	FRANCISCA RAQUEL DA COSTA	Aceito
Outros	instrumentovalidacao.pdf	08/01/2024 11:38:23	FRANCISCA RAQUEL DA COSTA	Aceito
Outros	instrumentoentrevista.pdf	08/01/2024 11:37:56	FRANCISCA RAQUEL DA COSTA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacaodainstituicaoassin.pdf	08/01/2024 11:36:43	FRANCISCA RAQUEL DA COSTA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaocompromisso.pdf	08/01/2024 11:36:03	FRANCISCA RAQUEL DA COSTA	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	08/01/2024 11:34:29	FRANCISCA RAQUEL DA COSTA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassin.pdf	08/01/2024 11:31:51	FRANCISCA RAQUEL DA COSTA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123

Bairro: Bairro do Uruguai

CEP: 64.073-505

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)2106-0738

Fax: (86)2106-0740

E-mail: cep@uninovafapi.edu.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA
FACULDADE DE SAÚDE,
CIÊNCIAS HUMANAS E
TECNOLOGICAS DO PIAUÍ -
UNINOVAFAPI



Continuação do Parecer: 6.860.604

Não

TERESINA, 01 de Junho de 2024

Assinado por:

FERNANDA CLÁUDIA MIRANDA AMORIM
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123

Bairro: Bairro do Uruguai

CEP: 64.073-505

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)2106-0738

Fax: (86)2106-0740

E-mail: cep@uninovafapi.edu.br